



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Frederica Alexandra Marques Mascarenhas

**O SOFRIMENTO ANIMAL PERCECIONADO
PELOS HUMANOS NO CONTEXTO DOS
SERVIÇOS DE SAÚDE ANIMAL**

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do Mestrado em Antropologia Social e Cultural,
orientada pelo Professor Doutor Fernando José Pereira Florêncio e
apresentada ao Departamento de Ciências da Vida
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade de Coimbra

Outubro de 2021

In memoriam

Dedicado ao Jacob (1973-2020), o meu papagaio cinzento e à
minha gata Mika (2004-2020).

Aos dois agradeço todos os momentos que me proporcionaram, de
partilha de afetos e de convivência em família

Agradecimentos

Desejo exprimir os meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, permitiram que esta tese se concretizasse.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha mãe por toda a dedicação, apoio e orientação ao longo da minha vida, quer a nível pessoal como académico.

Agradeço, de igual forma a todos os professores que contribuíram para o enriquecimento do meu percurso académico. Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Florêncio por ter acreditado em mim e nas minhas capacidades. Pelo trato simples, correto e científico, com que sempre abordou as nossas sessões de trabalho.

Agradeço igualmente ao Professor Doutor Luís Quintais na qualidade de coordenador do curso de mestrado de Antropologia Social e Cultural, bem como docente de duas das cadeiras que lecionou.

Agradeço ainda, a todos os profissionais de Saúde da Clínica Veterinária Animabilis: Dr. João Pedro Silva, Dr. Gonçalo Simões; Dr. Honoré Prosper Damiba. Às enfermeiras Rita Russo e Jéssica Guerra. Um agradecimento aos tutores que contribuíram para que o trabalho etnográfico apresentado nesta dissertação fosse possível: Maria João Moreira, Jorge Montenegro e Susana Correia, esta última também representante da Associação 'Abraço 4 Patas'.

De uma forma imensa, expresso assim, o meu muito obrigado...por tudo a todos que tornaram possível que eu chegasse até aqui.

Por fim, o meu profundo agradecimento aos meus 'não-humanos' da família que foram a maior motivação para a abordagem do tema escolhido.

A todos, com imenso apreço agradeço.

Resumo

A Etnografia Multi-espécies reveste-se de especial importância na atualidade devido às questões de sustentabilidade ambiental que a sociedade enfrenta e ao aumento da ocupação antrópica em áreas habitadas por outros seres vivos. Geram-se novos problemas dado que a espécie humana é parte integrante de uma rede relacional onde interagem com a mesma, meio ambiente e outras espécies coexistindo todos intrinsecamente interligados.

“O Sofrimento Animal no Contexto dos Serviços de Saúde Animal” assume especial importância num contexto inclusivo de outras espécies, como seres vivos dotados de direitos e sensíveis ao sofrimento e, tal como foi anteriormente mencionado, a nossa espécie é parte integrante de uma rede relacional. Tal pressuposto inclui as relações que os agentes humanos, enquanto tutores estabelecem com os seus animais de estimação. A temática desta dissertação inicia-se com o conceito de ‘sofrimento’ animal, uma vez que, o mesmo tem um profundo impacto psicológico nos humanos, dado que somos capazes de sentir empatia não só por outros humanos, mas também por outros seres vivos. Influenciando a saúde mental e o bem-estar de muitas pessoas, o sofrimento animal pode ser mitigado ou pelo menos apaziguado através dos cuidados de saúde animal proporcionados pelos veterinários e pelos tutores, os quais unem certamente esforços para tal. Por isso a questão central a ser investigada foi: “Como é que tutores e veterinários percecionam o sofrimento animal?”.

O percurso investigativo implicitamente remeteu esta investigação para um trabalho de cariz etnográfico, que decorreu na clínica Animabilis, em Torres Novas.

Por fim, foi interessante perceber de que modo a questão geracional pode interferir com o perfil e com a prática médica veterinária, influenciando a perspetiva humana em relação ao sofrimento animal. Por outro lado, a mesma questão geracional pôde ser abordada relativamente ao papel do tutor.

Palavras-chave: Etnografia Multiespécies; Animais de Estimação; Serviços Veterinários; Sofrimento Animal; Portugal.

Abstract

Multispecies Ethnography is of special importance today due to the environmental sustainability issues faced by society and the increasing human occupation of areas inhabited by other living beings. New problems arise as the human species is an integral part of a relational network in which it interacts with itself, the environment, and other species -- all of these coexisting and being intrinsically linked.

"Animal Suffering in the Context of Animal Healthcare" takes on special importance in a context inclusive of other species as living beings endowed with rights and sensitive to suffering and, as previously mentioned, our species is an integral part of a network of relationships. These include the relationships that human agents, as guardians, establish with their pets. The subject of this dissertation begins with the concept of animal "suffering" as it has a deep psychological impact on humans, given that we are capable of feeling empathy, not only for other humans, but also for other living beings. Animal suffering influences the mental health and well-being of many people and can be mitigated or at least alleviated through healthcare provided by veterinarians and guardians, who certainly work jointly towards this purpose. As such, the central question to be investigated was: "How do guardians and veterinarians perceive animal suffering?"

The investigative path implicitly steered this investigation towards ethnographic fieldwork, which took place at the Animabilis clinic in Torres Novas.

Finally, it was interesting to understand how generational matters can affect the profile and veterinary medical practice, by influencing the human perspective towards animal suffering. On the other hand, the same generational issue could be addressed regarding the guardian's role.

Keywords: Multispecies Ethnography; Pets; Veterinary Services; Animal Suffering; Portugal.

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract	V
Introdução.....	VIII
1.Motivação para a escolha do tema	VIII
2.Uma abordagem ecocêntrica: é na realidade tão necessária?	X
3.Metodologia	XIII
1. Sofrimento animal: Perspetivas Biológicas e Culturais	1
1.1. Mudanças conceptuais: do antropocentrismo ao ecocentrismo	1
1.2 A perceção do sofrimento animal requer uma visão ecocêntrica pautada de empatia	10
1.3. Quando a cultura entra em conflito com novos valores éticos e morais.....	13
1.3.1. Estudo de caso: as touradas	14
1.3.2. Estudo de caso: A montaria da Quinta da Torre Bela e o ‘ massacre’ de cerca de 540 animais ‘não-humanos’.....	19
2. O sofrimento animal e o diagnóstico da dor	28
2.1.Qual a definição de ‘dor’?.....	28
2.2. A reciprocidade no cuidar: o bem-estar humano versus bem-estar do nosso ‘ não-humano’	30
2.2.1. O dever do tutor na reciprocidade do cuidar.....	34
2.2.2. A responsabilidade do tutor de recorrer aos serviços médicos veterinários.....	36
2.3. O papel do veterinário na assistência médica e interação com o tutor	37
2.3.1. O veterinário, o tutor e a interpretação dos sinais de alerta	42
3. A dívida humana para com os ‘ não-humanos’.....	45
3.1. Nascidos sem lar ou...deixados à sua sorte?	45
3.2. O sofrimento emocional e físico do abandono	48
3.3. Associações protetoras de animais: reduzir a dívida ‘humana’ para com os ‘ não-humanos’	54
3.3.1. A colaboração dos Serviços de Saúde Veterinária com as Associações para mitigar o sofrimento associado a patologias e para controlo das populações de animais de rua.	59
4. Animabilis: corpo clínico e o espaço físico	64
4.1. O ‘ Lugar’ versus o ‘Espaço-uso’	64
4.2. Espaço Físico da clínica ‘Animabilis’	66
4.3. São Francisco de Assis: iconografia e significação em Antropologia Cultural	68
4.4. Corpo clínico.....	70
4.5. Pormenores na agência do cuidar	81

5. Reflexão crítica final	86
Bibliografia	90
ANEXO I	98
ANEXO II	102
ANEXO III	107

Introdução

1. Motivação para a escolha do tema

Uma das motivações que condicionou a escolha do tema prende-se com o facto de após diversas pesquisas e leituras verificar que no contexto português pouco existe em termos de investigação interdisciplinar e transdisciplinar quando se trata de articular áreas como a Antropologia, nomeadamente a Antropologia Social e Cultural, a Medicina Veterinária e a Etnografia Multiespécies. Na realidade, já se começaram a dar alguns passos a nível da Etnografia Multiespécies, muito centrada em aspetos da nossa cultura.

A Etnografia Multiespécies reveste-se de especial importância na atualidade devido: às questões de sustentabilidade ambiental que a sociedade enfrenta; ao aumento da ocupação antrópica em áreas habitadas por outros seres vivos, o que cria novos problemas e conflitos; ao facto da espécie humana estar integrada numa rede de relações com o meio ambiente e com outras espécies, desde a nossa alimentação até ao ar que respiramos.

Contudo, repensar a relação entre humanos e outras espécies, contém sobretudo uma vertente marcadamente sociocultural. Por outro lado, a nível da Medicina Veterinária tem-se assistido nas últimas décadas a grandes avanços científico-tecnológicos, o que é uma mais-valia para a saúde dos animais de companhia bem como no controlo sanitário da produção animal para consumo. Numa primeira etapa, pode então articular-se de acordo com uma visão holística a relação entre nós, humanos e os ‘animais’ sejam eles de companhia ou ‘utilitários’. No entanto, os novos valores do século XXI ligados à proteção e preservação ambiental, à sustentabilidade e à necessidade de proteção de espécies, permitiram que pessoas das mais diversas áreas do conhecimento, figuras públicas e anónimos comesçassem a repensar a nossa postura científico-tecnológica de dominância em relação às restantes espécies do planeta bem como a sua exploração.

A espécie humana apercebeu-se rápida mas tardiamente, que vive num frágil equilíbrio, onde a interdependência entre espécies e em relação ao meio circundante é vital. Começar a pensar no bem-estar animal é uma forma indireta de começarmos a pensar no nosso bem-estar. Uma das vertentes do bem-estar animal é precisamente a questão da saúde, tal como o é para nós humanos.

A doença é a ausência de saúde e acarreta sofrimento. Um sofrimento menor, maior, mensurável, que deve ser mitigado, na medida do possível. Este é, precisamente o ponto de cruzamento, a partir do qual se desenvolve este trabalho de investigação.

O tema “ O Sofrimento Animal no Contexto dos Serviços de Saúde Animal” assume especial importância: num contexto inclusivo de outras espécies, como seres vivos dotados

de direitos e sensíveis ao sofrimento e, tal como foi anteriormente mencionado, a espécie humana é parte integrante de uma rede de relações com outras espécies. Tal pressuposto inclui as relações que os agentes humanos, enquanto tutores estabelecem com os seus animais 'não-humanos' de estimação. Torna-se pertinente desta forma, iniciar a temática definindo o conceito de 'sofrimento' animal, uma vez que, o mesmo tem um profundo impacto psicológico na espécie humana, dado que a nossa espécie é capaz de sentir empatia não só por outros humanos, mas também por outros seres vivos. Influenciando a saúde mental e o bem-estar de muitas pessoas, o sofrimento animal pode ser mitigado ou pelo menos, apaziguado através dos cuidados de saúde animal proporcionados pelos veterinários e pelos tutores, os quais unem certamente esforços para tal.

Tendo eu como formação de base a licenciatura em Arqueologia, posso afirmar convictamente que o homem ao longo dos tempos sempre estabeleceu relações multiespécies, garantindo a sua sobrevivência. A forma como ao longo dos tempos o homem olhou para as outras espécies já se interliga com a Antropologia, nomeadamente na sua vertente sociocultural. Desde os primórdios, para além da utilização para fins alimentares, o homem utilizou os animais em processos com uma significação sobrenatural associada à ritualização. Existem inúmeras evidências arqueológicas acerca do tema e muito se tem escrito sobre o mesmo. Nas sociedades complexas, existem diversos exemplos do modo como diversas culturas relacionaram os animais com o sobrenatural como a mitologia grega ou as representações iconográficas que incluem figuras zoomórficas. A Criptozoologia¹, ainda que apresente contornos duvidosos torna-se intrigante e capta a curiosidade de muitos estudiosos e leigos. Procura fazer uma abordagem antropológica algo intrigante quanto fascinante desse mundo 'sobrenatural' e 'oculto', tentando relacionar mitos de várias culturas com criaturas extintas ou desconhecidas.

A domesticação e utilização, nomeadamente do cão e do gato, ao longo da história encontra-se agora numa 'nova era'. De utilitários, passaram a 'melhores amigos', pelo que a maneira como têm tratados os nossos 'amigos não-humanos' sofreu grandes mudanças nas últimas décadas. Tratá-los o melhor possível, mimá-los e assegurar a sua saúde e bem-estar. Finalmente chega-se ao ponto de se perceber que os animais também têm emoções, comunicam, são sencientes e sofrem. Como mitigar o sofrimento animal? Como lidamos nós humanos com o sofrimento dos nossos amigos 'não-humanos'? Daí o tema desta dissertação: O Sofrimento Animal percebido pelos humanos no Contexto dos Serviços de Saúde Animal.

¹Não é tradicionalmente uma ciência mas por muitos cientistas considerada uma " pseudociência". 'cripto' (do grego *kryptós*, é, ón 'oculto') e zoologia (o ramo da ciência que estuda os animais).

Em busca de respostas para estas questões e em resultado da problematização do tema, procurou-se restringir um tão vasto campo de pesquisa sendo proposta como questão de pesquisa: Como é que tutores e veterinários percebem o sofrimento animal?

Para responder de forma estruturada à questão de pesquisa foram definidos como objetivos científicos: i) – Compreender as relações bióticas que se estabelecem entre os animais ‘ não-humanos’ , os seus tutores e os veterinários enquanto profissionais de saúde; ii) – Compreender como é que os humanos interpretam os sinais de sofrimento transmitido pelos animais ‘ não- humanos’ ; iii) - Compreender o impacto da dor e do sofrimento animal, especificamente dos animais de estimação na sociedade portuguesa; iv) - Compreender o papel dos serviços de saúde veterinária na sociedade, num contexto nacional.

A trajetória da mutabilidade relacional «animal ‘humano’– animal ‘não-humano’», referida anteriormente, não é linear e é pautada de ambiguidades e controvérsias. Entender em termos antropológicos e sociológicos o impacto resultante de patologias animais, do envelhecimento e da morte dos agentes vivos não-humanos sobre o agente humano enquanto tutor e como profissional de saúde veterinária, no contexto português, pretende ser uma contribuição para o campo de estudo da Etnografia Multiespécies em Portugal.

2. Uma abordagem ecocêntrica: é na realidade tão necessária?

Em busca da importância da mudança conceptual antropocêntrica em detrimento da visão ecocêntrica, imperativamente converge-se para registos e práticas discursivas de cariz filosófico. No entanto, na tentativa de estabelecer limites entre conceitos indissociáveis, para além dos dois conceitos supracitados, surgem outros não menos importantes como é o caso do biocentrismo. Contudo, torna-se uma tarefa delicada conseguir objetivamente conjugar os aspetos da «(...)filiação filosófica dos denominados direitos da natureza.» [Lourenço, D. & Oliveira, F. (2019)], que segundo os autores:

«(...) A questão central deste texto é saber se é procedente afirmar que a concepção da natureza enquanto titular de direitos significa rompimento com a Ética Antropocêntrica e, entre as correntes da Ética Ambiental, qual delas está alinhada com tal perspectiva.(...)»
[Lourenço, D. & Oliveira, F. (2019)]²

Contudo, este é apenas um aspeto a considerar. Abordar questões relacionadas com a ‘ética’ é colocarmo-nos na abordagem filosófica, mesmo assim os autores referem e distinguem, no seu artigo que:

² Lourenço, D. & Oliveira, F. (2019). Ecocentrismo e ética biocêntrica: a filiação filosófica dos direitos da natureza. *Veritas*. v. 64 n. 1 (2019): *Dossier*: Teorias da Justiça.
DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2019.1.30360>
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/30360>

«(...) Apesar de ser comum a tese de que os direitos da natureza denotam uma posição biocêntrica, este artigo conclui que a posição filosófica que realmente identifica esta formulação é a da *Ética Ecocêntrica*. (...)» [Lourenço, D. & Oliveira, F. (2019)]

Lourenço, D. e Oliveira, F. (2019), destacam ainda que tal abordagem não significa tomar um caminho divergente e de supressão relativamente ao Antropocentrismo. Após diversas leituras, torna-se perceptível que o ideal é a conjugação ‘animal humano-Natureza’, o que requer uma abordagem diferente e, talvez multidimensional, no sentido em que conceitos, termos e ideias que se julgariam definidos nas nossas mentes de forma clara, podem assumir formas menos claras, numa análise mais profunda. Significa assim que, pensando na nossa integração na Natureza e nas relações bióticas que estabelecemos com outras espécies, bem como, nas consequências da ocupação antrópica é pertinente fazer-se uma distinção entre *interação*, *intervenção* e *interferência*. Aliás esta é uma proposta que vai ao encontro da opinião de Felipe, S. (2009)³ que explora na primeira parte do seu artigo ‘*Ética ambiental biocêntrica: limites e implicações morais*’, a visão de Paul Taylor, autor da obra *Respect for Nature*⁴. Segundo Felipe, S. (2009), Taylor; P. (1986) explora conceitos de Ecologia referentes aos ecossistemas, relações bióticas, entre outros. Focando esta referência nas questões centrais, relacionadas com a moralidade das ações humanas, a autora refere um aspeto muito pertinente que pode servir de ligação entre as diversas áreas de estudo: Ecologia, Filosofia e Antropologia. Assim, de acordo com Felipe, S. (2009):

«(...)Por outro lado, a natureza não dá lições de ética, pois nela não há deveres, apenas leis. Seus eventos, portanto, não podem nos guiar moralmente. Esse é o ponto da ética biocêntrica que a distingue da ética ecocêntrica oriunda da ecologia profunda de Leopold (*The Sand County Almanac, 1949*)⁵, Baird Callicott, Albert Schweizer. Se ecossistemas não tem deveres morais nem obrigações legais, faz sentido atribuir-lhes direitos? (...)» [Felipe, S. (2009)]

Por outro lado, segundo Felipe, S. (2009):

« (...)Ao contrário da natureza, agentes morais humanos tem deveres. O que faz a diferença é a liberdade humana para escolher modos substitutivos para ações maleficientes. (...)» [Felipe, S. (2009)]

Relacionando, estas referências com o tema desta dissertação, pode encontrar-se a ligação entre as questões filosóficas relacionadas com a ‘moralidade’ e questões jurídico-penais que pressupõem a criminalização de ações humanas sobre outros agentes vivos não-humanos.

³ Felipe, S. (2009). [UFSC, Univ. Lisboa]. *Ética ambiental biocêntrica: limites e implicações morais*. Seminário Internacional “Experiências de agenda 21: os desafios do nosso tempo”.

<http://eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/palestras/08.pdf>

⁴ Taylor, Paul W. (1986). *Respect for Nature. A Theory of Environmental Ethics*. Studies in Moral, Political, and Legal Philosophy. New Jersey: Princeton University Press, 1986. [Citado por Felipe, S. (2009)]

⁵ Ver *The Sand County Almanac*, especialmente o capítulo, *The Land Ethic*. Taylor, RFN, p. 9. [Citado por Felipe, S. (2009)]

Esta abordagem pode ser feita explorando o artigo de Saraiva, B. (2020)⁶ que segundo a autora tem como objetivo:

«(...) O presente artigo trata da expressão e fundamentação ética do “bem-estar animal” como uma preocupação jusfilosófica acerca do sofrimento e da crueldade impostos aos animais pelos humanos, em uma perspectiva da criminalidade ambiental.(...)» [Saraiva, B. (2020)]

As abordagens mencionadas até aqui assumem particular importância se considerarmos a questão colocada no artigo sobre o tema, no *website* da ‘Ética animal’⁷: «Por que devemos dar consideração moral a seres sencientes em vez de ecossistemas?» Remetendo para a reflexão crítica final, desta dissertação os argumentos patentes nas diversas referências bibliográficas e, concluindo este tópico, talvez seja sensato considerar que são importantes, num sentido lato, as mudanças conceituais que abandonam o antropocentrismo e passam para o ecocentrismo. Contudo, em referência ao impacto das ações humanas sobre os agentes vivos ‘não-humanos’, torna-se imperativo clarificar que: «Para ser beneficiado ou prejudicado, é preciso ser senciente (...)»⁸, pelo que devem ser repensadas as ‘concepções ambientalistas’ referentes ao antropocentrismo que clarifica as interações relacionais do homem com a Natureza, apresentando uma visão instrumental. O ecocentrismo, visão segundo a qual se atribui um valor não instrumental, a entidades naturais percebidas de forma holística⁹ e por fim, o biocentrismo, perspectiva que considera valor intrínseco dos outros seres vivos. Talvez, pelo que acaba de ser referido, mais pertinente que uma visão ecocêntrica seja a visão biocêntrica. Esta última vai mais ao encontro da abordagem do sofrimento animal, da necessidade humana de reconhecer o bem-estar animal e por último fará então sentido legislar para proteger os ‘não-humanos’ e criminalizar à luz dos valores morais. Nesta perspectiva, o trabalho de Silva, D. & Rech, A. (2017)¹⁰, torna-se pertinente de ser mencionado, já que os autores para além de fazerem referências à ética e à moral kantiana, referem a alusão a Jeremy Bentham feita por Singer. (1990, p. 62)¹¹:

⁶ Saraiva, B. (2020). O bem-estar animal: por uma ética possível e uma maior efetividade jurídico-penal frente aos crimes contra a Natureza. RJLB, Ano 6 (2020), nº 4, 483-501.

⁷ Ética Animal. <https://www.animal-ethics.org/senciencia-secao/relevancia-senciencia-etica-animal-versus-etica-especista-e-ambiental/devemos-dar-consideracao-moral-seres-sencientes-vez-ecossistemas/>

⁸ Ética Animal (24, outubro, 2015). O argumento da relevância. <https://www.animal-ethics.org/argumento-relevancia-pt/>

⁹ Cf. Taylor, Paul W. (1986). Menção à visão holística do ecossistema e não dos seus elementos vivos de forma individual.

¹⁰ Silva, D. & Rech, A. (2017). A superação do antropocentrismo: uma necessária reconfiguração da interface Homem-Natureza.

R. Fac. Dir. UFG, v. 41, n.2, p.13-27, maio / ago. 2017 ISSN 0101-7187. DOI:

<http://dx.doi.org/10.5216/rfd.v41i2.42609>

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Fac-Dir-UFG_41-02.01.pdf

¹¹ Singer, Peter. Animal liberation. 2. ed. New York: Random House, 1990 [Citado por Silva, D. & Rech, A. (2017). p.8]

«(...) *Jeremy Bentham*, neste mesmo ano, “[...] fornecia uma resposta definitiva a Kant: A questão não é: Podem eles raciocinar? nem: Podem eles falar? mas: Podem eles sofrer?” (SINGER, 1990, p. 62)» [Silva, D. & Rech, A. (2017). p.8]

Associando a temática da ética à visão biocêntrica será então talvez mais correto referir-se ética biocêntrica. E, é à luz desta ética biocêntrica que se pretende responder à questão central desta dissertação.

3. Metodologia

Relativamente à metodologia de trabalho há a registar a definição de duas fases distintas: uma fase de pesquisa, recolha e seleção de informação com base em fontes bibliográficas fidedignas, bem como organização da mesma. Com o trabalho desenvolvido nesta fase, pretende-se reunir um suporte teórico em termos de ideias, termos e conceitos bem como correntes de pensamento, para elaboração de um texto original que culminou com a construção final da dissertação. Outra fase, compreende a apresentação da vertente prática etnográfica. A abordagem etnográfica nesta investigação científica exigiu o cumprimento de alguns pressupostos ditados em Etnografia e referentes ao trabalho de campo. Assim, baseado na pesquisa de campo, possui uma técnica de recolha de dados de cariz qualitativo que implica uma intensa interação entre o observador/pesquisador e o(s) grupo(s)¹² em estudo. Desta forma, a observação participante exige que quem investiga e recolhe dados no ‘terreno’ tenha um olhar perspicaz para que os mínimos detalhes não sejam interpretados de forma subvalorizada, já que, uma vez que a Etnografia surge associada a grupos, instituições e comportamentos individuais ou relacionais. Contudo, no meio desta intrincada rede de interações entre os indivíduos e entre os mesmos e o espaço envolvente, podem surgir, por vezes momentos de silêncio que, por si mesmo deve ser valorizado pelo sujeito observador, num contexto da ‘observação participante’. Refira-se que por vezes a observação pode coadjuvar a participação desde que o sujeito observador passe a ter um papel ativo.

No presente trabalho, durante a observação participante foi assumido um papel colaborativo, em que executei pequenas tarefas. A observação participante centrou-se na recolha de um conjunto de informações registadas em documentos¹³ que interpretadas com a ajuda da observação do registo de um conjunto de reações (expressões faciais, a própria linguagem corporal) constituíram o material-base para uma interpretação o mais rigorosa possível, pois tal como referem [Mattos e Castro (2011).p.35]¹⁴ :

¹² Profissionais de saúde veterinária e tutores

¹³ Cf. Registos fotográficos e Registos de entrevistas semiestruturadas num caderno de notas de campo.

¹⁴ Mattos, C. G. L. de; Castro, P. A. de. Etnografia e Educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Autores. 298 p. ISBN 978-85-7879-190-2.

<http://books.scielo.org/id/8fcsr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>

«(...) Entretanto, as metodologias ou os procedimentos não qualificam ou desqualificam uma pesquisa, o que o faz é a rigorosidade, o compromisso, a relevância científica e social, a capacidade do pesquisador em proceder e comunicar aquilo que fez e o que resultou do seu fazer científico.(...)» [Mattos e Castro (2011).p.35]

Outro aspeto importante no trabalho etnográfico, é o campo de pesquisa, mesmo conhecendo o espaço, existem condicionantes no quotidiano de funcionamento e dinâmica desse mesmo espaço que poderiam não corresponder às condições ideais, uma vez que o trabalho etnográfico se prolongou por mais de um mês em que o trabalho decorreu ininterruptamente. Foi ainda considerado o contexto pandémico e eventuais limitações de deslocações entre concelhos, pelo que a proximidade geográfica e a planificação do calendário foi minucioso. De forma precavida, e prevendo um eventual confinamento, o primeiro mês sem interrupções decorreu no período antes do mesmo. As duas semanas seguintes já decorreram após o período de confinamento. Registe-se que sendo uma clínica veterinária, esta esteve em permanente funcionamento, contudo foi reduzido o número de pessoas em permanência no interior da clínica. Consta nas medidas a adotar pela clínica, que apenas os médicos e as enfermeiras permanecem no interior do espaço da clínica e recebem os pacientes 'não-humanos' à porta. As conversas com os tutores ocorrem no exterior. Prevendo então as limitações já mencionadas, as mesmas foram consideradas na planificação e calendarização do trabalho etnográfico. Por fim refira-se que o trabalho de campo, acompanhando a dinâmica diária de uma clínica veterinária, foi em Torres Novas, no distrito de Santarém durante cerca de 1 mês ininterruptamente. Do mesmo resultaram: registos num caderno de notas e registo fotográfico. Foram também consideradas as entrevistas semiestruturadas aos intervenientes da clínica veterinária Animabilis: médicos veterinários e enfermeiras veterinárias, bem como a três tutores, incluindo uma tutora que faz parte de uma associação de direitos dos animais. A análise e interpretação das informações recolhidas durante o trabalho etnográfico na clínica veterinária foi uma mais-valia na busca da resposta à questão de pesquisa de acordo com os objetivos propostos. Cumprindo os procedimentos predominantes na Etnografia e observação participante, convém ainda referir que apesar de existir um *modus operandi* de base a ser seguido pelos etnógrafos é imperativo que o observador na qualidade de pesquisador, adote uma postura favorável ao seu desempenho, como sugerido:

«(...) mas muito importante, é a atenção em relação à reciprocidade, empatia e acima de tudo não “[...] se esquecer de agir como verdadeiro ser humano em contato com outros seres humanos” (ANGROSINO, 2009, p.50)¹⁵(...)» [Silva, P. & Mathias, M. (2018)]¹⁶

¹⁵Angrosino, M. V. (2009). Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed. [citado por Silva, P. & Mathias, M. (2018)]

¹⁶ Silva, P. & Mathias, M. (2018). A etnografia e observação participante na pesquisa qualitativa. Ensaios Pedagógicos (Sorocaba), vol.2, n.1, jan./abr. 2018, p.54-61. ISSN: 2527-158X.

Embora o método etnográfico seja dotado de grande complexidade, existe uma relação intrínseca entre a Etnografia e a Antropologia. Atendendo à complexidade do método etnográfico, deve ter-se em consideração que posto em prática por um antropólogo social e cultural, a interpretação final pode variar com algumas *nuances* de pesquisador para pesquisador, uma vez que cada um dos investigadores possui um *motu proprio* de agir havendo ainda a considerar aspetos de maior ou menor pormenor, por vezes relacionados com o *mutatis mutandis*¹⁷ e os olhos de cada etnógrafo. Tal como referem Silva, P. & Mathias, M. (2018) citando Angrosino (2009, p. 54):

«(...) A 'realidade' que nós etnógrafos percebemos é pois sempre condicional; não podemos presumir que outro etnógrafo, olhando em outro momento para o mesmo conjunto de 'fatos', chegará exatamente às mesmas conclusões'. (...)» [Silva, P. & Mathias, M. (2018)]

Para terminar, refira-se que esta dissertação é composta por quatro capítulos e termina com uma reflexão crítica final. O trabalho etnográfico surge ao longo de toda a dissertação concentrando-se sobretudo no último capítulo em referência à caracterização do espaço e do corpo clínico do campo de pesquisa escolhido: a Clínica Veterinária Animabilis.

<file:///C:/Users/fred/Downloads/65-227-1-PB.pdf>

¹⁷ Cf. *mutatis mutandis* – Diz-se de dois fatos que, com pequena alteração das circunstâncias, são iguais

1. Sofrimento animal: Perspetivas Biológicas e Culturais

1.1. Mudanças conceptuais: do antropocentrismo ao ecocentrismo

Pensar no modo como nós humanos vivenciamos a dor e o sofrimento dos animais não-humanos requer numa primeira abordagem refletir um pouco sobre as mudanças conceptuais que nos tiram da ideologia antropocêntrica para mergulharmos numa visão pós-humanista, assente sobretudo, numa ideologia ecocêntrica. Em Portugal existem alguns trabalhos com uma abordagem multi-espécies, contudo o tema que se aborda nesta dissertação e no contexto da Antropologia Social e Cultural não tem sido trabalhado. Aliás, no contexto português existe pouca divulgação ao público em geral das bases fundamentais do mundo ecocêntrico, razão pela qual, no quotidiano, uma fração bastante representativa da sociedade portuguesa parece viver à parte dessa abordagem. Trazendo para o contexto desta dissertação alguns autores que têm trabalhado uma abordagem Multiespécies pode constatar-se que esta é uma área transdisciplinar pelo que desde antropólogos, a sociólogos, psicólogos, veterinários, ecologistas, etc. têm levado a cabo trabalhos passíveis de reflexões e nem sempre com abordagens consensuais. Para esta dissertação foram selecionados apenas alguns autores como é o caso de Domanska, E. (2013), autora do artigo 'Beyond Antropocentrism in Historical Studies', que propõe uma reflexão no âmbito das Ciências Sociais e Humanas em que se contraria a hegemonia 'humana' sobre os outros seres vivos do planeta. Segundo a autora,

«(...) Idealmente, um paradigma não-antropocêntrico procura descentrar seres humanos e focar em não-humanos como sujeitos da pesquisa (muitas vezes para além do suas relações com os seres humanos).» [Domanska, E. (2013:10)]¹⁸

Assim para Domanska, E. (2013) "humanidades não-antropocêntricas" ou pós-humanidades resultam de uma postura ética de um movimento intelectual pós-humanista, cuja complexidade advém do facto de não existir uma abordagem homogénea relativamente à postura humana perante outras espécies, mas cujo denominador comum é rejeitar e criticar o antropocentrismo. A autora menciona diferentes abordagens ao tema, encontradas em Donna Haraway e Bruno Latour no que se refere às tecnociências. No entanto, menciona estudos na perspetiva filosófica e cultural e mesmo da eco-filosofia ou de bioarte. O artigo de Domanska, E. (2013) é orientado para os historiadores deixando uma sugestão de mudança conceptual

¹⁸ Domanska, E. (2013). Beyond Antropocentrism in Historical Studies. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 4, N.1, Janeiro-Julho de 2013. . <file:///C:/Users/fred/Downloads/1768-Texto%20do%20artigo-5865-1-10-20131029.pdf>

para os mesmos. Ainda assim, no que respeita à abordagem antropológica desta dissertação, Domanska, E. (2013) pode ser uma referência já que a história da Humanidade é registada por historiadores, por vezes com um cunho mais individual. Desta forma a terminologia encontrada em Alves, J.E.D. (2012)¹⁹ intitulado 'Do antropocentrismo ao mundo ecocêntrico', inicia-se com uma ilustração que se apresenta na Figura 1, ANEXO I.

Apesar de ao longo do seu artigo, o supracitado autor fazer um percurso histórico-sociológico baseado na visão antropocêntrica, cita Thomas Malthus²⁰, contrapõe o mundo teocêntrico, às ideias progressistas do Empirismo e o Iluminismo. Este artigo é sobretudo um percurso histórico-sociológico, ainda que, numa abordagem ligeiramente diferente daquela que é feita por Domanska, E. (2013). Ainda assim, Alves, J.E.D. (junho, 2012), no seu ecodebate, atrai a atenção do leitor, ao iniciar o supracitado artigo com a ilustração apresentada na Figura 1 (*vide* ANEXO I). Apresentando «(...)Uma justificativa para uma abordagem não antropocêntrica(...)» Domanska, E. (2013:14), a autora recorre à biologia, à biopolítica e até à necropolítica para justificar certas posturas conceptuais.

«(...) na prática intelectual contemporânea os intelectuais não estão conectados por meio de métodos ou teorias, mas pelos problemas em que se concentram os seus esforços intelectuais, principalmente porque esses problemas estão diretamente ou indiretamente relacionadas ao controle da vida e da morte (a biopolítica, a necropolítica) dos seres humanos, por um lado, e proteger a "vida" da terra, por outro lado.(...)» [Domanska, E. (2013:14)]

A autora lança ainda, conceitos polémicos que se relacionam com a designada visão 'antropocêntrica iluminista' que é rejeitada pelos adeptos da 'ecologia profunda'. Assim, estas duas visões, ainda que antagónicas enriquecem o discurso reflexivo sobre a evolução conceptual do mundo que nos rodeia e que descentra o 'humano' do mundo que nos rodeia. O antropocentrismo 'iluminista', a meu ver, é uma forma interessante de 'humanos' mostrarem alguma preocupação com a Natureza e com os outros seres 'não-humanos'. Contudo, visa sempre a nossa própria sobrevivência, isto é a proteção da nossa espécie. Na realidade, numa visão mais centrada na Biologia Evolutiva e da Ecologia, a Biosfera funciona como um conjunto de relações de interdependência, mas há que considerar que ao longo da

¹⁹ Alves, J.E.D. (Junho,2012) intitulado 'Do antropocentrismo ao mundo ecocêntrico'.
<https://www.ecodebate.com.br/2012/06/13/do-antropocentrismo-ao-mundo-ecocentrico-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

²⁰ Thomas Malthus (1798). An essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, Mr. Condorcet, and other writers. Citado por Alves, J.E.D. (Junho,2012) intitulado 'Do antropocentrismo ao mundo ecocêntrico'.
<https://www.ecodebate.com.br/2012/06/13/do-antropocentrismo-ao-mundo-ecocentrico-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

História da vida na Terra sempre houve extinções e, por conseguinte devemos começar por ponderar a nossa própria extinção²¹. Para repensarmos ‘Rumos Coletivos de humanos e não-humanos’ Domanska, E. (2013:16), devemos aproveitar a liberdade de pensamento, de agir e de decidir para se criarem Ecopolíticas efetivas e eficazes que assentem na educação, sensibilização e divulgação científica às populações. Só desta forma, a ocupação antrópica deixa de ter uma fatura ambiental tão pesada e poderemos repensar a nossa existência e sobrevivência. A reflexão de ‘humanos’ deve centrar-se num futuro de ‘rumos coletivos entre humanos e não-humanos’ Domanska, E. (2013:16), por outro lado deve estender-se a um passado onde os seres ‘não-humanos’ foram remetidos para um segundo plano, na visão antropocêntrica. Neste *brainstorming* em escala alargada é interessante perceber-se a menção feita por Domanska, E. (2013:21), em nota de rodapé²².

«(...) É interessante notar que, do ponto de vista lógico, "humano" não se opõe ao "não-humano". O conceito de ser humano pode ser oposto ao do animal ou de coisas, mas o conceito de não-humano é a negação do ser humano, e não um termo de oposição.»

[Domanska, E. (2013:21)]

Uma importante referência feita por Domanska, E. (2013) é feita a Latour, B. (vide p.16). Na realidade qualquer reflexão acerca da agência ‘humana’ implica envolver Latour, B. uma vez que este autor, no âmbito da crítica sociológica permite uma abordagem que transcende a visão da atuação antropocêntrica. Duas obras de Latour, B. podem ser tomadas como referência: Latour, B. (2006), “Como prosseguir a tarefa de detetar associações”²³ na qual o autor lança diálogos facilitadores da interpretação da sua visão e teoria, para outros investigadores e Latour, B. (1994), “Jamais fomos Modernos”²⁴. No contexto das pós-humanidades emergentes Latour, B. torna-se uma referência já que é visível a inadequação existente nas teorias atuais face aos problemas que enfrentamos à escala global. A interação entre agentes humanos e não-humanos é uma proposta de desafio e reflexão levada a cabo por Latour, B. que deixa aos inúmeros investigadores instrumentos acerca do que o supracitado autor designa por ‘epistemologia relacional’ em particular na sua teoria do ator-rede²⁵. Tal como outros autores Latour, B. postula que agentes ‘humanos’ e ‘não-humanos’

²¹ Cf. Domanska, E. (2013:14) e a visão antropocêntrica iluminista: «(...) que leva em consideração a natureza e os não-humanos e pressupõe que o nosso cuidado ético pela natureza e não-humanos advém do nosso cuidado e responsabilidade aos humanos.(...)» *Beyond Antropocentrism in Historical Studies*. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 4, N.1, Janeiro-Julho de 2013. <file:///C:/Users/fred/Downloads/1768-Texto%20do%20artigo-5865-1-10-20131029.pdf>

²² Nota 30, Domanska, E. (2013:21). *Beyond Antropocentrism in Historical Studies*. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 4, N.1, Janeiro-Julho de 2013. <file:///C:/Users/fred/Downloads/1768-Texto%20do%20artigo-5865-1-10-20131029.pdf>

²³ Latour, B. (2006) “Como prosseguir a tarefa de detetar associações” in *Configurações: Revista de Sociologia*, (2),11-27.

²⁴ Latour, B., (1994) [1991], “Crise” in *Jamais fomos Modernos*, Rio de Janeiro, Editora 34, pp. 7-17.

²⁵ Cf. o mesmo que ANT [sigla em inglês para Teoria Ator-Rede]

não são atores isolados do mundo que os rodeia, encerrados em si. Na realidade, as questões relacionais começam por muitos investigadores a ser repensadas. Uma referência é Foltz, R. (2003)²⁶ que descreve os agentes não-humanos, como ‘atores históricos’ à luz da História. Foltz, R. realça por exemplo o algodão, lã, ou ovelha como ‘atores’, estando ciente que nesta perspetiva a sua ação histórica deve ser repensada. Para Richard D. Foltz, numa visão centrada em Latour, B.:

«(...) a História é sobre as interações e interconexões e não devemos limitá-los a ligação entre os seres humanos uma vez que "muitas das nossas interações históricas mais significativas têm sido e continuam a ser com não-humanos" [Domanska, E. (2013:18)]

Contudo, Latour, B. apresenta uma vasta obra como, filósofo e sociólogo pelo que as suas reflexões acerca da ciência e da tecnociência também constituem uma mais-valia no universo interpretativo da importância do ecocentrismo em detrimento do antropocentrismo. Em ‘Visualisation and Cognition: Thinking with Eyes and Hands’, Latour, B. (1986)²⁷ enfatiza aspetos importantes da nossa sociedade científica e tecnológica. Para o autor, *‘It would be nice to be able to define what is specific to our modern scientific culture’*²⁸, uma tarefa nada fácil uma vez que:

«(...) To arrive at a parsimonious explanation it is best not to appeal to universal traits of nature. Hypotheses about changes in the mind or human consciousness, in the structure of the brain, in social relations, in “mentalités”, or in the economic infrastructure which are posited to explain the emergence of science or its present achievements are simply too grandiose, not to say hagiographic in most cases and plainly racist in more than a few others.(...)» [Latour, B. (1986)]²⁹

Se Bruno Latour realça a nossa sociedade tecnocrata, Donna Haraway (vide p.16) também mencionada por Domanska, E. (2013) apresenta várias propostas de análise. Desde uma visão tecnocientífica, tal como Latour, B. ainda que não com a mesma intencionalidade, Haraway, D. (2000) apresenta um debate precursor da visão sociopolítica pós-feminista, no seu ‘Manifesto Ciborgue’. A interligação que podemos fazer entre os dois autores é apenas a da concepção de uma sociedade tecnocrata. Através do ciborgue, Haraway, D. (2000) faz interagir o mundo ficcional com a realidade social. Segundo a autora, o ciborgue, «(...) “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social

²⁶ Foltz, R. (2003). Does Nature Have Historical Agency? World History, Environmental History, and How Historians Can Help Save the Planet. The History Teacher, 37 (1), 9-28. <https://doi.org/10.2307/1555594>

²⁷ Latour, B. (1986). ‘Visualisation and Cognition: Thinking with Eyes and Hands’. <http://www.bruno-latour.fr/node/293> [Tradução portuguesa] <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1308>

²⁸ ‘Seria bom conseguir definir o que é específico da nossa moderna cultura científica.’ (trad. Português)

²⁹ Latour, B. (1986). Visualisation and Cognition: Thinking with Eyes and Hands’. <http://www.bruno-latour.fr/node/293>

e também uma criatura de ficção. (...)» (Haraway, D. 2000: 40). No mesmo discurso, Haraway, D. (2000: 43-44), refere ainda:

«(...) com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades, a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas (...).» [Haraway, D. (2000: 43-44)]³⁰

Analisando tanto Latour, B. e Haraway, D. podemos encontrar alguma convergência entre os dois autores. Considerando que na sociedade moderna a política, a economia, a ciência, a tecnologia e outros elementos sociais interagem de forma intrínseca, não funcionando como sistemas independentes, para Latour, B. (1994) as produções científicas são sobretudo uma rede de elementos. Elementos ‘reais, coletivos e discursivos’ pelo que no laboratório a produção científica é formalizada, produzindo-se tecnologias que influenciam a sociedade. O autor critica os discursos que separam a ciência da sociedade:

«(...)“eles inventaram nosso mundo moderno, um mundo no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social”.(...)» [Latour, B. (1994: 33)]

Por seu turno Haraway, D. (2000), ainda que entendendo a perspectiva de Latour, B (1994) na sua distinção entre ‘humanos’ e ‘não-humanos’ apresenta uma perspectiva analítica distinta mas que complementa a visão dos múltiplos ‘hibridismos’ resultantes das tecnociências contemporâneas. Um outro autor digno de referência, ainda que breve é Ted Steinberg, historiador e que na sua obra ‘Down to Earth: Nature, Agency, and Power in History’ enfoca-se muito na história dos EUA, desde os primeiros colonos até à atualidade. Para Steinberg, T. (2002), muito se tem falado das várias categorias históricas, da evolução das sociedades mas em que o ambiente nunca é mencionado. Steinberg, T. (2002) propõe que se transgrida o ‘determinismo cultural’ presente nas diversas formas de construtivismo social, para se analisar as interações entre humanos e não-humanos, já que este parece ser o problema atual de diversas áreas da Ciência e em particular das Ciências Humanas. Outra obra interessante deste autor, ‘Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America’³¹ (2006) enfoca a sua análise nas catástrofes naturais que atingiram regiões americanas. Steinberg, T. (2002), como historiador, ressalva que o papel do historiador é de facto o estudo ‘das coisas’, a história da cultura material. Contudo, há que destacar que na abordagem da ‘agência das coisas’, deve considerar-se que estas não existem por si só mas adquirem significação nas suas relações com as pessoas. Não será demais lembrar a obra de ‘Ensaio

³⁰ Haraway, Donna J. (2000), “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica.

³¹ Steinberg, T. (2006). *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*. Oxford University Press, USA. 2ª Ed. ISBN 0195309685-10/ ISBN 9780195309683-13

sobre a Dádiva' de Marcel Mauss (2008)³², na qual o “paradigma da dádiva”, numa sociedade que em muito se rege pela ambivalência da reciprocidade, na qual existe um interesse ou um desinteresse que surge quase espontaneamente e advém do interesse utilitarista. Neste ensaio, com diversas sinopses interpretativas pode transpor-se a ideia que os agentes ‘não-humanos’ sejam vivos ou inanimados, servem os interesses humanos, numa visão marcadamente antropocêntrica. Mauss, M., como sociólogo e antropólogo, redigiu este ensaio de forma visionária, com um carácter sociológico, antropológico e etnográfico. Aproveitando, o ‘paradigma da dádiva’, relacionando-o com a visão utilitária das sociedades humanas, e pelo que anteriormente foi referido com base em diversos autores, deve considerar-se que, muito já foi feito no sentido de nos despojarmos do antropocentrismo mas ainda e na generalidade estamos numa fase de vivência de um ‘antropocentrismo iluminista’. Muito há a fazer para que de facto deixemos totalmente o antropocentrismo para vivermos o ecocentrismo em pleno.

Relativamente ao tema a tratar nesta dissertação, e porque a perceção humana da dor de animais não-humanos tem sido influenciada ao longo dos tempos pelo Especismo, pelo Antropocentrismo e pelo Privilégio Humano, há que destacar que estes conceitos impedem que os animais não-humanos sejam vistos como seres capazes de sentir dor e dotados de direitos. Assim, sugere-se um caminho percorrido por outros autores, através dos quais e, numa literatura profícua percebe-se que a ‘humanidade’ e a ‘animalidade’ se interligam. Humanos e não-humanos são (re)vistos à luz da sua interdependência natural. Esta interpretação da relação entre ‘humanos’ e ‘não-humanos’, surge em Anna Tsing (2015)³³ na abordagem, em tom de parábola moderna, que faz aos cogumelos matsutake, uma iguaria gourmet, procurada de forma simples nas florestas mas que abastece um mundo economicista onde a subsistência precária, o declínio económico e a globalização se cruzam. Tsing (2015) realça a importância dos simples fungos (agentes ‘não-humanos’) na vida dos humanos. A referência ao facto deste pequeno cogumelo ter sido uma das primeiras formas de vida a ressurgir em Hiroshima após a bomba nuclear, permite transmitir a interligação entre o comércio e a ecologia do cogumelo matsutake. Anna Tsing observa ‘a natureza humana’, numa época de agravamento da degradação biossocial. Outros discursos acerca do ‘mundo multi-espécies’ podem ser encontrados em Ingold (2013), que apresenta o pensamento antropológico centrado no antropocentrismo confrontando-o com o clássico binómio ‘cultura-natureza’. Em “Anthropology beyond humanity”, Ingold coloca como cenário a Natureza, discutindo a nossa posição de aparente ‘supremacia’ em detrimento da vida animal (não-

³² Mauss, M. (2008). Ensaio Sobre a Dádiva. Edições 70. ISBN 9724415325 - 10

³³ Tsing, A. (2015). The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Ed. Princeton. ISBN 9780691178325.

humana). O autor conduz o seu discurso para o pensamento ecológico, na qual humanos e não-humanos partilham uma existência subvalorizada pelo exclusivismo humano e pelas ações. A antropologia ecológica ingoldiana, interliga os caminhos da Antropologia e da Biologia e realça de forma crítica as relações entre animais humanos e não humanos e sugere, que sejam repensadas. É precisamente Ingold que faz a distinção entre ‘humanidade’ e ‘animalidade’ (vide pág.6). O autor destaca ainda a marcada separação entre a ‘cultura’ e a ‘natureza’ patente no pensamento ocidental. Desta forma, e seguindo a linha interpretativa ingoldiana, os humanos apresentam um problema de perceção da sua condição de ‘sou mais um no Mundo’ e a natureza humana, as suas potencialidades e possibilidades devem ser questionadas. Por sugestão do autor, deverá haver uma abordagem transdisciplinar. O Homem desde sempre fez parte da Natureza. Tendo como formação de base a Arqueologia, reforço a ideia em questões como a recolção, a caça, a domesticação ou os primórdios da agricultura. Em todo este percurso, agentes humanos e não- humanos estiveram interligados. Mesmo com a origem das sociedades complexas, os agentes humanos dependeram sempre da Natureza, razão pela qual esta será uma forma muito simples mas holística de compreender a relação patente no binómio: ‘humanos’ e ‘não-humanos’.

Atualmente as sociedades humanas atingiram um imensurável nível de desenvolvimento sociopolítico e económico mas sobretudo científico-tecnológico. Numa altura em que (re) - pensar o futuro do planeta e da nossa própria espécie torna imperativa a abordagem da sustentabilidade, simultaneamente é urgente a perceção ambiental que nós humanos devemos adquirir. Descola, P. (2012) na sua obra ‘The Ecology Of Others’³⁴ aborda aquilo a que apelidou de ‘ antropologia da natureza’. O autor faz uma abordagem dualista mas tradicional da ‘ natureza’ e da ‘cultura’ [Descola, P. (2012:1)], no entanto remete para uma reflexão onde as ciências exatas e as ciências sociais devem interligar-se, apresentando no entanto vantagens e desvantagens acerca da compartimentação entre os dois campos científicos. Assim, como vantagens [Descola, P. (2012:1)] refere:

«(...) As with all specialization processes, this partitioning of competences has had some positive effects, inasmuch as the concentration of shared know-how, habits of thoughts, qualification systems, means of work and evaluation mechanisms within given learned communities has multiplied the conditions for the production of knowledge.(...)» [Descola, P. (2012:1)]

Por outro lado o autor aponta as desvantagens de tal compartimentação:

«(...) However, the reinforced institutional division between the sciences and the humanities has also had the consequence of making much more difficult the comprehension of situations

³⁴ Descola, P. (2012). The Ecology Of Others Anthropology And The Question Of Nature. Prickly Paradigm Press, LLC. ISBN: 9780984201020

in which material phenomena and moral phenomena are combined.(...)» [Descola, P. (2012:1)]

Descola expressa as suas opiniões críticas sobre o debate natureza versus cultura, uma divisão que se reflete tanto na Antropologia Biológica como na Antropologia Social [Descola, P. (2012:2)] «(...) *Anthropology has not escaped this kind of partitioning, and it is essentially this issue that the present pamphlet will engage.(...)*» e o autor continua, destacando o facto de que:

«(...) physical anthropology inherited the goal of establishing unity beyond variations, while social anthropology contented itself, most of the time, with accounting for variations against the background of a taken for granted unity. Recent attempts to rekindle the dialogue, as exemplified by the development of human sociobiology, evolutionary psychology, or memetics, have not yielded any convincing results so far, either because their treatment of cultural facts is of such weakness that it erases their particularisms, or because the biological mechanisms invoked as the origin of a given social fact are so general that they lose their explanatory power.(...)» [Descola, P. (2012:2)]

E, ao contrário de Haraway, D. (2007) que em ‘When species meet’ imerge de forma empática e empírica na abordagem das relações multi-espécies, Descola, P. (2012) remete-se para uma forte base científica. Assim, [Descola, P. (2012:2)] refere-se à herança genética para justificar o altruísmo protecionista entre indivíduos, à luz da Sociobiologia.

«(...)From the point of view of sociobiology, the function of kinship ties is to codify and stabilize altruism, that is to say one's disposition to protect relatives at the peril of one's life to ensure the survival through them of a part of one's genetic heritage. (...)» [Descola, P. (2012:2)]

O autor propõe que, para uma nova forma de encarar as relações ecológicas, a Antropologia terá que abandonar a visão antropocêntrica.

«(...) An ecology of relationships borrowing from different behavioral and life sciences is fostered by this recomposition, of which one can here and there discern the premises and to which anthropology will be able to contribute only by agreeing to give up a great part of its anthropocentrism.(...)» [Descola, P. (2012:5)]

Mencionando uma perspectiva conjectural da Ecologia, Descola, P. (2012), refere o seu método simplista, «(...) *Their method is simple, even simplistic: it involves isolating a limiting ecological factor-the differential fertility of soils, for exemple (...)*» [Descola, P. (2012:15)], destacando a ideia de que a cultura é influenciada por fatores ambientais, como por exemplo *tabus*. Esta última referência de Descola, P. (2012) é reforçada pela menção que o autor faz a Steward, J.H.³⁵ [(1944-1949)] e, ao supracitado Steward, J.H (1955) na sua obra Theory of

³⁵ Steward, J. H. Handbook of South American Indians, volumes 1-7.Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1944-1949. In Descola, P. (2012). The Ecology Of Others Anthropology And The Question Of Nature. Prickly Paradigm Press, LLC. ISBN: 9780984201020

Culture Change: The Methodology of Multilinear Evolution³⁶:

«(...) *Steward had been unable to escape, namely the recourse to two very different types of explanations for different parts of society: determinist and evolutionist for that which pertains to the social use of resources, diffusionist and contingent for that which pertain to religion and values.*(...)» [Descola, P. (2012:15)]

Descola, P. (2012), apresenta ainda outras interligações a Steward, J.H., numa visão partilhada por outros autores:

«(...) *Bizarre superstitions, customs without an apparent function, the sweeping movements of religious imaginary, which had previously stumped the founder of cultural ecology, all became transparent. For the most audacious successors of Steward, ritualistic cannibalism, dietary prohibitions, medieval sorcery or messianic movements were but adaptive responses to the constraints of a given environment.*(...)» [Descola, P. (2012:15)]

Para terminar a referência a Phillippe Descola, registre-se a ideia em resumo, de que numa abordagem inovadora e crítica, na sua obra 'The Ecology Of Others Anthropology And The Question Of Nature.'(2012), o autor desafia investigadores de diversas áreas científicas a repensarem a própria maneira a como se referem a humanos, objetos e meio ambiente. Descola, P. ao propor a ideia de que a Antropologia deve 'abandonar' o antropocentrismo, reforça a ideia da indissociabilidade do binómio Cultura-Natureza.

Regressando a Donna Haraway, se anteriormente se fez referência a esta autora na sua análise crítica à tecnocracia, no contexto deste tópico, a mesma surge como um exemplo na análise da relação Sociedade *versus* Natureza. Em 'Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making kin'. (2016)³⁷, em coautoria, a mesma autora remete -nos para a realidade contemporânea "Natureza" e "Sociedade", como um binómio indissociável. Dos seus vários discursos acerca do ' mundo multi-espécies' Haraway, D. (2007) em 'When species meet' inspirou-se, de certa forma no conhecimento empírico dos seus cães. Assim, numa abordagem de maior aproximação empática, numa imersão emocional Haraway, D. (2007) fala dos seus companheiros do dia-a-dia. Contudo nos estudos multi-espécies exigem que se passe de uma mera descrição apaixonada e apaixonante. Reconhecendo que as ciências naturais não são a única forma de conhecer outras formas de vida, e abalando a hegemonia descritiva, por vezes marcadamente antropocêntrica, os estudos multi-espécies permitem aos humanos saírem da esfera dos comportamentos típicos

³⁶ Steward, J. H. *Theory of Culture Change: The Methodology of Multilinear Evolution*. Urbana: University of Illinois Press, 1955. In Descola, P. (2012). *The Ecology Of Others Anthropology And The Question Of Nature*. Prickly Paradigm Press, LLC. ISBN: 9780984201020

³⁷ Haraway, D. *et al.* (2016). *Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making kin*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822373780>. ISBN electronic: 978-0-8223-7378-0 <https://read.dukeupress.edu/books/book/27/chapter-abstract/97682/Making-KinAnthropocene-Capitalocene?redirectedFrom=fulltext>

de cada espécie para reconhecermos as aptidões individuais, sociais e de criatividade adaptativa das outras espécies. Assim, existem inúmeros projetos nas mais diversas áreas, como é o caso da contribuição artística dinamizada por Eben Kirksey³⁸ e alguns colegas, tanto para a Revista Environmental Humanities, no âmbito dos “Multispecies Studies”. A divulgação ao público desta visão numa vertente biocultural surge no Salão Multiespécies³⁹. Das inúmeras obras apresentadas, destaco uma relacionada com o sofrimento, um sofrimento visto de uma forma partilhada na obra de Caitlin Berrigan⁴⁰. Na sua obra desenhou com o próprio sangue contaminado pelo vírus da Hepatite C. Berrigan⁴¹ ofereceu um fertilizante rico em azoto para um dente de leão, naquilo que apelidou de ‘ gesto nutridor’.

«(...)Caitlin Berrigan invited spectators to join her performance by sipping dandelion root tea while she fed a living dandelion with her own hepatitis C-infected blood.⁵² This gesture of reciprocal care and reciprocal violence illustrated that Berrigan’s blood, which would be dangerous to any human, could nonetheless still serve as a nutritious fertilizer for plants (see chapter 4: Life Cycle of a Common Weed).» [Kirksey, E. (2014:11)]⁴²

Segundo Berrigan, para ajudar o seu fígado a superar as infeções virais a autora toma raiz de dente de leão. Tal como Berrigan outros autores apresentam obras que remetem para uma reflexão acerca da nossa sensibilidade ‘ humana’ que nos deve conduzir a uma reestruturação dos nossos compromissos para com outras espécies.

Para terminar destaque-se que esta referência anterior reflete o que anteriormente foi dito. Os estudos Multi-espécies não podem nem devem ser apenas inspirados empiricamente na nossa visão apaixonada do outro ‘ não-humano’, deve ter um cunho científico. O inspirador projeto de Kirskey *et al* ‘The Multispecies Salon’⁴³ faz uma abordagem transversal que conjuga a ciência e a arte, é um exemplo desse cunho, ao que acresce a importante faceta da divulgação ao público. Sensibilizar um maior número de pessoas para a temática será uma forma de transformar o pensamento crítico ‘humano’ levando a visão antropocêntrica a “transmutar-se para uma visão ecocêntrica”.

1.2 A percepção do sofrimento animal requer uma visão ecocêntrica pautada de empatia

Só a visão ecocêntrica se torna facilitadora de nos colocarmos no lugar do ‘outro’. Essa tomada de lugar, talvez se torne mais difícil quando o ‘outro’ é um ‘ não-humano’. Na realidade,

³⁸ Kirksey, E. (2014). The Multispecies Salon. Duke University Press. E-Book Kindle <https://www.amazon.com/Multispecies-Salon-Eben-Kirksey-ebook/dp/B00PIKKE1C>

³⁹ The Multispecies Salon. <https://www.multispecies-salon.org/>

⁴⁰ Berrigan, C. “The life cycle of a common weed”, *in* Multispecies Salon, Parte II, Cap.4. pp.164-180

⁴¹ Kirksey, E. (2014). The Multispecies Salon. Parte II, Cap.4 pp.164-180. Duke University Press

⁴² Kirksey, E. (2014). The Multispecies Salon. Duke University Press. E-Book Kindle <https://www.amazon.com/Multispecies-Salon-Eben-Kirksey-ebook/dp/B00PIKKE1C>

⁴³ The Multispecies Salon. <https://www.multispecies-salon.org/>

a dor pode ser desacreditada em animais ‘não-humanos’, contudo faz parte da natureza humana tentar evitar ou minimizar o sofrimento e a dor. Este processo está intimamente ligado à nossa própria percepção da dor, bem como à nossa empatia. Essa empatia, vista de forma mais generalizada para com o ‘outro’ distancia-se um pouco da ideia de [Descola, P. (2012: 2)] (*vide* p.9), e da sua referência à herança genética como justificação para uma postura mais altruísta na proteção do ‘outro’.

No contexto português, mais uma vez se encontra uma lacuna nos estudos acerca da empatia ‘humana’ para com os ‘não-humanos’. Um trabalho de referência é o de Emauz, A. *et al.* (2016)⁴⁴. As autoras utilizaram um universo de portugueses no seu estudo, no entanto inúmeras vezes destacam que tiveram dificuldades no seu trabalho, nomeadamente na adaptação de escalas de empatia, uma vez que pouco ou nada existia acerca de estudos na população portuguesa. O trabalho foi desenvolvido através de parcerias institucionais⁴⁵ e apresenta os resultados de um estudo sobre a ‘Adaptação da Escala de Empatia com Animais (EEA) centrado na população portuguesa’. Ainda que com algumas limitações referidas pelos autores, este trabalho constitui, no entanto, uma referência no contexto nacional. Segundo os autores deste estudo, a empatia para com os não-humanos é um assunto bastante recente pelo que, se torna pertinente desenvolver um conjunto de instrumentos que permitam a sua medição e avaliação. Como foi referido, existe uma lacuna no contexto português no que respeita a uma EEA portuguesa, pelo que os autores do estudo utilizaram as escalas: Escala de Empatia para com Animais (EEA)⁴⁶ e Interpersonal Reactivity Index (IRI)⁴⁷. A utilização destas duas escalas permitiu aos autores do estudo a abordagem de um maior número de parâmetros a avaliar, já que a EEA (Paul, 2000) permite avaliar a empatia para com os animais tendo com base num questionário adaptado a partir de um outro que mede empatia emocional para com humanos originalmente criado por Mehrabian & Epstein, (1972) que continha duas questões dirigidas para os animais. Paul (2000) adaptou criando o EEA. Já o IRI avalia diferentes aspetos da empatia e, para tal apresenta uma complexidade que se traduz em quatro dimensões ou subescalas⁴⁸, em que cada uma é composta por sete itens, num total de vinte e oito itens. Não pormenorizando de forma exaustiva o estudo realizado por Emauz, A. *et al.* (2016), torna-se importante fazer referência a dois aspetos distintos. O primeiro: reforçar

⁴⁴ Emauz, A. *et al.* (2016). Adaptação da Escala de Empatia com Animais (EEA) para a população portuguesa. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.1049>

⁴⁵ CIS-IUL/ ISCTE-IUL e Psychology Department, Mid Sweden University

⁴⁶ Elizabeth Paul (2000), *in* Emauz, A. *et al.* (2016). Adaptação da Escala de Empatia com Animais (EEA) para a população portuguesa. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.1049>

⁴⁷ Davis (1980), *in* Emauz, A. *et al.* (2016). Adaptação da Escala de Empatia com Animais (EEA) para a população portuguesa. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.1049>

⁴⁸ Davis (1980). Designadas por: Tomada de Perspetiva, Preocupação Empática, Desconforto Pessoal e Fantasia, *in* Emauz, A. *et al.* (2016). Adaptação da Escala de Empatia com Animais (EEA) para a população portuguesa. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.1049>

a ideia transmitida pelos autores de que da aplicação adaptada destes instrumentos, neste estudo foi concluído que em Portugal, não existem instrumentos específicos para medir a empatia para com animais, e a utilização da EEA é uma forma de preencher essa lacuna. Mesmo antes da apresentação das conclusões, os autores reconhecem que pode ser uma limitação a constatação de que os resultados podem ser influenciados pela 'desejabilidade social', pelo que nesta perspetiva os resultados obtidos podem corresponder ao que é 'socialmente correto fazer-se' e, portanto expressa-se um resultado, sem que corresponda à verdadeira intenção pessoal. Dado que esta referência aos estudos de Emauz, A. *et al.* (2016), pretende-se que seja breve, não serão referidos todos os passos do processo investigativo, contudo convém destacar que após estabelecer diversas correlações entre as escalas e as subescalas, os autores concluíram ainda que:

*«(...) Apesar destas correlações parciais, a correlação moderada-baixa verificada entre as "duas empatias humano/animal" parece indicar que, ter empatia para com os animais não significa por si só ter empatia para com os humanos e vice-versa. A existência de uma relação entre as duas sugere uma base comum que faz despoletar sentimentos de empatia tanto por animais como por humanos, mas outros fatores estarão em jogo fazendo aumentar ou diminuir a nossa empatia dependendo do grupo alvo. (...)» [Emauz, A. *et al.* (2016:197)]*

A título de conclusão fazem ainda duas referências finais importantes:

*i) «(...)Fatores como o sexo (Paul, 2000), a vivência com animais de estimação (Ellingsen *et al.*, 2010; Furnham, McManus, & Scott, 2003; Paul, 2000; Paul & Serpell, 1993), a personalidade (Mathews & Herzog, 1997), a utilidade do animal (Knight & Barnett, 2008; Wells & Hepper, 1997), bem como a crença nas capacidades mentais dos animais (Apostol, Rebege, & Miclea 2013; Hills, 1995) têm sido assinalados como tendo uma importante influência na empatia, sobretudo quando relacionados com as atitudes para com os animais.(...)» ii) «(...) Com efeito, o presente estudo veio juntar-se a uma longa lista de estudos de empatia, em que se tem verificado que o sexo feminino exibe em norma uma maior empatia, tanto para com humanos (Christov-Moore *et al.*, 2014; Mestre, Samper, Frías, & Tur, 2009) como para com os animais (Daly & Morton, 2006; Paul, 2000). (...)» [Emauz, A. *et al.* (2016:197)]*

Apresentando uma justificação para a maior propensão e empatia para com os animais no sexo feminino, os autores mencionam Christov-Moore *et al.*, (2014) para destacar que:

*«(...) Esta maior propensão para a empatia por parte das mulheres, amplamente assinalada na literatura, pode estar relacionada com predisposições biológicas e experiências relacionadas com a maternidade.(...)» [Emauz, A. *et al.* (2016:197)]*

Apesar de a empatia constituir um fator indiscutivelmente importante na perceção humana da dor, convém referir ainda outros fatores que podem influenciar a supracitada perceção como a discriminação e a parcialidade. Assim, a título de exemplo mencionem-se aspetos que

advêm de estudos socio-antropológicos relacionados com a etnicidade como é o caso em que, muitos indivíduos ‘brancos’ acreditam que as pessoas negras não sentem tanta dor, pois creem que os negros têm uma pele mais dura e menos nervação sensorial. Parecendo um aspeto secundário e pouco pertinente de ser referido, passa a adquirir um outro destaque quando se verifica que, frequentemente, pessoas negras sejam subdiagnosticadas nos serviços de saúde e por conseguinte não recebam assistência médica de igual qualidade, que os indivíduos ‘brancos’, originando mais problemas de saúde em minorias étnicas. Se tal é constatado na relação entre humanos, podem então questionar-se aspetos que influenciam certamente a perceção humana da dor em animais ‘não-humanos’. Frequentemente, a perceção humana da dor de animais não-humanos é influenciada pelo Especismo (discriminação e hierarquização de seres vivos consoante a espécie a que pertencem), pelo Antropocentrismo (defesa da ideia de que o ser humano é superior às outras espécies) e pelo Privilégio Humano (vantagens sociais que os seres humanos têm sobre as outras espécies, sem merecerem ter essas vantagens). O Especismo, o Antropocentrismo e o Privilégio Humano impedem que os animais não-humanos sejam vistos como seres capazes de sentir dor e dotados de direitos.

Isto leva a que muitos animais ‘não-humanos’ sejam abusados pela espécie humana (em matadouros, circos, maus tratos pelos tutores, entre outros exemplos), de forma socialmente aceite embora esta atitude tenha vindo a ser cada vez mais condenada por defensores dos direitos dos animais.

1.3. Quando a cultura entra em conflito com novos valores éticos e morais

Em Portugal existem inúmeras tradições que fazem parte da nossa cultura material. Contudo, no contexto desta dissertação foram seleccionados dois exemplos a explorar. Em vertentes e contextos diferentes um, torna-se mais polémico do que outro, talvez pelo impacto socioeconómico mais expressivo: as touradas. O outro exemplo foi mencionado durante as entrevistas pela tutora Maria João Moreira e pelo tutor Jorge Montenegro. Um episódio recente e pontual à data e que deixou bastantes pessoas chocadas. Trata-se do ‘massacre’ na Quinta da Torre Bela. Em conversa com o professor de Filosofia Jorge Montenegro, de 57 anos e tutor do Bóris⁴⁹, quando lhe foi solicitado mencionar durante a entrevista alguma história sobre sofrimento animal, para além de uma história de infância começou por mencionar o que via na televisão:

⁴⁹ Um cão de porte pequeno que é paciente na Clínica *Animabilis*

«(...) O que vejo na televisão: as touradas, a caça (por exemplo, aquela montaria, em que se houvesse mais animais, mais animais teriam morrido), a caça à raposa (principalmente, à paulada). (...) [Jorge Montenegro]

1.3.1. Estudo de caso: as touradas

Refletir sobre a bioética, num mundo multi-espécies à luz de uma visão ecocêntrica exige uma coragem extra para derrubar preconceitos e tradicionalismos. E é desta reflexão que fala a deputada e líder parlamentar do PAN, Inês Sousa Real. A deputada reforça a necessidade de uma adaptação aos tempos e aos valores, mesmo que as touradas sejam parte integrante da cultura material. Assim, segundo afirmou Inês Sousa Real no debate da TVI com Miguel Sousa Tavares que decorreu em julho de 2020: «A cultura também se bane quando não acompanha os valores do século XXI».

Os aficionados alegam em defesa das touradas as questões da tradição, identidade e a cultura material portuguesa. Por outro lado, aqueles que contestam as touradas defendem a ideia 'da igualdade na consideração da dor e do sofrimento' tal como Peter Singer refere. A reforçar a abolição das touradas e o sofrimento do touro na arena, num espetáculo que em nada abona a favor no nosso sentido de empatia existe a legislação. O estatuto jurídico dos animais, legislado na Lei n.º 8/2017 de 3 de Março⁵⁰

«*Estabelece um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, e o Código Penal, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.*» [Diário da República, 1.ª série — N.º 45. 3 de março de 2017. p.1145)]

Pelo que no supracitado DR pode ainda ler-se:

«*A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte: Artigo 1.º **Objeto** A presente lei estabelece um estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, (...)*» [Diário da República, 1.ª série — N.º 45. 3 de março de 2017. p.1145)]

Em consequência das inúmeras alterações no Código Civil ditadas por esta alteração, surge na leitura do Artigo 201.º - B: «(...) Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.(...)», bem como no Artigo 201.º - C, referente à proteção jurídica dos animais: «(...) A proteção jurídica dos animais opera por via das disposições do presente código e de legislação especial.(...)». Se a estes artigos que conferem proteção jurídica aos 'não-humanos' considerando que são dotados de

⁵⁰ Diário da República, 1.ª série — N.º 45 — 3 de março de 2017. Pág.1145.
<https://dre.pt/application/conteudo/106549655>

sensibilidade e senciência se acrescentar uma leitura reflexiva atenta no que respeita à legislação que considera e criminaliza os maus-tratos a animais ‘não-humanos’, tal como o disposto na Lei 92/95 de 12 de Setembro, Capítulo I, Artigo 1º:

«1-São proibidas todas as violências injustificadas contra animais, considerando-se como tais os actos consistentes em, sem necessidade, se infligir a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões a um animal». [Lei 92/95.DR – I – série A, nº 211 de 12/09/1995, p.5722]

No ponto 3 do mesmo artigo constam descritas 6 alíneas, nomeadas de ‘a)’ a ‘f)’. Uma leitura atenta das mesmas, leva à exclusão expressa das touradas de acordo com o que consta na alínea b), do ponto 3 do artigo 1º. (*vide* Fig.2, ANEXO I)⁵¹

Vinte e seis anos passados, assiste-se a uma mudança conceptual segundo a qual, tal como já foi mencionado diversas vezes, a visão antropocêntrica começa a dar lugar à visão ecocêntrica, num ‘grito’ de alerta perante a conjectura ambiental e insustentável presente. Contudo, a lei mantém-se. Pode assim dizer-se que a lei existe mas não se encontra atualizada. Deveria ser revista com a maior urgência, uma vez que o animal na arena se encontra em *stress*, coagido e, por conseguinte não se respeita de todo o bem-estar animal. Acresce a este sofrimento emocional o sofrimento causado pela dor dos ferimentos infligidos pelas bandarilhas. Pensar neste aspeto implica interpretar coerentemente o disposto no Diário da República – I – série A, nº 211 de 12/09/1995, pág. 5722, Artigo 1º, ponto 1 (*vide* Fig. 2, ANEXO I), ao que acresce alguns pormenores legislados no mesmo artigo 1º, ponto 3, alínea e) se considerarmos que o espetáculo tauromáquico é uma ‘exibição’. Assim, a leitura atenta da alínea “e)” (*vide* Fig. 3, ANEXO I) pode servir para que se faça uma interpretação mais atualizada e contextualizada e não, numa visão unidirecional como pressupostamente foi intenção quando da publicação da Lei 92/95 de 12 de Setembro. Desta forma, a utilização no texto do termo ‘exibições’ pode ser considerada no contexto da tauromaquia uma vez que a tourada não é mais do que uma exibição pública de um animal ‘ não-humano’ na arena em confronto com o toureiro (animal humano). A mesma ideia de proteção do touro no que respeita à dor e sofrimento animal ‘não-humano’ pode ser descortinada na leitura parcial da alínea” f)” do referido DR e que se apresenta a seguir na figura 4 do ANEXO I. Mais uma vez o projeto de intenções desta Lei visou uma interpretação linear e unidirecional do texto, contudo se à luz dos ‘novos valores do século XXI’, mencionados por Inês Sousa Real do PAN, pode considerar-se que antes das touradas e ainda juvenis, os touros⁵² estão sujeitos a treinos que não lhes são confortáveis, logo implicam a ausência do seu bem-estar e têm como

⁵¹ Diário da República – I – série A, nº 211 de 12/09/1995, pág. 5722. <https://dre.pt/application/file/562301>

⁵² Cf. Termo ‘garraio’ (touro jovem)

objetivo culminar com o divertimento público, então a Lei revela-se novamente desajustada à nova realidade de respeito pela vida animal ‘ não-humana’ e pelo bem-estar animal. E, nessa nova proposta de interpretação do texto, a tourada assume contornos que infringem a Lei. Contudo, no debate⁵³ anteriormente referido, entre Inês Sousa Real e Miguel Sousa Tavares são evidentes não só as razões socioculturais mas também sociopolíticas. Abolir o financiamento das touradas poderia significar para a classe política a perda de eleitorado, arreigado às questões da tradição, mas também a questões de economia regional, já que as receitas geradas pelo espetáculo tauromáquico são importantes a nível da economia regional e, a este aspeto acresce por vezes na época de verão às receitas geradas pelo turismo. Inês Sousa Real defende uma posição de defesa no debate apelando à evolução sociocultural de acordo com os ‘ novos valores do século XXI’ que claramente convergem para uma visão ecocêntrica, defendida por diversos autores e refletida nas palavras de Peter Singer, no que respeita ao direito à ‘igualdade na consideração da dor e do sofrimento’ [Negrão, S. (2013)]⁵⁴.

«Da mesma forma que a cultura se forma também se bane quando não acompanha aquilo que são os valores do século XXI.» [Inês Sousa Real, Líder parlamentar do PAN]⁵⁵.

No debate, Miguel Sousa Tavares apresenta argumentos que se antagonizam com a posição de Inês Sousa Real. Num discurso fortemente patriótico, em defesa da cultura material do nosso país, atendendo ao pormenor dos regionalismos aliados à multiplicidade de eventos ‘ tradicionais’, o mesmo jornalista, editor, escritor e comentador político português sustenta a sua opinião em questões de índole socioeconómicas bem como sociopolíticas atendendo aos ‘lobbies’ e ao volume de negócio que em termos financeiros, a atividade tauromáquica representa para o nosso país. No mesmo debate e, relativamente ao apoio financeiro com dinheiros públicos que foi discutida, a 10 de julho de 2020 na Assembleia da República, já referido na conversa entre os intervenientes, surge também uma intervenção interessante de José Pacheco Pereira, que para além de político ligado ao PSD é professor universitário e investigador de História Contemporânea Portuguesa. Nas palavras de Pacheco Pereira, numa curta intervenção de cerca de 03:50 minutos disse de forma clara tudo o que poderia ser dito acerca de um assunto, quase sem sentido se atendermos ao senso comum. Assim, segundo Pacheco Pereira:

⁵³ TVI (06 de julho de 2020). <https://tvi24.iol.pt/politica/debate/touradas-a-cultura-tambem-se-bane-quando-nao-acompanha-os-valores-do-seculo-xxi>

⁵⁴ Negrão, S. (2013). HUMANOS E NÃO. As ideias de Peter Singer sobre a libertação animal. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/08/as-ideias-de-peter-singer-sobre-a-libertacao-animal-4245784.html>

⁵⁵ Debate da TVI, 06 de Julho, 2020, faixa vídeo 02:16, duração 00:05. <https://tvi24.iol.pt/politica/debate/touradas-a-cultura-tambem-se-bane-quando-nao-acompanha-os-valores-do-seculo-xxi>

«Devia haver uma objeção de consciência com os nossos impostos porque ... eu não quero pagar impostos que sirvam para financiar a tortura pública de um animal (...) Não aceito de maneira alguma que haja um espetáculo público de sadismo, masoquismo (...) que tem como centro, chamem-lhe o que quiserem mas é a tortura pública de um animal.»⁵⁶ [José Pacheco Pereira, 06 de Julho, 2020]

O supracitado político destaca no seu discurso a notória ‘hipocrisia’ da classe política que cria legislação que permite criminalizar quem mata um gato ou maltrata um cão, mas parece conivente com a tauromaquia, mostrando uma grave passividade perante os maus-tratos infligidos ao touro na arena quando se usam bandarilhas. Pacheco Pereira refere ainda os ‘lobbies locais’, ‘lobbies da tauromaquia’ e as ‘pressões’. E, relativamente aos argumentos de Miguel Sousa Tavares que representam uma amostra ainda significativa de portugueses, Pacheco Pereira refere:

« (...) e não me venham com a tradição porque eu conheço dezenas de tradições que acabaram porque eram consideradas cruéis ou injustas.(...) nenhuma pessoa decente pode achar bem o espetáculo público de tortura de um animal.»⁵⁷ [José Pacheco Pereira, 06 de Julho, 2020]

Contudo, a frase mais marcante de José Pacheco Pereira, relativa à tauromaquia, considero ser: «É uma marca de atraso e subdesenvolvimento da sociedade portuguesa» [José Pacheco Pereira]⁵⁸. Dias antes, a 04 de Julho de 2020, na Assembleia da República a deputada não inscrita Cristina Rodrigues fez uma intervenção, cujo conteúdo, esteve na mesma linha de Inês Sousa Real e de Pacheco Pereira.

Segundo notícia da agência Lusa⁵⁹. De acordo com a referida deputada, a tauromaquia é uma atividade onde «(...) são gastos cerca de 16 milhões de euros no fomento da tauromaquia em Portugal”(...)». Segundo Cristina Rodrigues (04 de julho, 2020) nenhum país “sadio” e que luta contra graves dificuldades económicas, deve desperdiçar recursos financeiros que deveriam ser canalizados para investimentos prioritários na área da educação, da saúde e do desenvolvimento de faixas da população mais desfavorecidas. Embora de acordo com a deputada Cristina Rodrigues, a tauromaquia esteja em declínio no nosso país, pelo aspeto

⁵⁶ Debate da TVI, 06 de Julho, 2020, faixa vídeo de 03:50, duração 01:01 – 01:24. <https://tvi24.iol.pt/politica/debate/touradas-a-cultura-tambem-se-bane-quando-nao-acompanha-os-valores-do-seculo-xxi>

⁵⁷ Debate da TVI, 06 de Julho, 2020, faixa vídeo de 03:50 e seguintes, duração 02:21 -02:45. <https://tvi24.iol.pt/politica/debate/touradas-a-cultura-tambem-se-bane-quando-nao-acompanha-os-valores-do-seculo-xxi>

⁵⁸ Debate da TVI, 06 de Julho, 2020, Intervenção de José Pacheco Pereira. faixa vídeo de 03:50 e seguintes. Duração 02:13-02:15 <https://tvi24.iol.pt/politica/debate/touradas-a-cultura-tambem-se-bane-quando-nao-acompanha-os-valores-do-seculo-xxi>

⁵⁹ Lusa (4 de Julho de 2020). Proibir financiamento público a touradas é objetivo da primeira iniciativa de Cristina Rodrigues. Jornal Público *online*. <https://www.publico.pt/2020/07/04/politica/noticia/proibir-financiamento-publico-touradas-objetivo-primeira-iniciativa-cristina-rodrigues-1923109>

positivo de haver cada vez mais pessoas a discordarem de se fazerem espetáculos de entretenimento público à custa do sofrimento animal, ainda assim, a pressão dos ‘lobbies’ ligados à tauromaquia continua muito marcada e a fazer uma forte resistência. Desta forma parece existir uma dualidade entre a defesa da vida e bem-estar animal que tenta conquistar adeptos entre o eleitorado, na população portuguesa através do debate do financiamento, dinheiro dos impostos e verbas que poderiam ser canalizadas para outros fins. Resumindo: um assunto aparentemente simples de defesa e proteção da vida e bem-estar animal, dando cumprimento a diretrizes internacionais e criando legislação nacional em consonâncias com essas mesmas diretrizes, torna-se complexo devido a aspetos de índole sociopolítica e socioeconómica.

Finalmente a 10 de julho e após a sessão na Assembleia da República chega a notícia de desfecho. O peso sociopolítico e económico da tauromaquia, aliado ao pensamento atávico, marcadamente de cariz antropocêntrico, faz com que jornais como o Expresso ou o Diário de Notícias bem como o anteriormente referido jornal Público, anunciem que ‘Parlamento chumba projetos para o fim do financiamento público das touradas’ [Jornal Expresso (10 de julho, 2020)]⁶⁰.

É certo que existem registos históricos que revelam que práticas de espetáculo que faziam uso dos touros remontam à Idade do Bronze, ao longo da história por diversas regiões como Portugal, Espanha. Registos proto-históricos revelam que os celtiberos, desde os finais da Idade do Bronze, por volta do século XIII a.C. faziam rituais de matança dos touros na arena para oferecerem o sacrifício aos seus deuses. Daí que a tauromaquia tem maior expressão nos países ibéricos, Portugal e Espanha, havendo no entanto diferenças entre os dois países que se foram ‘desenhando’ ao longo dos tempos. A influência colonialista dos dois países leva a que haja registos de espetáculos culturais com touros em países da América Latina como, Peru e México estendendo-se ao oriente chegando à China e à Índia.

Esta prática pode ser entendida, à luz dos processos de ritualização dos tempos mais remotos, num tempo de simbologias e figuras mitológicas. O touro, símbolo de valentia e coragem entrava na arena para se digladiar com um ‘humano’ ao qual eram atribuídas essas características do animal ‘não-humano’, ao mesmo tempo que os espectadores se divertiam, num frenesim impelido pela adrenalina. Os mais aficionados podem alegar a tradição, a cultura material carregada de simbolismo secular e até para muitos servirá de suporte algumas referências iconográficas bem como a relação entre a queda do mitraísmo com a

⁶⁰ Lusa (10 de julho, 2020). Jornal Expresso. <https://expresso.pt/politica/2020-07-10-Parlamento-chumba-projetos-para-o-fim-do-financiamento-publico-das-touradas>

adoção do cristianismo pelo Império Romano. De facto, existe um valioso espólio histórico-cultural, contudo a grandeza e esplendor da nossa espécie humana é quase tão antiga como a própria Humanidade. Remonta, talvez ao aparecimento das sociedades complexas. Referências ao deus e aos seus seguidores revelam que o símbolo de Mitras era o touro, usado nos sacrifícios à divindade.

Na iconografia de *Mitras*, que se espalhou pelo Império romano, a morte do touro, representaria a Lua. *Mitras* foi objeto de culto de alguns imperadores e juntamente com o Sol *Invictus*, eram os protetores do Império. Este culto a *Mitras* conhecido por mitraísmo a partir do século II tornou-se um dos mais importantes no Império Romano com numerosos santuários chamados mitreus (*mithraea*). Apesar de o mitraísmo ter entrado em declínio após a adoção do cristianismo pelo Império Romano, existem algumas coincidências que permitem estabelecer de forma tentadora um paralelismo entre ambas as correntes de culto. Uma delas relaciona-se com a data de nascimento de Mitras, celebrado a 25 de dezembro, mesma data do Natal de Jesus adotado no calendário atual. Para além da tradição celtibera na lida do touro, talvez a influência do Império romano na península Ibérica explique a forma como a tauromaquia assume um lugar de excelência como espetáculo cultural.

Apesar de um registo histórico-cultural longo e de grande expressão, regressando às palavras de Inês Sousa Real: «Da mesma forma que a cultura se forma também se bane quando não acompanha aquilo que são os valores do século XXI.» [Inês Sousa Real, Líder parlamentar do PAN]⁶¹. A estas junto, com alguma tristeza as de José Pacheco Pereira: «É uma marca de atraso e subdesenvolvimento da sociedade portuguesa» [José Pacheco Pereira]⁶², para que se continue a pensar na sociedade que somos e na que nos queremos tornar.

1.3.2. Estudo de caso: A montaria da Quinta da Torre Bela e o ‘ massacre’ de cerca de 540 animais ‘ não-humanos.

Foi notícia na televisão e nos jornais nacionais e, durante dias ocupou um lugar de destaque nos meios de comunicação em geral. No entanto, com o passar dos dias tornou-se mais um assunto a cair no esquecimento. Para quem tanto gosta dos animais’ não-humanos’ a consternação prolonga-se no tempo e a indignação pelo que de pouco ou nada possa ser feita não será mais do que a expressão do sofrimento humano perante o sofrimento dos ‘ não-humanos’ que viveram o cenário de horror. Nas entrevistas com Maria João Moreira e Jorge Montenegro, ambos os tutores de forma voluntária referiram o tema mas não se imiscuíram

⁶¹ Cf. pp. 33-34

⁶² Cf. pp. 34-35

de encaminhar o mesmo para uma crítica jurídico-política. Desta forma, Jorge Montenegro refere:

«(...) O que verifico: os partidos de esquerda preocupam-se: o PAN e o BE, exceto o PCP. Por exemplo, em relação a touradas. Os partidos de direita não se preocupam. (...)» [Jorge Montenegro]

Neste contexto, torna-se pertinente referir que o tutor Jorge Montenegro, quando questionado acerca das mudanças que considerou mais significativas em relação ao sofrimento animal, na sociedade portuguesa, menciona mais uma vez as iniciativas políticas do PAN⁶³ e a aprovação de leis : «(...) Eu acho que têm saído algumas leis. Como iniciativas como o PAN. (...)», no entanto tem a clara noção de que a generalidade das pessoas centra as suas emoções e empatia sobretudo em dois tipos de animais de companhia : o cão e o gato: «(...) Como as pessoas, no geral, são mais sensíveis com os animais de companhia (cães e gatos) do que com outros animais.(...)». Esta é uma forma discreta que Jorge Montenegro encontra para justificar que pouco se tem feito em relação aos animais não-humanos', num sentido mais lato. Revelando as suas convicções, continuou em conversa escorregada a referir que mudou há pouco tempo o seu regime alimentar.

«(...) Agora sou vegano. Em relação ao tratamento dos animais. No fundo discriminamos os animais. Por exemplo, os porcos são animais sencientes. E temos a capacidade de recorrer a produção de alimentos alternativa. Apenas há dois anos é que abri os olhos. Há semanas, tornei-me completamente vegano. O que custou mais largar foi o queijo. Eu larguei as coisas de forma faseada: primeiro, a carne, depois o peixe, a seguir os ovos, depois o leite e por fim, o queijo. Eu gosto do meu cão e pensei porque tratamos os outros animais mal? Pensei que não podia compactuar com esta situação. (...)» [Jorge Montenegro]

A riqueza da entrevista com Jorge Montenegro advém do facto de ser professor de Filosofia pelo que referiu a sua inspiração na mesma.

«(...) As teorias filosóficas que existem. Tom Reagan. Eu partilho essa ideia. Não devemos ser especistas. A minha ideia é que todos somos filhos da Natureza. Não devemos interferir na liberdade dos outros. Eu baseio-me na agência dos animais e no facto de serem sencientes. A Libertação Animal, de Peter Singer. Singer e Reagan foram os autores que mais defenderam os direitos dos animais. Tento sensibilizar os meus alunos para essa temática. (...)» [Jorge Montenegro]

Após a entrevista pesquisei sobre os autores mencionados pelo professor Jorge Montenegro e tento-me de forma breve a fazer uma referência aos mesmos. Assim, Tom Reagan (1938-2017), filósofo, foi professor de Filosofia na Universidade da Carolina do Norte.

⁶³ Partido 'Pessoas-Animais-Natureza'

Acérrimo defensor dos direitos dos animais, Tom Reagan deixou uma vasta obra. Teorizou acerca dos direitos dos animais 'humanos' e 'não-humanos' a partir do princípio da igualdade, refletindo acerca da ética e da moral. Postulando que 'humanos' e 'não-humanos' são sujeitos de uma vida, indivíduos sensíveis e conscientes de si mesmo, em particular referência aos mamíferos, Tom Reagan postula um igual valor convertido em direitos, nomeadamente o direito ao respeito. Neste conceito de 'respeito' incluem-se diversos aspetos que poderiam ser tratados, em particular a questão da dor e do sofrimento. Tom Reagan apresenta uma forte inspiração kantiana pelo que 'os indivíduos possuem valor inerente ou valor moral'. E se para Kant «(...) apenas indivíduos racionais, autônomos, possuem este valor absoluto⁶⁴. (...)» [Oliveira, G.D. (2004)], Tom Reagan partindo da ideia que o erro 'humano' reside na relação que estabelecemos com os animais 'não-humanos', muito baseada no antropocentrismo. Assim, Reagan destaca o modo como 'humanos' veem os animais 'não-humanos', basicamente como 'coisas', 'recursos', apenas indivíduos remetidos para um segundo plano com um valor meramente utilitário na perspetiva humana. Não alongando mais a menção a este autor, torna-se interessante a interpretação de base filosófica, fonte de inspiração para o professor Jorge Montenegro. Outra referência feita por Jorge Montenegro foi a Peter Singer e em particular à obra intitulada 'Libertação Animal'. A curiosidade e a pesquisa levou-me ao conhecimento de outro autor, filósofo australiano e professor na Universidade de Princeton. Nesta sua obra denota-se o seu forte empenho ativista sobretudo centrado em questões de ética prática e bioética. Ainda que com um trabalho muito centrado na produção animal, tanto no caso das touradas como no caso da caçada na Quinta da Torre Bela, pode referir-se Singer já que este autor:

«(...) é defensor da expansão do princípio da igualdade na consideração da dor e do sofrimento para atender aos interesses e preferências tanto de humanos quanto de animais. Como uma crítica à tradição filosófica que supervaloriza o status moral do ser humano, a teoria ética de Singer busca expandir a esfera de consideração moral humana para que seja possível incluir os animais na comunidade moral, usando como critério o princípio da igual consideração de interesses semelhantes. (...)» [Negrão, S. (2013)]⁶⁵

Apesar do artigo, apresentado por Negrão, S. (2013) em referência à obra de Peter Singer 'Libertação Animal', enfoque sobretudo acerca da produção animal alguns pormenores do artigo de Negrão, S. (2013) podem ser mencionados para que se gere uma reflexão acerca

⁶⁴ OLIVEIRA, G. D. de, A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos, de Tom Reagan. *ethic@*, Florianópolis, v.3, n.3, p. 283-299, Dez 2004.

⁶⁵ Negrão, S. (2013). HUMANOS E NÃO As ideias de Peter Singer sobre a libertação animal. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/08/as-ideias-de-peter-singer-sobre-a-libertacao-animal-4245784.html>

do que aconteceu na Quinta da Torre Bela e este sórdido acontecimento não caia no esquecimento mas seja um motivo para pensarmos que na generalidade:

«(...) O ser humano não percebe a necessidade do respeito moral para ele próprio, para outros seres humanos, para os animais e para o meio ambiente(...)»[Negrão, S. (2013)]

pelo que:

«(...) Falar sobre ética, na maioria das vezes, não é uma tarefa agradável. O pensamento comum demonstra que ter um comportamento ético é sinónimo de um trabalho árduo que envolve o autossacrifício e não traz recompensa. Mas é fundamental destinarmos um tempo das nossas vidas para refletirmos sobre estes assuntos. (...)» [Negrão, S. (2013)]

Peter Singer, uma referência para Jorge Montenegro é um filósofo australiano polémico. Tanto na sua obra 'Libertação animal', onde se enfoca na produção industrial, como na sua obra *Ética Prática*⁶⁶. Na realidade, as ideias de Peter Singer acabam por ser 'chocantes' para muitos leitores e críticos uma vez que expõe um lado do animal 'humano' que os humanos parecem não querer reconhecer. Singer menciona questões da ética antropológica, muito centradas nos benefícios que animais 'não-humanos' e o meio ambiente podem trazer aos humanos, numa clara perspetiva crítica ao antropocentrismo. Singer vai mais longe, para além dos valores morais, numa linha interpretativa kantiana, Singer refere-se ao 'utilitarismo'. E, embora se pudesse pensar em Mill e na sua obra 'O Utilitarismo', Singer apresenta um 'utilitarismo' cujas *nuances* são diferentes uma vez que se trata de um 'utilitarismo de preferências'. Focando as questões da dor e do sofrimento animal ' não-humano' a ideia de Singer pode traduzir-se basicamente no seguinte: nós animais 'humanos' devemos, enquanto sujeitos executantes de uma determinada ação devemos ponderar os efeitos dessa mesma ação e optar por alternativas que beneficiem ou pelo menos minimizem os riscos para todos os sujeitos envolvidos nessa mesma ação. Percebi que a opção de veganismo do professor Jorge Montenegro, teve como forte fonte de inspiração o trabalho de Peter Singer relativo à produção industrial de carne. E, apesar do Homem já não precisar de caçar para se alimentar a caça continua a existir como prática legal, por mero desporto, prazer e lazer (*vide* Fig. 5, ANEXO I). Regressando ao assunto principal deste tópico – o massacre da Quinta da Torre Bela – tal como referiu Jorge Montenegro, ' mais animais houvesse, mais animais teriam morrido'.

« (...)O que vejo na televisão: as touradas, a caça (por exemplo, aquela montaria, em que se houvesse mais animais, mais animais teriam morrido), a caça à raposa (principalmente, à paulada). (...)» [Jorge Montenegro]

⁶⁶ Singer, P. (2019). *Ética Prática*. Ed. Gradiva. ISBN: 9789726627234

Maria João Moreira, guarda prisional de profissão, não se coíbe de referir as questões que se relacionam com a lei, com a criminalização. Estabelecendo uma correlação entre a legislação e a postura dos cidadãos bem como com a criminalização por aplicação da lei, a mesma tutora refere:

« (...)Muito significativas, não vi. Em lei, mudou-se muito. Em papel mudou-se na prática não muito. No terreno, não acho que isso se verifique. No papel, mudou muito. No Brasil, eles querem criminalizar os maus tratos animais. Vê o massacre da Torre Bela, não se fez grande coisa. Há uma maior sensibilização por causa das touradas. A nível das autoridades, acho que se faz pouco. (...)» [Maria João Moreira]

Noutro momento da nossa conversa refere ainda:

« (...)Às vezes, vou à net e nos outros países eles têm uma mentalidade diferente. No Brasil, eles tornaram ilegal os maus tratos aos animais. E as cadeias deles já estão pela hora da morte. Mas há sempre lugar para mais um na cadeia. Em Portugal, ainda falta fazer. (...)» [Maria João Moreira]

Envolta numa acesa polémica que se mistura com o 'choque' de tal barbárie, os órgãos de comunicação social fazem da montaria na Quinta da Torre Bela notícia. Um crime hediondo perante o qual se procuram os responsáveis de modo a que não saia impune. A revolta e o choque aumentam quando se acrescenta a este acontecimento a sua publicitação nas redes sociais. Inês Sousa Real⁶⁷, refere 'O massacre da Torre Bela ou a impunidade da elite da caça' num longo artigo para o jornal Público⁶⁸, contudo muito interessante é o artigo do jornal JN⁶⁹ que noticia uma grande pressão dos ambientalistas no sentido de se rever com urgência a lei da caça. O mesmo jornal inicia o seu artigo referindo que,

«As associações ambientalistas classificaram este sábado "o massacre" de 540 animais na Herdade da Torre Bela como "um episódio perturbador" e defendem a urgência de rever a Lei da Caça para "travar novos crimes contra a natureza".(...)» [JN/Agências (26 Dezembro 2020)]

Destacando que já existiu uma ação conjunta entre associações ambientalistas nacionais e internacionais. Disso é exemplo, a ação conjunta da Associação Natureza Portugal que em parceria com a WWF⁷⁰, a Liga para a Proteção da Natureza, a Quercus e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. As supracitadas associações já apelaram inúmeras vezes ao longo dos anos ao ministro do Ambiente para a pertinência de uma revisão à Lei da

⁶⁷ Líder parlamentar do PAN

⁶⁸ Real, S.I. (23de dezembro, 2020). O massacre da Torre Bela ou a impunidade da elite da caça. Jornal Público online. <https://www.publico.pt/2020/12/23/p3/noticia/massacre-torre-bela-impunidade-elite-caca-1944026>

⁶⁹ Jornal de Noticias. JN/Agências (26 Dezembro 2020). Ambientalistas dizem que "massacre da Torre Bela" justifica revisão da lei. <https://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/azambuja/ambientalistas-dizem-que-massacre-da-torre-bela-justifica-revisao-da-lei-13173854.html>

⁷⁰ WWF - World Wide Fund for Nature ("Fundo Mundial para a Natureza"); uma ONG

Caça, bem como à necessidade de uma maior fiscalização a fim de se solucionarem problemas paralelos que vão surgindo. Assim, a Lei deve ser clara e a fiscalização prioritária e rigorosa. Aliás no artigo do JN é referido que: «Para as associações, a Lei da Caça e a sua regulamentação contêm "insuficiências graves". (...)», e destaca-se um pormenor importante que constitui uma falha da legislação – o facto da Lei ser omissa relativamente ao número de animais que podem ser mortos por cada caçador numa montaria. A este aspeto acrescentam ainda outras menções feitas pelas associações ambientalistas como a permissão de caça de espécies ameaçadas como a rola e relativamente às munições é feita referência ao chumbo que constitui uma ameaça para a saúde de humanos e ‘não-humanos’ uma vez que é um metal bioacumulável com efeitos a nível da bioampliação nas cadeias alimentares.

Analisando a legislação referente à caça, de facto no Diário da República em que se regulamenta Lei de Bases Gerais da Caça⁷¹ que data de 1999 começando por referir e passo a citar no Capítulo I, Artigo 2º, alínea b): «b)-Caça - a forma de exploração racional dos recursos cinegéticos;(…)». Chamando a atenção para o termo ‘racional’, o que se passou na Quinta da Torre Bela não será de todo minimamente ‘racional’.

Segue-se uma longa lista de artigos aos quais se deve dar cumprindo uma vez que foram redigidos de acordo com a política cinegética nacional. No Capítulo I surgem descritos o ‘objeto e princípios’. No Artigo 3º destaque-se logo à primeira vista a alínea ‘a)’ (*vide* Fig.6, ANEXO I), cuja leitura do texto não deixa margem para dúvidas que os recursos cinegéticos são património natural, que deve ser feito um ‘uso racional’, ‘uma produção sustentada’ e por fim, destaca o equilíbrio natural dos ecossistemas ‘no respeito pelos princípios da conservação da natureza e dos equilíbrios biológicos, em harmonia com as restantes formas de exploração da terra’. Para um país cuja legislação apela à exploração sustentável dos recursos cinegéticos, não deve deixar-se impune quem arquitetou e participou no massacre da Quinta da Torre Bela. No mesmo documento pode ler-se no Capítulo II, Artigo 6º, em referência à conservação das espécies cinegéticas: «(...)d) Ultrapassar as limitações e quantitativos de captura estabelecidos (...)». Mais uma vez, a atuação na montaria da quinta da Torre Bela revelou-se excessiva, uma vez que foi considerada ‘um massacre’. A legislação que regulamenta as leis da caça é imensamente vasta mas ainda assim pode existir uma disparidade na interpretação das disposições legais. Ainda assim, no Capítulo I, Artigo 4º do supracitado DR, surgem as ‘Tarefas do estado’ e aí consta:

⁷¹ Lei n.º 173/99 - Diário da República n.º 221/1999, Série I-A de 1999-09-21.
<https://dre.pt/application/conteudo/558206>

« (...)Para a prossecução dos princípios da política cinegética nacional cabe ao Estado: a) - Zelar pela conservação dos recursos cinegéticos e incentivar a sua gestão sustentada; (...)»
[Lei n.º 173/99⁷², Capítulo I, Artigo 4º alínea a)]

Por isso é legítimo que grupos ambientalistas e cidadãos comuns, no seu exercício de cidadania ativa exigirem que o estado faça cumprir a lei que ele próprio criou. No caso da Quinta da Torre Bela, sobressai a questão da empatia humana para com o sofrimento dos 'não-humanos'. Para além de todo o choque das notícias, constam os depoimentos de moradores nas proximidades que confirmam as longas horas de tiroteio que ouviram. A emoção dos relatos traduz a angústia 'humana' para com os 'não-humanos' abatidos. Quantas horas de *stress*? Quanta aflição em fugas sem saída? Quanto desnorтеio antes de morrerem em massa, sem uma morte digna e rápida? A que (des)humanidade foram sujeitos estes 'não-humanos'? Pensando nos princípios do utilitarismo ou na atuação dos veterinários quando se trata da eutanásia⁷³, encontramos um denominador comum: uma morte rápida, sem sofrimento, tal como é referido no *website* de "Veterinário sobre Rodas": «(...)uma morte calma e humanitária. É um direito animal que não se pode sobrepor ao dever cívico, (...)» destacando-se que o objetivo deste procedimento: «(...) *procedimento que tem por objetivo aliviar o sofrimento do seu animal (...)*» [Veterinário sobre Rodas]⁷⁴.

Por outro lado, em Peter Singer, utilizar de um pensamento 'utilitarista de preferências' em que o sofrimento causado deverá ser o menor possível e o sujeito que infere ao outro o sofrimento deverá ponderar 'um bem maior', isto é, deve ser questionado, antes de se agir se o sofrimento mesmo minimizado de um animal 'não-humano' compensará face ao bem-estar de um maior número de sujeitos⁷⁵. Esta é uma visão que se pode ter na atual produção alimentar mas que nem assim se justifica no ato de caçar. É completamente desnecessário. Confrontando o bom senso, a empatia para com o 'outro' humano ou 'não-humano' que caracteriza a nossa espécie, as questões do utilitarismo e por fim a legislação encontramos uma extensa rede de assuntos que de alguma forma Bentham, J. (1789;1907)⁷⁶ simplifica no que respeita à utilização de animais 'não-humanos'. Jeremy Bentham, fala de leis numa perspetiva socioeconómica mas à luz da filosofia do 'utilitarismo' e da moralidade. Na sua obra 'An Introduction to the Principles of Morals and Legislation'⁷⁷, Bentham, J. apresenta aspetos muito pertinentes no contexto da utilização de animais 'não-humanos' entre os quais

⁷² Diário da República - I-série A, n.º 221/1999, de 1999-09-21, pág. 6532, Lei n.º 173/99 de 21 de Setembro. <https://dre.pt/application/file/a/558140>

⁷³ Eutanásia deriva do grego *euthanatos* que se traduz para "boa" (eu) "morte" (*thanatos*).

⁷⁴ Veterinário sobre Rodas. O que é a eutanásia em animais? <https://www.vetsobrerodas.pt/veterinario-ao-domicilio/eutanasia-animais>

⁷⁵ Sujeitos Cf. Agentes humanos

⁷⁶ Bentham, J. (1907). An Introduction to the Principles of Morals and Legislation, Library of Economics and Liberty, 1907. <http://www.econlib.org/library/Bentham/bnthPML.htm>

⁷⁷ An Introduction to the Principles of Morals and Legislation' - IPML

se destaca o capítulo XVII, 'Of the limits of the penal branch of jurisprudence'. No ponto 1, 'Limits between Private Ethics and the Art of Legislation', Bentham, J. define ética como:

«(...) *Ethics at large may be defined, the art of directing men's actions to the production of the greatest possible quantity of happiness, on the part of those whose interest is in view.*(...) »
[Bentham, J. (1907)]

Em Bentham, J. (1907) torna-se pertinente a destacar que:

«(...) *What then are the actions which it can be in a man's power to direct? They must be either his own actions, or those of other agents. Ethics, in as far as it is the art of directing a man's own actions, may be styled the art of self-government, or private ethics.*(...)»
[Bentham, J. (1907)]

Embora dois séculos separem Bentham de Singer ambos os pensadores são defensores dos direitos dos animais 'não-humanos', defendem o princípio da igualdade perante a dor e o sofrimento e são fonte de inspiração para os debates mais atuais. Podemos pensar que, o grande passo de Bentham, enquanto pensador em pouco se traduziu na forma como a sociedade na generalidade pensa, pelo que Singer surge como outro pensador polémico e 'revolucionário' apesar do hiato de tempo entre ambos os pensadores. Embora reconhecido por muitos como o criador do 'animal liberation movement', na verdade Bentham não desenvolveu a sua obra em torno da defesa dos animais 'não-humanos'. Mas fazendo-lhe justiça existem alguns discursos seus que são pertinentes trazer para o contexto deste trabalho e, particularmente deste tópico. Defensor da igualdade entre humanos e 'não-humanos' à luz de uma moral abrangente sem cunho religioso Bentham defendia o bem-estar animal. Um aspeto interessante em Bentham é a analogia que este pensador estabelece entre os animais 'não-humanos' e os escravos [vide Bentham, J. (IPML, 282 – 83)]. O supracitado autor aborda as questões da ética e da moral, Bentham escreve no capítulo I da sua obra IPML, acerca das possibilidades das escolhas humanas. Apresenta a 'dor' e 'o prazer' como um binómio indissociável, o qual nos impõe 'a escolha'. Uma escolha que se encontra intrinsecamente ligada 'aos braços de uma balança' onde de um lado se encontra o padrão do 'certo' e do 'errado', do outro a cadeia de causas e efeitos presos [Bentham, J. (IPML, Capítulo I)]. Para terminar a referência a Bentham e não se perder a linha de discurso que se centra na 'morte e sofrimento animal inúteis reforça-se a ideia de que este autor não era propriamente contra a morte de um animal, contudo ressalva que a crueldade deve ser evitada nomeadamente quando se revela inútil. A montaria e o massacre da quinta da Torre Bela revela uma crueldade 'amoral' com séculos de atraso.

Verdade é que após tantos aspetos mencionados gastaram-se umas quantas páginas com um assunto que em termos éticos e morais nem deveria ter acontecido. Apesar das diversas associações que em defesa da natureza lançarem alertas desesperados para uma revisão da

lei e uma efetiva atuação no terreno onde a fiscalização rigorosa assume um papel de regulador, fica a questão: Não será por si só um crime banalizar uma outra vida apenas por mero prazer e lazer? Sabemos que não precisamos de caçar. A primazia humana a nível científico-tecnológico permite-nos usufruir de uma indústria de produção já de si discutível (Cf. Peter Singer) em termos de atuação ética. Então nada justificaria tal ação: pouco utilitária, pouco ética e tão desumana!

2. O sofrimento animal e o diagnóstico da dor

2.1. Qual a definição de 'dor'?

Que a dor cria muito desconforto físico e psíquico é um dado adquirido em humanos e já percebido por humanos relativamente a pacientes não-humanos. Não sendo o objetivo deste trabalho a abordagem pormenorizada da fisiopatologia da dor, torna-se contudo importante referir que o descortinar da origem da dor, é um dos passos mais importantes ainda que complexos em pacientes não-humanos que não verbalizam a sintomatologia quer física quer emocional que surge em consequência da mesma.

«(...) A definição oficial de dor, da Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP) é: “uma experiência sensorial e emocional desagradável, associada com lesão tecidual real ou potencial, ou descrita em termos desse tipo de lesão. (...)» [Fonte: WSAVA Pain Guidelines (2020:5)]⁷⁸

Existe uma diferença entre o sofrimento animal não-humano e a perceção humana do mesmo. Esta perceção é condicionada por diversos fatores como o perfil psicológico, idade, género, estado civil, entre outros fatores mas há que ter em consideração o distanciamento e gestão emocional que o veterinário, enquanto profissional de saúde deve demonstrar e que é completamente diferente da vivência do tutor. Pressupondo o tutor, como aquele humano que gosta, cuida, partilha o dia-a-dia com o seu animal 'não-humano', por vezes conviver com episódios de sofrimento do seu 'não-humano' pode criar alguma angústia e ansiedade.

Por exemplo, Maria João Moreira, 49 anos e tutora de duas gatas, a Ema e a Fusca, quando questionada sobre o que pensa acerca do sofrimento animal refere:

«O sofrimento humano é horrível, mas para mim, o sofrimento animal também é horrível. Eu lido muito mal com isso. É horrível...horrível! Nem tenho palavras. Não quero igualar o sofrimento animal ao humano, porque sei que muitas pessoas ficam chocadas com isso.»

[Maria João Moreira]

As palavras de Maria João deixam transparecer que quando tem que se confrontar com o sofrimento animal sente-o marcadamente mas, por outro lado em tom de desabafo apresenta questões sociais que a levam a não igualar o sofrimento animal não-humano ao sofrimento

⁷⁸ Pain Guidelines (2020). Portuguese. PDF.
<https://wsava.org/global-guidelines/global-pain-council-guidelines/> ou
<https://wsava.org/wp-content/uploads/2020/01/Pain-Guidelines-Portuguese.pdf>

humano. As suas palavras mostram claramente que um pensamento mais igualitário no que respeita a humanos e não-humanos, ainda não é socialmente aceite, no nosso contexto português. Também, Jorge Montenegro de 57 anos e tutor do cão Bóris refere: *«Lido mal (risos). Uma vez um ficou internado e fiquei a pensar nas coisas piores. É um suplício.»*

Desconhecendo o que se passa com outros tutores, a nível da questão do sofrimento animal e em particular do seu 'não-humano' de companhia, Jorge Montenegro refere ainda: *«Os únicos tutores que conheço sou eu e a minha mulher. O tutor revela mais esse sofrimento. Os veterinários não. Com a idade não vejo diferenças.»*

Analisando com mais atenção a questão da idade mencionada pelo supracitado tutor, verificamos que o mesmo denuncia uma questão de 'maturidade' que pode ajudar no processo de 'racionalização', atenuando o sofrimento do tutor relativamente ao sofrimento do seu 'não-humano'. De facto, não sendo um assunto a tratar neste capítulo, convém referir que embora não haja um 'protocolo de emoções' a seguir quando nos confrontamos com o sofrimento do animal 'não-humano', a idade sendo reflexo de maturidade pode ajudar a entender e contextualizar o momento pelo qual se está a passar. Não é uma regra, mas sentimentos como a 'negação', o inconformismo, a angústia e a ansiedade de se ver sofrer aquele de que tanto se gosta, misturam-se e por vezes a imaturidade conjugada com a emotividade não ajudam a ultrapassar o momento podendo, às vezes até ser um factor negativo na colaboração com o veterinário. Jorge Montenegro refere ainda que noutros tempos: *«(...)Em miúdo, tive um cão que foi atropelado. Eu tinha 6 anos. Foi um sofrimento para a família. (...)».*

Parecendo um paradoxo, ao que foi mencionado acerca da idade, Jorge Montenegro termina o seu relato dizendo: *«(...)Se fosse hoje, sofria mais(...)».* Na realidade, para uma criança de 6 anos, o sofrimento é momentâneo, o que não aconteceria atualmente com outra idade e consequentemente outro nível de consciência. Contudo, continua a ser de extrema importância o registo que Jorge Montenegro faz acerca do sofrimento do tutor avaliando-o como maior do que para o veterinário, reforçando que com a idade se esbatem as diferenças. Nestas afirmações de Jorge Montenegro convém distinguir, o veterinário enquanto profissional de saúde animal, que tem que ter um determinado perfil e, ao longo do seu percurso vai aprendendo a gerir o *stress* que advém, de situações menos positivas dos seus pacientes 'não-humanos'. Acresce que ao veterinário cabe, lidar com o seu paciente e com a 'família do paciente'. Esta, para além das informações que pode fornecer, fica ansiosa por notícias 'ao minuto', num estado de ansiedade perante o qual o veterinário não pode ser demasiado 'permeável' ao estado emocional do tutor e/ou família. Aqui muitos cenários poderiam existir: um tutor, a idade, uma família com ou sem crianças, etc. São cenários possíveis e diversos mas que têm em comum o sofrimento. O sofrimento físico e emocional

do 'paciente não-humano' e o sofrimento emocional do 'humano'. Cabe ao veterinário agir em conformidade com o seu papel. Agir no sentido de mitigar o sofrimento do seu 'paciente não-humano'. No entanto, o veterinário enquanto profissional de saúde e 'humano' necessita de fazer uma transição entre o que aprende na teoria durante o seu percurso formativo e a prática do quotidiano. Tal como, refere o Dr. João Pedro Silva:

«No segundo ano do curso tive uma cadeira de comportamento animal. No quarto ano do curso, comecei a lidar com animais. Mas aquilo que sei de dor animal é devido à sensibilidade.» [Dr. João Pedro Silva]

Reforçando a ideia de que a prática profissional permite adquirir e interiorizar um conjunto de comportamentos evidenciados por parte do paciente 'não-humano' que rapidamente no dia-a-dia permitem uma avaliação *a priori* de alguns aspetos relacionados com a diagnose da dor. Assim, por exemplo segundo o Dr. João Pedro Silva: *«Os gatos encolhem-se quando sentem dor e nós lhes tocamos, não fazem nada. Os cães mordem quando são tocados e sentem dor.»*

2.2. A reciprocidade no cuidar: o bem-estar humano versus bem-estar do nosso 'não-humano'

Hoje em dia é um facto que os nossos 'não-humanos' nos dão muito de si: a sua companhia, o seu afeto, a sua preocupação para connosco quando nos sentem 'menos bem'. Estudos revelam que ter um animal 'não-humano' de companhia é uma mais-valia no combate sobretudo à solidão e em situações de desequilíbrios de vária ordem do foro psíquico. Tal ideia é reforçada pelos resultados obtidos e atualmente divulgados em que inúmeros estudos da área da Psiquiatria, mostram existir uma convergência para a ideia de que os animais 'não-humanos' de estimação são uma mais-valia para a saúde mental em humanos. Assim, por exemplo o Jornal 'Público'⁷⁹, o *website* do Hospital de Santa Mónica⁸⁰ no Brasil ou a publicação científica de Faraco C.B. *et al.* (2009) referem os benefícios dos animais 'não-humanos' de companhia em terapias aplicadas a crianças e jovens. Em linhas diferentes, o Jornal informa o público em geral dos benefícios de se ter um animal de estimação. Contudo o artigo *online* do Hospital de Santa Mónica explora uma vertente científica mais sólida e refere a intervenção mundial do programa Save the Children⁸¹ que no seu artigo *online* datado

⁷⁹ Jornal Público. *online* 27 de Setembro de 2017. Quando os animais de estimação também ajudam a curar. <https://www.publico.pt/2017/09/27/estudiop/artigo/quando-os-animais-de-estimacao-tambem-ajudam-a-curar-1786744>

⁸⁰ Hospital Santa Mónica, Brasil. Publicado *online* a 29 de outubro de 2020. Terapia assistida por cães: como os animais ajudam na saúde mental das crianças. <https://hospitalsantamonica.com.br/terapia-assistida-por-caes-como-os-animais-ajudam-na-saude-mental-das-criancas/>

⁸¹ Save the Children (8 de Maio, 2020). <https://www.savethechildren.net/news/%E2%80%98children-risk-lasting-psychological-distress-coronavirus-lockdown%E2%80%99-save-children>

de 8 de maio de 2020 analisa os efeitos do confinamento em virtude da pandemia devido ao Covid-19. Segundo o supracitado artigo na opinião de Anne-Sophie Dybdal⁸²:

«(...) *People who are outside regularly have a lower activity in the part of the brain that focuses on repetitive negative emotions. This is one of the reasons children can slide into negative feelings or even depression during the circumstances they are living in now.*(...)» [Website Save the children (vide nota de rodapé 83)]

Ainda, no mesmo artigo segundo Marie Dahl⁸³ valorizando a resiliência infantil alerta no entanto para os efeitos que o confinamento poderá ter sobretudo em crianças cujo meio seja menos favorável. Situações de pobreza ou violência doméstica entre outras proporcionam uma vulnerabilidade cujos efeitos na saúde mental ultrapassará certamente o contexto da pandemia. Mesmo crianças inseridas, num contexto familiar estável podem sofrer de tédio e frustração devido à redução de atividades que lhes permitam extravasar as energias e diversificar as situações de exploração lúdico-didáticas. Crianças que no seu ambiente familiar tenham a presença de um animal de estimação podem conseguir aliviar o *stress* gerado pela situação de confinamento. Tirar partido do que se constata na relação ‘humano’-animal ‘não-humano’ de estimação em termos de afeto, empatia e companhia, o Hospital de Santa Mónica reforça a ideia que a participação ‘do cão’ no tratamento da ansiedade e do tédio sejam uma mais-valia. Na Terapia Assistida por Animais (TAA), segundo o terapeuta Vinícius F. Ribeiro, é utilizado geralmente o cão pois é considerado por excelência um ‘ser de afetos’. Na relação humano -‘não-humano’ canídeo a partilha de afetos que se gera é recíproca o que permite ampliar a percepção da afetividade e do carinho mesmo em pessoas que tenham dificuldade em demonstrar e desenvolver estes sentimentos. Este tipo de terapia funciona uma vez que a presença do cão desencadeia uma reação muito orgânica levando o sistema neuro hormonal a libertar neurotransmissores e hormonas que contribuem para a saúde humana. Daí que, tanto em crianças como em adultos, os nível de ansiedade, tristeza e depressão sejam reduzidos no convívio com os ‘não-humanos’. Também há referências de benefícios no caso de doentes oncológicos, cujos períodos de internamento são por vezes longos.

Muitos hospitais de oncologia⁸⁴ utilizam a TAA como meio de aumentar ou manter o equilíbrio emocional dos pacientes. Este tipo de terapia, segundo o jornal ‘Público’ não carece de comunicação verbal podendo ser utilizada em diversos contextos e, acrescente-se que na

⁸² Anne-Sophie Dybdal, Senior Child Protection Advisor at the Mental Health and Psychosocial Support Unit of Save the Children

⁸³ Marie Dahl, Head of Save the Children’s Mental Health & Psychosocial Support Unit

⁸⁴ Cf. Rede Câncer. (2016).Terapia com cães reforça tratamento e ajuda na recuperação de pacientes de todas as idades. Edição 34. <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//rrc-34-capa-bom-pra-cachorro.pdf>

TAA podem ser utilizados outros 'não-humanos', como golfinhos, cavalos, ou burros. Os benefícios da TAA constituem o denominador comum na atividade profissional de alguns terapeutas na área da Psicologia e Psiquiatria, sobretudo na Pedopsiquiatria. Em casos de autismo, paralisia cerebral ou perturbações do foro intelectual, físico ou emocional, segundo a psicóloga Patrícia Marques⁸⁵. O paciente humano na sua relação com o terapeuta ' não-humano' sai do seu mundo interior, treina as suas competências sociais e de regulação das emoções. Outra psicóloga, Maria Purificação, também é citada no artigo do jornal 'Público'. Na opinião desta última o terapeuta 'não-humano' permite a um paciente deprimido criar rotinas de responsabilização como dar de comer, brincar e passear. Os passeios ao exterior acabam por ser uma mais-valia em diversos aspetos quer pela prática de exercício físico como na promoção de relações interpessoais. Um outro aspeto referido é o efeito dissuasor em caso de pacientes com pensamentos suicidas. Ter a seu cargo um 'não-humano' é uma responsabilidade uma vez que, da parte do humano há uma consciência de que o animal 'não-humano' depende de si. O terapeuta 'não-humano' permite assim, manter o paciente humano 'agarrado' à vida constituindo uma motivação. Em pacientes mais jovens permite o desenvolvimento da responsabilidade e do dever" bem como o sentido de organização e a importância da rotina ou horários consistentes. Sabendo que a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano pautada por alguma instabilidade emocional, por vezes cunhada de algum egoísmo, não se associando a nenhuma patologia, responsabilizar-se por um ' não-humano' de estimação torna-se uma mais-valia, não só pelo que anteriormente foi mencionado a nível da organização e responsabilização mas também por ajudar a quebrar a sensação de solidão que é comum em certos períodos da adolescência. Os terapeutas ' não-humanos' também constituem uma mais-valia na estimulação de pacientes idosos a quem se associa um quadro clínico de Alzheimer.

Estudos na área da Psicologia também evidenciam que a 'Conexão emocional com os animais de estimação' [Aosani, T. (2020, Abril, 24)]⁸⁶ é muito positiva. Segundo a supracitada psicóloga: «(...)Os laços entre humanos e animais são poderosos. E a correlação positiva entre animais de estimação e saúde mental é inegável. (...)». Aosani, T. destaca que:

«(...) As pessoas se sentem mais necessárias quando têm um animal de estimação para cuidar. O ato de cuidar traz benefícios à saúde mental. Cuidar de outra coisa viva nos dá um senso de propósito e significado. (...) Em tempos como a quarentena, que somos obrigados a ficar em casa, os animais de estimação podem muitas vezes ser a única companhia de

⁸⁵ Jornal Público. *online* (27 de Setembro de 2017).

⁸⁶ Aosani, T. (2020, Abril, 24). Conexão emocional com os animais de estimação.

<https://taniaaosanipsicologia.com.br/blog/conexao-emocional-com-os-animais-de-estimacao/>

peças solitárias, ou até mesmo, uma companhia agradável e cheia de carinho para idosos, crianças e adultos. (...)» [Aosani, T. (2020, Abril, 24)]

Sendo um campo de investigação com cerca de três décadas, estudos como os de Alan Beck, psicólogo da Universidade de Purdue, em Indiana nos EUA, e Aaron Katcher, psiquiatra da Universidade da Pensilvânia, também nos EUA, mostraram os efeitos fisiológicos benéficos relacionados com a produção hormonal associada ao *stress*. No seu *website*⁸⁷, o Instituto do Animal apresenta uma postagem intitulada 'Os animais fazem bem à saúde' onde destaca também os aspetos fisiológicos de bem-estar humano que advêm da convivência com não-humanos. Atualmente terapeutas 'não-humanos' sobretudo cães colocados nos hospitais ajudam os pacientes a superar quadros clínicos de ansiedade e *stress* pós-traumático. Destaque-se ainda que perante a exaustão, e quadro clínico de *burnout* dos profissionais de saúde devido à pandemia por covid-19, alguns hospitais utilizaram cães para que os mesmos, nos breves períodos de descanso dos profissionais de saúde os ajudassem a manter o equilíbrio emocional e a sua saúde mental.

A importância da presença positiva de cães e gatos na vida do ser humano é destacada no estudo realizado por psiquiatras da Clínica Médico-Psiquiátrica da Ordem, no Porto (Portugal), no qual se concluiu que coabitar com um animal não-humano pode ajudar a tratar doentes com depressões que não respondam. O mesmo artigo refere uma publicação científica do Journal of Psychiatric Research que teve por base o acompanhamento de 33 pacientes com distúrbio depressivo maior (DDM), colocados em contato com animais não-humanos. O estudo comparou este grupo com um à medicação convencional, segundo o artigo da revista científica Galileu⁸⁸. Outro grupo de 33 pacientes com o mesmo distúrbio mas sem convivência com animais não-humanos. Como resultado, cerca de mais de um terço dos pacientes com DDM que estiveram em contato com animais não-humanos já não apresentam sintomas suficientes para serem enquadrados no quadro clínico da doença após 12 semanas. Neste estudo participaram cerca de 80 pacientes de uma clínica psiquiátrica portuguesa com tratamentos ambulatoriais. Segundo o supracitado artigo:

«(...)Utilizando a Escala de Avaliação de Depressão de Hamilton (HAM-D) e a Escala de Avaliação Global da Funcionalidade (GAF), os psiquiatras observaram que os novos donos de animais de estimação começaram a demonstrar sinais de alívio da depressão em apenas quatro semanas.(...)» [Redação Revista Galileu (2018)]⁸⁹

⁸⁷ Instituto do Animal (2016, Abril). <https://institudoanimal.pt/os-animais-fazem-bem-a-saude-2/>

⁸⁸ Redação Galileu (2018, Agosto, 10). Ter um companheiro *pet* faz bem para sua saúde mental. <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2018/08/ter-um-companheiro-pet-faz-bem-para-sua-saude-mental.html>

⁸⁹ Redação Galileu (2018, Agosto, 10). Ter um companheiro *pet* faz bem para sua saúde mental. <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2018/08/ter-um-companheiro-pet-faz-bem-para-sua-saude-mental.html>

Também Brown, H.& Nading, A.M. (2019) no seu artigo 'Introduction: Human Animal Health in Medical Anthropology'⁹⁰ propõem uma abordagem interessante sobre a Saúde Animal Humana à luz da Antropologia Médica. Embora bastante focado nas relações entre organismos humanos e não-humanos e nas questões acerca da 'patogenicidade', a proposta dos autores, enveredando por caminhos exploratórios de cariz etnográfico, aborda o modo como os animais não-humanos estão implicados na saúde, bem-estar dos humanos.

Para terminar, regressando à questão central da reciprocidade entre tutor- animal 'não-humano', se o título da supracitada postagem de Alan Beck e Aaron Katcher, 'Os animais fazem bem à saúde' é verídico, convém reforçar a ideia de que qualquer relação que se estabelece entre dois seres, não pode nem deve ser unilateral. E, de pelo título deste tópico: 'A reciprocidade no cuidar', fica implícito que existe uma relação de partilha entre o humano e o seu 'não-humano', pelo que se os nossos animais 'não-humanos' nos fazem tão bem, devemos tomar como 'dever' e obrigatoriedade o cuidarmos deles. Cuidarmos em afetos, em condições de habitabilidade, alimentação, lazer e saúde. Daí se tornar pertinente a próxima referência ao dever do tutor.

2.2.1. O dever do tutor na reciprocidade do cuidar

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, datada de 1978, reconhecida pela UNESCO e pela ONU constituiu um grande passo no sentido da proteção animal. De acordo com a supracitada Declaração ficou registado por escrito que "*todos os animais têm direito a ser respeitados*"⁹¹. Desde então muitos países têm criado leis de modo a garantirem essa mesma proteção. Portugal não foi exceção, acompanhando a evolução dos tempos.

«(...) entre 2009 e 2015 foram criadas leis para a responsabilização e criminalização dos maus-tratos animais, sendo estas situações atualmente puníveis por lei com pena de prisão entre 1 a 8 anos.(...)» [Blog Veterinários sobre Rodas (2020, julho, 8)]⁹²

Consultando a legislação portuguesa sobre 'animais de companhia' disponível no *website* da LPDA⁹³, pode consultar-se um vasto índice de temas. Desde a Convenção Europeia para a proteção de animais de companhia aprovada em 1993 ao Estatuto Jurídico dos 'animais'. De todos os itens, para além dos mencionados anteriormente destacam-se os deveres dos 'donos' e os maus tratos a 'animais'. Antes de continuar a explorar a legislação que suporta

⁹⁰ Brown, H.& Nading, A.M. (2019). Introduction: Human Animal Health in Medical Anthropology. <https://doi.org/10.1111/maq.12488> <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/maq.12488>

⁹¹ Veterinários sobre rodas (2020, Julho, 8). Direitos dos Animais. <https://www.vetsobrerodas.pt/blog/direitos-dos-animais>

⁹² Veterinários sobre rodas (2020, Julho, 8). Direitos dos Animais. <https://www.vetsobrerodas.pt/blog/direitos-dos-animais>

⁹³ Liga Portuguesa dos Direitos dos animais (LPDA). <https://www.lpda.pt/legislacao/>

os Direitos, convém no entanto clarificar a terminologia, à luz das novas conceptualizações no que respeita a animais ‘humanos’ e ‘não-humanos’, segundo correntes de pensamento não antropocêntricas antagónicas aos conceitos de ‘especismo’ e ‘privilégio humano’. Assim, relativamente aos agentes ‘não-humanos’, que coabitam connosco, eram até há bem pouco tempo designados por “animais de estimação”. A nova forma de pensar coloca de lado designações como: ‘animal de estimação’ e ‘dono’ substituindo esta terminologia por ‘animal não-humano’ ou ‘agente vivo não-humano’ e ‘tutor’, respetivamente.

Embora a criação de legislação que vai ao encontro da Declaração Universal dos Direitos dos Animais (‘não-humanos’) e da Convenção Europeia para a proteção de animais (agentes ‘não-humanos’) de companhia, seja de extrema importância, a mudança da mentalidade humana, no quotidiano será, na opinião de autora [Mascarenhas, F. (2021)] muito mais importante, pois significaria que as leis saíam do papel para serem postas em prática. Numa visão antropológica do tema deste trabalho, torna-se pertinente reforçar a ideia de que os agentes ‘não-humanos’ são nossos companheiros de vida no dia-a-dia quer como companhia ou de modo mais utilitário. Desde os tempos mais remotos que o ‘animal humano’ convive quer com formas de vida selvagens bem como com diversas espécies associadas às atividades de agropecuária. No entanto, destacando o papel dos agentes ‘não-humanos’ de companhia, a relação de reciprocidade que se tem vindo a abordar, exclui os percursos pelas relações que se estabeleceram desde os primórdios da caça e da sedentarização das comunidades agro-pastoris.

Assim sendo, deve existir do lado humano um compromisso moral de ‘bem cuidar’ dos animais não-humanos, já que a sua mais-valia, quando se trata de ‘companhia’ não é meramente utilitária, mas pressupõe a criação de um vínculo emocional forte. Contudo existem ainda, casos tristes e de grande (des)humanidade.

Mesmo que exista legislação e que a Declaração Universal dos Direitos dos Animais apele ao cumprimento de certos pressupostos que visam o bem-estar ‘animal’, o compromisso humano deve colocar em primeiro lugar o dever moral de bem cuidar daqueles que cuidam de nós. Na leitura da legislação portuguesa podem ser encontradas referências que não devem ser ignoradas no contexto deste trabalho, uma vez que infringem sofrimento ao animal não-humano como é o caso dos maus-tratos e dos treinos. Assim, em referência aos maus tratos na Lei 92/95 de 12 de setembro, publicada em Diário da República⁹⁴ segundo a qual, existe uma obrigatoriedade legal de ‘não-violência’ contra os animais ‘não-humanos’ estando previsto na legislação a criminalização dos atos humanos associados à violência contra animais não-humanos. Relativamente ao treino de animais ‘não-humanos’, a legislação de

⁹⁴ Diário da República – I Série A, nº 211 de 12/02/1995, p.5722. <https://dre.pt/application/file/562301>

acordo com a Convenção Europeia, encontra-se na leitura do Decreto-Lei 13/93. Assim, segundo supracitado Decreto – Lei, a legislação é clara em referência à atenção que se deve ter ao bem-estar do animal não- humano. No Decreto-Lei 13/93⁹⁵, artigo 7º, pode ler-se:

«(...) Nenhum animal de companhia deve ser treinado de modo prejudicial para a sua saúde ou o seu bem-estar, nomeadamente forçando-o a exceder as suas capacidades ou força naturais ou utilizando meios artificiais que provoquem ferimentos ou dor, sofrimento ou angústia inúteis. (D.L. 13/93). (...)» [Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais]⁹⁶

A legislação portuguesa contempla ainda que o tutor zele pelo bem-estar do seu animal ‘não-humano’ em termos de alimentação, passeios higiénicos, espaço e regras de habitabilidade bem como de condições de higiene. Entre os deveres do tutor consta claramente a menção a:

«(...)Garantir o acesso a cuidados médico-veterinários sempre que justificado, incluindo as medidas profiláticas, de identificação e de vacinação previstas na lei. ⁹⁷ (...)» [Liga Portuguesa dos Direitos dos Animais (vide nota de rodapé 97)]

Assim, nos tópicos seguintes é feita referência aos tutores e médicos veterinários bem como à estreita relação que deve existir entre ambos para que se privilegie o ‘cuidar’ do ‘não-humano’.

2.2.2. A responsabilidade do tutor de recorrer aos serviços médicos veterinários

Atualmente sabe-se que quanto mais precoce for a diagnose da dor, mais cedo se inicia todo o processo de intervenção quer para tratamento quer como paliativo, pelo que a taxa de sucesso aumenta. Interpretar os sinais de alerta, quer físicos quer comportamentais nos pacientes não-humanos, pode ser uma mais-valia para se chegar ao quadro clínico associado à sintomatologia, avaliando em simultâneo, a intensidade da dor, mediante escalas pré-definidas. O diagnóstico da dor é realizado pelo veterinário, mas as informações fornecidas pelo tutor são de extrema importância. Daí que, cabe aos tutores relatar com precisão eventuais alterações comportamentais bem como alguns sintomas identificados, por observação direta. Muitos dos aspetos identificados pelos tutores, quando relatados ao veterinário funcionam como sinais de alerta. A perceção do desconforto e da dor em pacientes não-humanos, pelos humanos exige assim, uma ação conjunta entre tutores e veterinários, tal como anteriormente foi referido. Outro aspeto a realçar é a própria evolução conceptual do diagnóstico em pacientes não-humanos. À parte de todos os avanços científicos e

⁹⁵ Diário da República – I Série A, nº 86 de 13/04/1993, p.1822. <https://dre.pt/application/file/a/689710>

⁹⁶ Liga Portuguesa dos Direitos dos animais (LPDA). <https://www.lpda.pt/legislacao/>

⁹⁷ Vacinação - (Portaria n.º 264/2013, de 16 de Agosto); Chip de identificação eletrónica (Decreto-lei 313/03, de 17 Dezembro); Legalização - Registo na junta de freguesia (Portaria n.º 421/2004, de 24 de Abril) e Registo nas 2 bases de dados nacionais SIRA e SICAFE. <https://www.lpda.pt/legislacao/#Deveres%20do%20dono>

tecnológicos da Medicina Veterinária na diagnose da dor, a responsabilidade humana para mitigar a dor e o sofrimento animal são numa primeira fase do tutor, uma vez que, o mesmo convive diariamente com o seu animal 'não-humano', no seu espaço habitual de conforto, pelo que qualquer alteração deve conduzir de imediato o tutor aos serviços de saúde.

2.3. O papel do veterinário na assistência médica e interação com o tutor

Sendo a dor uma 'experiência subjetiva', ainda que consciente que pode ser desacreditada em animais-não-humanos, ainda assim a natureza humana impele-nos a evitar ou minimizar o sofrimento e a dor. Este processo interliga-se com a nossa própria percepção da dor, bem como à nossa empatia. O paciente não-humano expressa-se através de alterações comportamentais, um código não-verbal de manifestação da dor ao qual os humanos devem estar atentos, a fim de minimizar o sofrimento do animal não-humano, à luz da Bioética e dos Direitos dos Animais não-humanos, considerando o apreço pela sua senciência. Desta forma, cabe aos médicos veterinários, segundo (OIE)⁹⁸ que “sejam líderes na defesa do bem-estar de todos os animais, reconhecendo a contribuição crítica dos animais na sociedade humana através da produção de alimentos, companhia, investigação biomédica e fins educacionais” [OIE, (2012)]. E, tal como já foi mencionado no capítulo anterior, a percepção humana da dor de animais 'não-humanos' tem sido influenciada ao longo dos tempos pelo Especismo, pelo Antropocentrismo bem como pelo Privilégio Humano. Estes conceitos impedem, ou melhor impediam⁹⁹ que os animais 'não-humanos' fossem vistos como seres capazes de sentir dor e dotados de direitos. Felizmente as mudanças conceptuais colocam agora os 'não-humanos' numa posição igualitária, no entanto a nível da saúde é preciso não esquecer que os pacientes 'não-humanos' não verbalizam. Desta forma, para que alguns sinais de alerta¹⁰⁰ não sejam confundidos com alterações comportamentais devido à falta de hábito do paciente não-humano, em se deslocar até à clínica e conviver com um ambiente novo e socializar, os veterinários numa primeira consulta alertam para alguns aspetos, tal como referiu o Dr. João Pedro Silva¹⁰¹.

«Na primeira consulta alertamos o tutor, para habituar os animais em casa a serem tocados, porque quando o veterinário toca pela primeira vez nas orelhas, boca, corpo, os animais podem sentir desconforto. (...) Ficam “freeze”.» [Dr. João Pedro Silva]

Outro aspeto importante é:

⁹⁸ Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE)

⁹⁹ Cf. Mudanças conceptuais antropocentrismo *versus* ecocentrismo; visão de igualdade entre 'humanos' e 'não-humanos'

¹⁰⁰ Aumento dos níveis de *stress*, respiração ofegante devido ao *stress* enjoos, vômitos, etc.

¹⁰¹ Médico Veterinário e Diretor Clínico da Clínica Animabilis.

«Em casa, o tutor deve ter ferramentas de socialização: alguns animais que vêm ao veterinário pela primeira vez, também estão a sair de casa pela primeira vez e a andar de carro pela primeira vez. (...) Os cães enjoam antes de chegar.» [Dr. João Pedro Silva]

«Esta experiência começa quando são jovens. Alguns animais não são socializados, são isolados em crias e as oito primeiras semanas são importantes para a socialização.» [Dr. João Pedro Silva]

Às vezes a falta de socialização gera alguns problemas quando um paciente ‘não-humano’ se encontra com outro. Muitas vezes o medo do desconhecido ou a territorialidade converte-se em agressividade, razão pela qual o Dr. João alerta os tutores para a importância da socialização e da vivência diversificada de experiências, em diversos ambientes.

«Houve um caso aqui, em que dois cães se pegaram na rua e os veterinários usaram a força. Foram criticados pelas associações, foram considerados duros. Mas às vezes temos de ter uma atuação mais dura.» [Dr. João Pedro Silva]

«Um dos objetivos da clínica é ser amiga dos animais. Em clínica veterinária, fala-se em bem-estar animal. (...) Até pesar um animal é difícil.» [Dr. João Pedro Silva]

Estes esclarecimentos iniciais aos tutores de jovens animais não-humanos, referidos pelo Dr. João Pedro Silva são de extrema importância uma vez que, numa postagem de Costa, A.R. (2017)¹⁰² «(...) 80% dos novos tutores de cães e gatos não sabe a responsabilidade que está a assumir (...)». Este artigo refere-se à conclusão da Comissão Europeia com base nos números do “Study on the welfare of dogs and cats involved in commercial practices’ (2015)¹⁰³ e «(...) apenas 20% a indicar que está informado sobre o estado de saúde do animal no momento da compra.(...)»¹⁰⁴. Costa A.R. (2017) comenta um artigo publicado pelo Argos Portal Veterinária. Este artigo data da mesma altura da publicação de Costa A.R. (2017), o qual refere que os veterinários têm um papel importante na transmissão de informações e esclarecimentos aos tutores. De entre os animais ‘não-humanos’ mais comuns que coabitam com humanos encontram-se os cães e os gatos. A percentagem de animais ‘não-humanos’ designados por ‘exóticos’, em Portugal é consideravelmente menor. Segundo a Revista Veterinária Atual (2015)¹⁰⁵ “Os animais estão cada vez mais a serem tratados como membros da família e muitas vezes até como pessoas”. Este conceito lançado em notícia segundo um

¹⁰² Costa, A.R. (2017, Junho 29). Veterinária Atual. <https://www.veterinaria-atual.pt/na-clinica/80-dos-novos-tutores-caes-gatos-nao-sabe-responsabilidade-estao-assumir/>

¹⁰³ FINAL REPORT (2015); IBF International Consulting; VetEffect; Wageningen University & Research Centre (WUR); Istituto Zooprofilattico Sperimentale dell'Ab. Study on the welfare of dogs and cats involved in commercial practices. Specific Contract SANCO 2013/12364 <https://cdn.20m.es/adj/2016/03/29/3555.pdf>

¹⁰⁴ Costa, A.R. (2017, Junho 29). Veterinária Atual.: <https://www.veterinaria-atual.pt/na-clinica/80-dos-novos-tutores-caes-gatos-nao-sabe-responsabilidade-estao-assumir/>

¹⁰⁵ Pinto, C. (2016, Março, 2). Portugal tem 6,7 milhões de animais de estimação. <https://www.veterinaria-atual.pt/na-clinica/portugal-tem-67-milhoes-de-animais-de-estimacao/>

estudo da GfK Track.2Pets datado de 2015¹⁰⁶ mantém-se atual e reforçado, de acordo com o que se tem vindo a notar, relativamente à preocupação dos tutores.

Daí que devem ter a consciência, mesmo antes de acolher um animal ‘não- humano’ que a tutoria é muito mais ligada à responsabilidade e à responsabilização do que ao facto de sermos ‘pet-friendly’. Aliás Portugal, conhecido por ter uma população calorosa e em que as emoções se expressam na cultura das mais variadas formas, não poderia deixar de ser um país ‘pet-friendly’. No entanto, parece existir uma fronteira entre os aspetos culturais já mencionados noutra capítulo desta dissertação, ligados às touradas ou à caça e esta abertura aos ‘ não-humanos’ de companhia sejam eles mais vulgares, como o cão ou o gato, ou mais ‘exóticos’. Talvez, dois fatores aqui se conjuguem: a nossa emotividade lusa e a globalização associada às novas tecnologias da comunicação e informação. Certo é que sermos um país ‘pet-friendly’ não chega. De acordo com o supracitado estudo, da GfK Track.2Pets (2015) e de acordo com a opinião de [Pinto, C. (2016,Março,2)]¹⁰⁷ desde 2011 o número de portugueses que coabitam com animais ‘ não-humanos’ de estimação tem vindo a aumentar significativamente e mais de 50% da população portuguesa tem pelo menos um animal ‘ não-humano’ de estimação. Assim, parece que os animais ‘não-humanos’ não só conquistam um espaço na coabitação com os humanos, como segundo Pinto, C. (2016) (*vide* nota de rodapé¹⁰⁷) conquistaram o afeto e são muitas vezes o centro das atenções da família. Este fenómeno de coabitação e partilha de afetos entre humanos e ‘não-humanos’ de estimação é transversal a vários países ocupando Portugal, o 12º lugar do ranking de países com mais animais de estimação, liderado pelos E.U.A. As razões que se podem apontar para justificar a alteração dos núcleos familiares com a integração dos seus ‘não-humanos’ baseiam-se sobretudo na constatação de que os animais de companhia contribuem para o bem-estar físico e psicológico dos donos.

Contudo segundo Duarte, J. (2021), no seu artigo *online* da revista Observador¹⁰⁸ « (...) Os portugueses estão a adotar mais animais de companhia durante a pandemia.(...)». No supracitado artigo, de acordo com Jorge Cid¹⁰⁹:

«(...)Segundo dados do Sistema de Informação de Animais de Companhia (SIAC), houve um aumento de 78% na adoção de gatos e 15% na adoção de cães em 2020. (...)“Houve mais adoções, e as pessoas estão mais bem informadas sobre a necessidade de fazer o registo”, diz Jorge Cid. (...)» [Duarte, J. (2021, abril, 6)] (*vide* nota de rodapé 108)

¹⁰⁶ Pinto, C. (2016, Março, 2). Portugal tem 6,7 milhões de animais de estimação.

<https://www.veterinaria-atual.pt/na-clinica/portugal-tem-67-milhoes-de-animais-de-estimacao/>

¹⁰⁷ Pinto, C. (2016, Março, 2). Portugal tem 6,7 milhões de animais de estimação.

<https://www.veterinaria-atual.pt/na-clinica/portugal-tem-67-milhoes-de-animais-de-estimacao/>

¹⁰⁸ Duarte, J.C. (2021, abril, 6). Portugueses adotaram mais cães e (principalmente) gatos durante a pandemia.

<https://observador.pt/2021/04/06/portugueses-adotaram-mais-animais-de-companhia-durante-a-pandemia/>

¹⁰⁹ Jorge Cid - Bastonário da Ordem dos Veterinários

Mas não se registam só adoções de cães e gatos, ainda que a prevalência sejam os canídeos.

Duarte, J. (2021), faz uma breve menção, no final do seu artigo ao facto de:

«(...) Na totalidade, Portugal tem 602.876 cães e 255.500 gatos registados no SIAC. Desde outubro de 2019 que também já foram registados mais 1279 furões, espécie cuja notificação à base de dados passou a ser obrigatória desde outubro de 2019. (...)» [Duarte, J. (2021, abril, 6)] (vide nota de rodapé 108, p.38)

Uma justificação plausível é também mencionada no artigo:

«(...) de acordo com o bastonário em declarações à Agência Lusa, pelo facto de os animais serem um motivo para as pessoas poderem sair de casa e poderem “estar mais ao ar livre, o que, de outra maneira, não poderiam fazer ” e também porque “estão mais tempo em casa para poder desfrutar dos benefícios de ter um animal de companhia”.(...) A solidão sentida por vários portugueses durante a pandemia também é um dos motivos que leva ao aumento de adoções. Nos idosos que vivem sozinhos, por exemplo, Jorge Cid sinaliza que “o animal de companhia tem uma função essencial para o equilíbrio emocional dessa pessoa”, podendo mesmo ser a “única razão para que essa pessoa sinta que é necessário estar viva e que ainda tem alguma utilidade na vida que é alimentar e tratar o seu animal de companhia, que trata como um elemento da família”.(...)» [Duarte, J. (2021, abril, 6)] (vide nota de rodapé 108,p.38)

Contudo, existem sempre os efeitos colaterais da pandemia e o que parece um paradoxo acontece, talvez devido à heterogeneidade dos comportamentos dos tutores, no contexto português, numa visão mais global. Desta forma, segundo o jornal ‘Público’ e o jornal ‘Expresso’ ambos *online*, surgem duas notícias que reforçam a ideia de aumento do abandono dos ‘ não-humanos’ de estimação e apresentam justificações diversas, embora algumas estejam em consonância. Pinto, M. e Moreira, C. (2020, abril, 1)¹¹⁰ escrevem para o jornal ‘Público’ um artigo intitulado “Menos comida, mais abandonos: covid-19 deixa associações de animais em situação dramática”, no qual relatam o drama das associações de recolha de animais abandonados, as quais se confrontam com o drama do aumento da taxa de abandono de animais de estimação, a escassez de donativos de cariz alimentar e por fim a suspensão, devido ao contexto, das esterilizações que terão como consequência o aumento das populações de animais de rua. Já o jornal Expresso¹¹¹ reporta diversas situações. Desde a morte de tutores idosos por covid-19, o abandono devido à perda de rendimentos. Baseando-se no ‘Jornal de Notícias’, faz a supracitada reportagem, contudo, identifica os distritos mais críticos e menciona outro aspeto não menos importantes e grave: os maus-tratos.

¹¹⁰ Pinto, M. e Moreira, C. (2020, Abril, 1). Menos comida, mais abandonos: covid-19 deixa associações de animais em situação dramática. <https://www.publico.pt/2020/04/01/local/noticia/menos-comida-abandonos-covid19-deixa-associacoes-animais-situacao-dramatica-1910391>

¹¹¹ Jornal Expresso (2020, dezembro, 10). Abandono de animais aumenta durante a pandemia. <https://expresso.pt/sociedade/2020-12-10-Abandono-de-animais-aumenta-durante-a-pandemia>

«(...) O crime de abandono de animais de companhia tem aumentado nos últimos meses e, escreve esta quinta-feira o "Jornal de Notícias", a maioria dos crimes ocorreu em Lisboa, Porto, Setúbal e Leiria. Os dados da GNR e da PSP, registados entre janeiro e agosto, apontam para 667 casos de abandono a nível nacional. Durante o mesmo período do ano passado foram registados menos de 500 casos. (...) Ao contrário do crime de abandono, que aumentou nos primeiros oito meses do ano, as autoridades referem que o crime de maus-tratos a animais diminuiu. Atualmente estão em investigação 377 casos, enquanto no ano passado se registaram 538 crimes deste género. E Faro é o distrito onde estão em investigação mais crimes por maus-tratos a animais, com um total de 51 investigações. (...)»
[Jornal 'Expresso' (vide nota de rodapé 111,p.40)]

A mesma notícia faz uso do alerta de Maria Quaresma dos Reis, provedora dos animais de Lisboa:

«(...) Muitos idosos que faleceram por covid viviam sozinhos com gatos. Os familiares, por incapacidade financeira, não acolheram os felinos, que acabam por ir para a rua. (...)» [Jornal 'Expresso' (vide nota de rodapé 111, p.40)]

No mesmo artigo, surge também a opinião da S.O.S. Animal:

«(...) Já a SOS Animal defende que o abandono de animais tem sido potenciado pela pandemia e que a perda de rendimentos é um dos fatores que pode levar à prática deste crime.(...)» [Jornal 'Expresso' (vide nota de rodapé 111, p.40)]

Ainda que seja criminalizado o abandono existem problemas de ordem mais prática e que requerem uma resolução célebre como o acolhimento, a alimentação e os cuidados veterinários.

«(...) Sobre esta questão, a provedora dos animais de Lisboa explica que a verdadeira dimensão destes crimes não se reflete apenas nos números das autoridades: "Apesar de as autoridades estarem cada vez mais sensibilizadas para estas situações, deparam-se com problemas na investigação, como a falta de espaço para acolher animais em canis sobrelotados ou a indisponibilidade de médicos veterinários para acompanhar as operações".(...)» [Jornal 'Expresso' (vide nota de rodapé 111, p.40)]

Apesar do contexto pandémico acarretar situações muito particulares associadas ao mesmo, reforce-se a ideia de que, existiriam ainda assim, muitos aspetos a melhorar. Por exemplo, existe uma postura diferente entre os tutores de gatos e de cães. Os cães continuam a ter a preferência dos portugueses. Uma outra realidade atualmente é que existem mais animais de estimação do que crianças nos agregados familiares portugueses.

No decurso do trabalho etnográfico existem alguns pormenores que deixam descortinar que certos aspetos da saúde dos animais 'não-humanos' não parecem muito claros para os próprios tutores. A reforçar esta ideia, em Portugal, e segundo Gonçalo da Graça Pereira, médico veterinário especialista europeu em Medicina do Comportamento

[Pereira, G.VA, (2019)], os tutores nunca valorizam os sinais clínicos que podem ser determinantes para um bom diagnóstico diferencial. Alguns sinais de problemas comportamentais também não são valorizados pelos tutores. “Se os médicos veterinários não questionarem, os tutores não acham relevante ou chegam mesmo a encobrir. (...)” [Pereira, G. VA, (2019)]. O supracitado veterinário numa das suas entrevistas¹¹² referiu que uma grande aposta passa pela formação dos veterinários, já que a Medicina Veterinária Comportamental é uma ciência multidisciplinar abordando os problemas de comportamento dos animais num contexto clínico veterinário. Um pormenor interessante, pouco conhecido da maioria dos tutores prende-se com a criação em 2019 da linha Saúde Animal 24¹¹³, uma *startup* portuguesa de assistência médica veterinária, disponível 24 horas.

Ainda que todos os relatos de pormenor, dos tutores e médicos, descritos acima reflitam a preocupação humana relativamente ao desconforto gerado pela dor dos animais ‘não-humanos’ são sobretudo as relações psicoafectivas que se criam entre humanos e ‘não-humanos’ que desafiam as barreiras num mundo ‘multi-espécies’, onde há vivências de partilha. No entanto, no contexto português, apesar da maior abertura na disponibilidade e ação dos tutores responsáveis, existe um fator limitante importante - contexto económico e financeiro do País. Este é um aspeto limitante, na medida em que o orçamento familiar condiciona sobretudo a qualidade do serviço de saúde animal. Tal como acontece com a maioria da população humana, a condição socioeconómica é um fator preponderante quando se trata de procurar assistência médica. Hospitais e Clínicas privadas, centros de diagnóstico com tecnologia e equipamentos de vanguarda não são acessíveis a todos porque implicitamente não são acessíveis a todas ‘as bolsas’. Da mesma forma, mesmo que haja um grande ‘bem-querer’ por parte do tutor, por vezes à angústia e ansiedade de ver o seu ‘ não-humano’ de companhia em sofrimento, junta-se a impotência de não conseguir fazer melhor. Daí que atualmente existam protocolos com clínicas veterinárias privadas, como é o caso da Animabilis. No entanto, este tema relacionado com a prática da medicina veterinária social e, por conseguinte os CAMV¹¹⁴ sociais será explorado num próximo capítulo¹¹⁵.

2.3.1. O veterinário, o tutor e a interpretação dos sinais de alerta

Existindo diferenças significativas exibidas por cães e gatos, segundo o Dr. João referiu durante o trabalho etnográfico, quando sentem dor, a interpretação dos sinais de alerta

¹¹² Notícias Magazine (2015, Agosto). “Os segredos do comportamento animal”.

<https://www.noticiasmagazine.pt/2015/os-segredos-do-comportamento-animal/historias/11734/>.

¹¹³ Mundo Cão (2019).Primeira linha telefónica nacional de assistência em saúde veterinária (760 450 911).

<http://mundocao.pt/site/linha-saude-animal-24/>

¹¹⁴ CAMV – Centro de Atendimento Veterinário

¹¹⁵ Vide Cap. III, pp.62-63.

e a avaliação da dor segundo escalas internacionalmente validadas, será o primeiro passo para qualquer intervenção no sentido de mitigar o sofrimento do paciente 'não-humano'. Desta forma, o Dr. João Pedro Silva refere:

“Usamos escalas de dor para o diagnóstico da dor animal. Se o animal quando chega a casa está ‘mole’, é importante minimizar a situação e ver se recuperam o mais rápido possível.”

[Dr. João Pedro Silva]

Nesta fase, a estreita colaboração entre o tutor e o veterinário é de extrema importância, como referido anteriormente. Contudo, do que me foi dado a observar durante o trabalho etnográfico em acompanhamento de consultas, o veterinário tem que ir fazendo as perguntas aos poucos, ficando claro que, o tutor por vezes não é tão célere nos seus relatos quanto seria desejável. O veterinário, na qualidade de observador, como indivíduo, não é 'formatado' por um conjunto de opções que 'aceita' ou 'elimina', fazendo um diagnóstico quase 'robot'. Está sujeito a uma subjetividade que pode ser condicionada por diversos fatores que influenciam esta subjetividade, como por exemplo: o género, a idade, a experiência clínica, a saúde individual, fatores culturais, a sociedade em que o indivíduo está inserido, a sua comunidade, entre outros. Daí que se possam observar diferentes formas de atuação mesmo na fase de diagnóstico. Contudo existe um código deontológico que rege os profissionais de saúde animal e na Seção I refere os deveres do médico veterinário para com a comunidade pode ler-se no artigo 9º, ponto 1 alínea a):

«(...) 1. O exercício da medicina veterinária é pessoal e directo, sendo absolutamente interdito ao Médico Veterinário:

- a) *Prescrever medicamentos ou tratamentos a animais que não tenha observado pessoalmente, salvo em casos em que a primeira observação não possa ser feita imediatamente ou em prazo compatível com a premência da situação, sem prejuízo de dever observar o animal no mais curto espaço de tempo possível, sendo obrigatória a formulação expressa da reserva da responsabilidade do Médico Veterinário que fornece as indicações;(...)»* [Código Deontológico Médico-Veterinário. Cap. I. Disposições Gerais (2010:3)]¹¹⁶

Na clínica veterinária Animabilis, constatei durante o meu trabalho, um cuidado na observação e sobretudo na utilização de exames complementares de diagnóstico. Existe ainda um cuidado particular de questionar o(a) tutor(a), acerca de pormenores e alterações que se julga serem relevantes. Outro aspeto muito positivo é o facto dos veterinários da Animabilis dialogarem com os tutores elucidando os mesmos sobre a situação clínica dos seus animais não-humanos. Este aspeto é de elogiar em termos de profissionalismo à luz do Código

¹¹⁶ Código Deontológico Médico- Veterinário (2010).
<https://www.omv.pt/download/5/11432f5b97ae58f59fed384e87f9c317>

Deontológico Médico-Veterinário¹¹⁷ (*vide* Fig.7, ANEXO I). No entanto, esta clínica já foi preterida relativamente a outras em que, o diagnóstico faz-se mediante uma observação rápida e uma quase simultânea prescrição medicamentosa. Para muitos tutores, a assistência veterinária, em Portugal representa um dispêndio económico o que os leva a questionar, numa postura de dúvida acrescida, a real necessidade dos diversos meios complementares de diagnóstico, por vezes propostos pelo médico veterinário. Um caso por mim presenciado, aconteceu com o Dr. Gonçalo: o veterinário falou telefonicamente com uma tutora de um cão e aconselhou-a a fazer uma TAC, em Lisboa. Nessa mesma tarde, horas depois a referida tutora liga para a clínica e informa que o cão não a vai fazer porque o marido da tutora não o permite. Não dispondo de equipamento para realizar este exame, na clínica o supracitado médico veterinário sugere a deslocação a Lisboa. Cauteloso na fase de diagnose, o veterinário sabe que a Tomografia Axial Computorizada é atualmente um meio de diagnóstico poderoso, uma vez que permite ver imagens do interior de uma zona do paciente e, ao contrário da radiografia que origina uma única imagem plana, a TAC origina várias imagens que permitem uma reconstituição 3D da zona em análise e permite ainda detetar patologias que não são facilmente identificáveis recorrendo a outros meios de diagnóstico. É assim, um exame complementar de diagnóstico que permite uma intervenção sem que a margem de erro seja um contratempo quando se trata de mitigar o sofrimento animal. No entanto é um exame que pode chegar aos 250€, num centro de diagnóstico privado. Segundo o Diário da República n.º 12/2007, Série II de 2007-01-17, Aviso n.º 864/2007¹¹⁸ emitido pela UTL¹¹⁹ - Faculdade de Medicina Veterinária, o preço é menor, ainda assim, podem corresponder a quantias avultadas. (*vide* Fig. 8, ANEXO I)

A decisão do marido da tutora e por conseguinte da mesma, sobrepuseram-se à opinião do Dr. Gonçalo. São episódios como este que por vezes podem ser determinantes, num diagnóstico mais correto. Mas entre o veterinário como profissional, que interpreta os sinais de alerta, pedindo a colaboração do tutor na descrição de pormenores, por exemplo de alteração de comportamentos, e a colaboração total do tutor pode haver uma barreira quase intransponível – a decisão final do tutor na concordância do veredito médico. As razões de fundo, não serão aqui tratadas dada a complexidade, os múltiplos cenários a colocar dada a falta de evidências que justifiquem corretamente a posição da tutora. Contudo, pode ser o mote para uma outra tipologia de trabalho de investigação.

¹¹⁷ Código Deontológico, Seção I, Artigo 15º alíneas a), c) e d)

¹¹⁸ Diário da República n.º 12/2007, Série II de 2007-01-17, Aviso n.º 864/2007. p. 1386

<https://dre.pt/application/file/a/1260131>

¹¹⁹ Universidade Técnica de Lisboa

3. A dívida humana para com os ‘não-humanos’

3.1. Nascidos sem lar ou...deixados à sua sorte?

Nascidos sem um lar, sem nunca terem conhecido uma família! Esta é a origem de muitos dos gatos que deambulam nas nossas cidades, vilas e aldeias. Fruto de cruzamentos aleatórios de alguns outros que foram simplesmente abandonados pelos seus tutores, pelas mais diversas razões ou que já nasceram também na rua. Por definição designa-se por ‘animal errante ou vadio’:

«(...)qualquer animal que seja encontrado na via pública ou noutros lugares públicos fora do controlo e guarda dos respectivos detentores ou relativamente ao qual existam fortes indícios de que foi abandonado ou não tem detentor e não esteja identificado. (...)» [In, <https://www.lpda.pt/legislacao/>]

Contudo existe uma diferença abismal entre a atuação segundo as normas legisladas e a atuação com cunho emocional, por assim dizer. Segundo a legislação em vigor Decreto n.º 13/93, de 13 de Abril, aprovou a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, redigida e aprovada por todos os Estados-Membros do Conselho da Europa. Deste então inúmeras alterações foram realizadas a nível nacional, ainda que na prática muitos dos Decretos-Lei e artigos existam à margem dos critérios de atuação. Um exemplo disso é o fato de continuar a ser proibida na maior parte dos regulamentos municipais, a alimentação dos animais não-humanos ‘errantes’. No entanto, cães e gatos ‘errantes’ continuam a ser alimentados por humanos que contam sempre com a cumplicidade dos vizinhos, apesar da legislação em vigor, tornar este procedimento (que é uma prática corrente) ilegal. Existe como exceção o caso das colónias ao abrigo do programa CED¹²⁰, criado para os felinos. O programa foi criado e está a ser posto em prática em muitos municípios, contudo a lei não se atualizou e por conseguinte não se ajustou a esta alteração. Assim, parece contraditório que se “ capture, esterilize e devolva” cada felino errante ao local da sua captura e segundo alerta o PAN:

«(...)não faz sentido o Estado investir na esterilização e tratamento dos animais, determinando simultaneamente que os mesmos devem ser deixados morrer à fome.(...)» [Animalife (2019, julho,31)]¹²¹

¹²⁰ Programa CED - Abreviatura de Capturar- Esterilizar-Devolver

¹²¹ Animalife (2019, Julho,31). Alimentar animais de rua continua a ser proibido.

<https://www.animalife.pt/pt/noticia/610/alimentar-animais-de-rua-continua-a-ser-proibido>

Assim, de acordo com o supracitado artigo da Animalife (*vide* nota de rodapé 124, p.49), o partido de Inês Sousa Real «(...) propôs a instalação de “abrigos e comedouros”.(...)». Numa tentativa de defender e ver aprovadas as suas ideias, o PAN lembra que:

«(...)Não é moralmente defensável, na época que vivemos, ordenar uma população, que se quer mais sensível e compassiva, a abster-se de alimentar um animal, pondo em causa uma das cinco liberdades básicas de bem-estar animal: a de não ter fome e sede. Insistir numa política de morte por privação de alimentação é institucionalizar a crueldade e não é compatível com uma sociedade ética e evoluída (...)» [Animalife (2019, julho,31)]

No decorrer deste trabalho etnográfico, encontrar Susana Correia de 45 anos e Técnica Administrativa na Escola Secundária do Entroncamento, foi uma mais-valia. Susana é tutora de alguns felinos e também criou uma Associação - a ‘Abraço 4 Patas’. A “Abraços Quatro Patas” é uma associação constituída por quatro voluntários, incluindo Susana que, colaboram com a Câmara Municipal do Entroncamento e com variados canis municipais, com o objetivo de ajudar gatos de rua. A ideia de criar uma associação de apoio a ‘gatos de rua’ surgiu quando:

«Eu fazia caminhadas, via colónias de gatos pelo Entroncamento. Eu e mais quatro amigos criámos esta associação. Começámos por ser apenas um projeto de esterilização para evitar o aumento do número de gatos. Eu não criei logo a associação, demorei dois anos. Em 2019, fiz a constituição da associação. Foi por causa do Lucky, um gato pequenino e magro que eu acolhi. (...)» [Susana Correia, Associação ‘Abraço 4 Patas’]

Não é uma associação de recolha e alojamento de felinos ‘errantes’ mas ao aderir à iniciativa CED (*vide* nota de rodapé 123, p.49) em parceria com a Câmara Municipal do Entroncamento espera contribuir de forma ativa para a redução da taxa de reprodução dos felinos ‘não-domésticos’ bem como da taxa de morbilidade dos mesmos.

«(...)Infelizmente não temos abrigos, apenas trabalhamos na esterilização. Existem muitas colónias de gatos. É esterilizar e alimentar, claro. Às vezes, trabalhamos com famílias de acolhimento, mas eu não trago os gatos para minha casa, por causa dos meus gatos. (...)»
[Susana Correia, Associação ‘Abraço 4 Patas’]

O encontro com Susana Correia aconteceu precisamente porque, no âmbito do programa CED, a mesma se deslocava constantemente à Clínica Animabilis. O Dr. João Pedro, diretor clínico da Animabilis aderiu à parceria com as entidades municipais para esterilização dos ‘gatos de rua’ e foi desta forma que se tornou possível encontrar Susana Correia. Segundo o Dr. João e a respeito das parcerias com associações e protocolos formais:

«(...) nunca fechei nenhuma parceria com as associações, porque percebo que elas já se esforçam com a comida e com outras despesas(...) No Reino Unido, os animais (porcos, cães, cavalos, etc.) que são maltratados, são resgatados pela polícia. (...) Eu não tenho aquilo de recolher todos os animais. Tenho uma filha que se pudesse resgatar, ajudava todos. Eu

tento explicar-lhe que não temos condições para ficar com todos os animais. (...)» [Dr. João Pedro Silva]

Embora a alimentação dos ‘animais de rua’ seja proibida pela maior parte dos regulamentos municipais, são exceção as colónias de gatos abrangidas pelo programa CED. No entanto, há que se ter a noção que embora algumas colónias tenham um tamanho considerável em número de elementos, muitos dos gatos ‘errantes’ permanecem por conta própria. Daí que, a empatia de muitos humanos os faça não ficar indiferentes, perante uma necessidade tão básica como a alimentação.

Ainda segundo o diretor clínico da Animabilis, Dr. João Pedro Silva, apesar do abandono animal ser criminalizado nos termos da lei, deveria haver uma maior fiscalização e, talvez fosse uma mais-valia a implementação de programas de apoio às famílias carenciadas, combatendo desta forma o abandono de animais ‘não-humanos’. Segundo o supracitado veterinário, a estas formas de resolução do problema, deveria existir, desde as faixas etárias mais jovens uma educação e sensibilização para a responsabilidade de se ter um ‘animal de estimação’ bem como para as questões do ‘abandono animal’.

« (...) Acho que como qualquer outra lei deve haver fiscalização. Há pessoas que querem ter um número de animais e não podem. Com a punição, houve um oposto. Por exemplo, com a criminalização do abandono. No Reino Unido, com a crise de 2005, houve um grande abandono de animais. O governo abriu uma linha de apoio para essas famílias carenciadas. Até foi capa de jornais. Nos currículos da escola seria importante sensibilizar. Sim, a lei tem um bom espírito. Mas tem de haver uma fiscalização e sensibilização. O IVA no veterinário é 23%. As pessoas queixam-se disso (os medicamentos são 6%, mas os exames e os processos são 23%). (...)» [Dr. João Pedro Silva]

As palavras de Susana Correia reforçam a ideia do Dr. João:

«(...)Sinceramente, acho que se deveria dar mais importância. Pode sair uma lei, mas não acontece nada. Esta parte da legislação, deveria incluir pessoas com carências financeiras, porque é tudo caríssimo: a esterilização, as vacinas e todas as outras coisas. Não está a funcionar. (...)» [Susana Correia, Associação ‘Abraço 4 Patas’]

Alimentar e cuidar dos felinos ‘errantes’ sem os esterilizar e prestar os cuidados veterinários básicos, coloca em risco não só estes animais ‘não-humanos’ mas pode considerar-se um problema de saúde pública para as populações humanas. Existem a nível do país, outras associações que atuam de forma semelhante à ‘Abraço 4 Patas’ como por exemplo: acedendo ao *website* da associação Animais de Rua¹²², podemos ver na informação acerca da supracitada associação a preocupação em promover: «(...)o convívio pacífico entre os animais e as pessoas, em respeito pelo bem-estar animal e a saúde pública.(...)». Esta é uma

¹²² Associação Animais de Rua. <https://animaisderua.org/>

associação que ajudou até ao presente dia¹²³ «39182 Animais ajudados até hoje»¹²⁴ e , portanto tal como a associação criada por Susana Correia, a Animais de Rua não funciona como centro de recolha.

Criar uma Associação ou um abrigo para ‘não-humanos’ ao abandono envolve um conjunto de normas legisladas e torna-se um processo moroso, pelo que dado a taxa de abandono animal, sejam felinos ou canídeos, uma solução mais célere será a criação de um maior número de associações com o modelo de funcionamento da ‘Abraço 4 Patas’ e da Animais de Rua. Incentivar os municípios a implementar o programa CED em grande escala, a nível nacional é outra medida que, em conjunto com as associações de apoio às colónias, especificamente no caso dos felinos trará uma *solução* mais rápida. Contudo, é importante também educar a população no sentido de tolerar e apoiar as supracitadas atuações conjuntas das associações e municípios.

3.2. O sofrimento emocional e físico do abandono

Segundo Leandra Oliveira Pinto (2010:20)¹²⁵, as associações de apoio e proteção ao ‘animal de rua’ que vive em abandono, surgem «(...) como reação ao sofrimento social (...)». Do estudo que realizou e que apresentou como estudo de caso, no seu artigo: “rede de proteção animal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)”, a autora conclui que o ‘sofrimento social’ vivenciado por alguns interlocutores do seu estudo traduziu-se no «(...) transformar a compaixão pelos animais de rua, em ações concretas em defesa desses animais.(...)» [Pinto, L.O. (2010:20)]. Desta forma, a autora menciona a empatia que nós humanos sentimos perante os ‘não-humanos’ e que em muitos de nós nos impele a mitigar esse sofrimento seja físico ou emocional. No fundo, a autora refere que «(...) Por isso, pensar que o cuidado do outro, é um cuidado de si parece pertinente quando se trata de protetores de animais.(...)» [Pinto, L.O. (2010:20)]. E, ainda que a ideia pareça simples a mesma é apenas apresentada de forma simplificada uma vez que Pinto, L.O. (2010) refere ainda o nosso sofrimento humano na mesma proporção que o sofrimento ‘não-humano’:

«(...) Isso se evidencia quando percebemos que as açõesacionistas não são fruto apenas da compaixão com o sofrimento vivenciado pelos animais, mas porque a empatia faz com que alguns de nós ao vê-los em sofrimento, sofra na mesma proporção.(...)» [Pinto, L.O. (2010:20)]

¹²³ 9 de Maio de 2021

¹²⁴ Associação Animais de Rua. <https://animaisderua.org/animals>

¹²⁵ Pinto, L.O. (2010). Resgatando afetos: uma etnografia sobre o papel da rede solidária de proteção animal no contexto urbano de Porto Alegre/RS.

https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Leandra%20Oliveira%20Pinto%20-%20201020734%20-%20204145%20-%20corrigido.pdf

O sofrimento físico é de certa forma facilmente identificável: passa pela magreza, fruto da desnutrição ou de algumas zoonoses. A grande maioria de zoonoses e outras patologias do foro parasitário também se diagnosticam com alguma facilidade face ao apoio dos serviços de saúde veterinária que, cada vez mais se associam aos projetos sociais relacionados com a proteção ao 'animal abandonado' na tentativa de mitigar o sofrimento. De entre as mais diversas causas de morbilidade em 'não-humanos', Susana Correia habituada a lidar com os felinos 'errantes' refere que entre as principais causas de morte destes animais encontram-se o cancro e a gripe dos gatos. No entanto, não descarta a informação acerca da reprodução felina uma vez que as gatas têm o cio entre três a quatro vezes por ano, sendo que de cada ninhada podem nascer entre seis a sete gatinhos, pelo que o programa CED se torna muito relevante. Não só permite controlar o número de indivíduos das colónias de felinos 'errantes' mas sobretudo permite reduzir o número destes animais que com o tempo e, votados à sua sorte seriam alvo fácil para os mais diversos microorganismos potenciadores das mais diversas zoonoses. Do trabalho etnográfico realizado com Susana Correia fica a noção de que a vigilância e esterilização dos felinos que vivem nas colónias identificadas, é não só essencial para impedir a sua proliferação descontrolada, como também benéfica para os seres humanos e indispensável à saúde pública. Este controle permite reduzir a possibilidade de certas patologias felinas superarem a barreira entre espécies e contaminarem outros seres vivos humanos e 'não-humanos'. Ainda segundo Susana Correia, o programa CED tem o apoio do estado e é desenvolvido pelos municípios uma vez que:

«(...) Talvez a parte de se preocuparem com o aumento de ninhadas. O Estado deu um passo na área. Mas ainda há muito trabalho a fazer. (...)» [Susana Correia, Associação 'Abraço 4 Patas']

Já no que diz respeito ao sofrimento emocional, convém lembrar que a epidemia do abandono não é de hoje. E, no atual contexto pandémico de COVID-19 a epidemia do abandono acentuou-se. (vide Cap. II. p.41). As causas apontadas e que, poderão estar na origem do abandono são diversas. Segundo Veiga, E. (2020)¹²⁶:

«(...)Se a pandemia de coronavírus mudou a paisagem urbana das grandes cidades, deixando ruas de todo o país vazias, por outro aumentou o número de animais domésticos abandonados.(...) Seja pela crise, seja pelo medo de que cães e gatos transmitam o coronavírus, seja pela mudança de vida causada pela pandemia, mais donos de animais de estimação estão se desfazendo dos seus outrora melhores amigos. (...)» [Veiga, E. (30 de Julho, 2020)]

¹²⁶ Veiga, E. (30 Julho 2020). A 'epidemia de abandono' dos animais de estimação na crise do coronavírus. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53594179>

Osório, A. (2016)¹²⁷ refere:

«(...) No âmbito da rua, ou seja, abandonado, o animal sofre. Esse sofrimento animal é visto como de responsabilidade humana tanto na sua origem quanto na sua solução. (...)» [Osório, A. (2016:57)]

«(...) O sofrimento é físico, mas também psíquico (...) O gato com fome “chora um lamento”, ele não mia simplesmente, mas expressa um tipo de tristeza conjugada ao medo, (...)» [Osório, A. (2016:57)]

A autora relata um ou outro episódio fruto do seu trabalho de campo. No entanto, faz menções, análises e reflexões importantes para um contexto interpretativo de cariz antropológico. Osório, A. (2016:56) fala da ‘emoção como discurso’. Referindo Abu-Lughod & Lutz (1990), a autoria faz menções à abordagem “focalizada no discurso social e na emoção como um construto sociocultural”. Realça que uma abordagem deste tipo «(...) permite analisar tanto um “discurso sobre as emoções” quanto “discursos emocionais”(...)» Osório, A. (2016:56) e baseando-se em [Abu-Lughod & Lutz, (1990:10); (1990: 13-14)] refere-se a discursos que segundo a autora são «(...)“discursos que parecem ter algum conteúdo ou efeito afetivo”(...)» Osório, A. (2016:56) pelo que,

«(...) a emoção pode ser considerada uma prática discursiva, uma gama de fenômenos observáveis na interação social, informada por temas e valores culturais.(...)» [Osório, A. (2016:56)]

Fazendo um paralelismo entre o sofrimento humano que decorre da nossa percepção do sofrimento animal (‘não-humano’), a autora faz uma abordagem a temas como ‘Violência e vitimização’ [Osório, A. (2016:58)], ‘Trauma e stress’ [Osório, A. (2016:61)] bem como o ‘Sofrimento à distância’ [Osório, A. (2016:63)]. Este último aspeto é bastante importante na atualidade já que, vivemos numa sociedade da informação e comunicação. Tal como Susana Correia deu a conhecer, a sua associação tem página no Facebook¹²⁸, é preciso ter a noção de que muitas informações, mensagens e apelos são realizados por via das redes sociais. [Osório, A. (2016:63-64)], menciona precisamente essa questão. Estabelecendo um paralelismo em alguns aspetos com Boltanski (1993) acerca do “espetáculo do sofrimento”. Ao espetador do sofrimento do ‘outro’ coloca-se a questão de ‘agir ou não’. Esta abordagem, remete para um discurso em que a preocupação faz o indivíduo agir e, deixa de ser observador para passar a ter um papel ativo e, segundo a autora «(...) Independente do tópico, o discurso é um intermediário de emoções e busca um engajamento coletivo (...)»[Osório, A. (2016:64)]. Acrescenta no seu artigo, ainda a supracitada autora que «(...) Assim, o espectador do

¹²⁷ Osório, A. (2016). Compaixão, moral e sofrimento animal entre protetores de gatos de rua. *Iluminuras*, Porto Alegre, v.17, n 42, pp. 51-82, ago/dez, 2016. [file:///C:/Users/fred/Downloads/69978-289663-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/fred/Downloads/69978-289663-1-PB%20(1).pdf)

¹²⁸ Abraço 4 patas – Facebook: <https://www.facebook.com/abracosde4Patas>

sofrimento à distância é parte da narrativa do sofrimento do outro.(...) [Osório, A. (2016:63)]. Especificando dentro deste contexto os diferentes ‘tópicos de narrativa’¹²⁹, dois dos tópicos podem coadunar-se com a empatia que impele o humano a vivenciar o sofrimento ‘não-humano’ será: i)- o ‘tópico de denúncia’, um misto entre o contexto argumentativo e afetivo mas que contudo é um tópico no qual, um coletivo é formado pela convergência de julgamentos; ii) – outro é, o ‘tópico do sentimento’ no qual o compartilhar de emoções produz um coletivo. Neste tópico, como resultado, uma ‘manifestação da verdade do sofrimento’ desencadeia as emoções de quem “ vê” («o espectador» [Osório, A. (2016:64)]). A autora destaca a referência que Boltanski (1993), faz ao facto de «(...) O interesse pelo outro (...)pode se tornar um interesse sobre si mesmo(...)»[Osório, A. (2016:64)] convém no entanto ressaltar que a linha interpretativa de Boltanski (1993), deve-se ao facto de o sentimento de sofrimento do “espectador”,

«(...) incorrer numa obliteração do sofridor e uma passagem ao primeiro plano do espectador e sua aflição ao observar o sofrimento alheio.(...)» [Osório, A. (2016:64)]

Outra interpretação,

«(...)A ternura se opõe à indignação como duas respostas possíveis ao espetáculo do sofrimento. Nesse tópico, o choro sobressai como uma comunicação do sentimento do espectador do sofrimento. (...)» [Osório, A. (2016:64)]

Mas é precisamente como consequência deste aspeto que Boltanski (1993) propõe a passagem para primeiro plano, do “ espectador”. Qualquer ação de proteção do ‘animal abandonado’ no sentido de lhe proporcionar o bem-estar exclui o designado ‘tópico estético’ uma vez que, neste último,

«(...) o sofrimento não causa nem indignação nem ternura, não é considerado nem injusto nem tocante, mas sublime, diz Boltanski (1993). O espectador vê o horror e simpatiza com o sofridor. O espectador não se desvia nem ao benfeitor nem ao malfeitor. (...)» [Osório, A. (2016:64)]

A dedicação que associações, voluntários e o esforço do próprio Estado em legislar e apoiar medidas que visem o apoio e o bem-estar do ‘ animal abandonado’ é ainda explorado, no artigo de Andréa Osório (2016) noutras vertentes não menos importantes. Por exemplo, a referência de Boltanski (1993) à «(...) própria existência da comunidade está relacionada à obrigação moral de impedir um sofrimento(...)»[Osório, A. (2016:70)], ou ainda «(...)Mesmo não estando próximo ao sofridor, o espectador tem a obrigação moral de auxiliar. Sem moral não há piedade, proclama Boltanski (1993). (...)» [Osório, A. (2016:65)]. E, é com base na “política da piedade” de Hannah Arendt, que Boltanski (1993) argumenta que:

¹²⁹ «tópico da denúncia”, “tópico do sentimento” e “tópico estético» [Osório, A. (2016:64)]

« (...) A obrigação de ajudar o sofredor se coloca, assim, sobre quem causa o sofrimento e sobre quem o observa, dado que uma “responsabilidade causal”, nos termos do autor, pode advir tanto da ação quanto da omissão. São “responsáveis morais” pelo sofrimento, nos termos do autor, tanto quem o causa quanto quem nada faz para impedi-lo. (...)» [Osório, A. (2016:65)]

Desta forma, Boltanski (1993) fala novamente do “espectador” à distância que pode tornar-se ativo ou permanecer passivo, passando a ser cúmplice do sofrimento provocado.

«(...) O espectador distante e passivo é tornado cúmplice de quem provoca o sofrimento se nada faz para impedi-lo. (...). A solução para a ação à distância é pagar ou falar: pagar se torna agir quando o dinheiro é utilizado no bem-estar do sofredor; falar se torna agir quando a palavra encontra uma oposição e se torna um discurso “corajoso”. É uma palavra que demanda publicidade e deve ser direcionada ao maior número possível de pessoas. (...)» [Osório, A. (2016:65)]

À frente das associações e no terreno, atuam agentes ativos na luta contra o sofrimento ‘não-humano’, contudo como muitas das associações são ONG’s e vivem de donativos, talvez, na impossibilidade de se atuar no terreno estando à distância, fica a ideia que podemos agir ‘ajudando quem ajuda’ através de donativos ou da organização de campanhas que passem mensagem de alerta para esta problemática. Outra problemática abordada por Andréa Osório (2016) é a questão da imagem – imagem ou imagens do sofrimento, a questão da imagem e do que é ‘moralmente aceitável’ e discussões de diversos autores acerca do sofrimento numa visão das sociedades ocidentais. Dado que seria exaustiva e extensa esta abordagem correndo-se o risco de fugir ao tema central, a mesma é omissa nesta dissertação, sem menosprezo por esta questão, igualmente importante na sociedade de informação e comunicação em que vivemos, mas que certamente requereria outra forma de abordagem.

Mais pertinente se torna abordar o papel das associações protetoras de animais e a *tanquam dissoluta* são por vezes, as atuações conjuntas entre os diversos intervenientes: sociedade, o Estado, os legisladores e a emissão de legislação, aqueles a quem cabe fiscalizar, os serviços veterinários, os municípios, os educadores para o bem-estar animal, entre outros.

Ainda acresce referir, que o abandono animal tal como até agora tem sido abordado tem dado maior ênfase ao abandono de animais de estimação. Contudo, não é de agora a problemática do abandono animal, em animais ditos como utilitários. É o caso do abandono dos cães de caça, por vezes votados ao abandono pelos caçadores, por não servirem para tal função ou devido ao *terminus* da época de caça. A esse respeito pode ler-se no Projeto de

Lei.º 1091/XIII/4ª, apresentado pelo PAN na Assembleia da República a 29 de Janeiro de 2019¹³⁰:

«(...) Em Portugal, o Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, prevê no seu art. 90.º, a existência de vários processos de caça, entre os quais os designados cães de caça.(...) Os cães acabam por funcionar como arma contra o animal a ser caçado (...) A verdade é que no decurso deste acto muitas são as vezes em que também os cães usados acabam por sucumbir ou ficar gravemente feridos. (...) Esta situação consubstancia uma verdadeira incoerência legal já que o Decreto-Lei n.º315/2009, de 29 de Outubro, no seu artigo 31.º, vem já proibir a luta entre animais. Note-se, proíbe a luta entre animais e não somente a luta entre cães (...)» [Projeto de Lei.º 1091/XIII/4ª (2019)]

Esta situação descrita no supracitado documento elaborado e apresentado pelo PAN reflete uma outra forma de sofrimento animal, sobretudo físico. Contudo, a ocasião é aproveitada para criticar as exceções à lei:

«(...) No entanto, no seu nº 4, excepciona desta regra “qualquer evento de carácter cultural”, o que acaba por legitimar a possibilidade de luta entre cães e javalis, por exemplo.(...)» [Projeto de Lei.º 1091/XIII/4ª (2019)]

No supracitado Projeto de Lei pode ainda ler-se:

«(...) acresce que na maioria dos casos os cães que compõem as matilhas são mantidos em condições precárias que não respeitam as normas de hospedagem previstas no Decreto-Lei n.º 276/2010 de 17 de Outubro(...)»[Projeto de Lei.º 1091/XIII/4ª (2019)]

Por fim, é feita a referência ao abandono:

«(...) São comuns também os casos de abandono de cães no final da época de caça. Estes animais que permanecem depois em estado de errância, com fome e sede (...)» [Projeto de Lei.º 1091/XIII/4ª (2019)]

No supracitado documento é ainda destacada a necessidade de.

«(...) Estas situações podem e devem ser evitadas, seja através de uma maior fiscalização seja através da redução do número de cães utilizados na prática venatória.(...) [Projeto de Lei.º 1091/XIII/4ª (2019)]

O PAN destaca não só a falta de qualidade de vida destes animais com papel meramente utilitário como apresenta outras evidências de um impacto negativo quando estes animais se tornam errantes, nomeadamente «(...) Acresce que a presença de por vezes centenas de cães nos campos têm impactos muito negativos na biodiversidade. (...)».

¹³⁰ Projeto de Lei.º 1091/XIII/4ª (2019, Janeiro, 29). Documento em PDF.
<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c4a535339305a58683062334d76634770734d5441354d53315953556c4a4c6d527659773d3d&fich=pjl1091-XIII.doc&inline=true>

João Francisco Grosso¹³¹, num artigo de opinião destaca que um caçador nunca abandona o seu cão:

«(...) Um Caçador não abandona o seu Cão! O amor que existe entre o Cão e o Caçador é indescritível e só quem desconhece por completo a Caça pode pensar que esse drama possa acontecer. (...)» [Grosso, J.F. (vide nota de rodapé 134)]

Contudo, no *website* da GNR¹³² no que respeita à caça e às leis da caça pode ler-se: «(...) é proibido (...); o abandono dos animais que acompanham o caçador;(...)» pelo que se descortina a intenção de criminalização do supracitado ato de ‘abandonar’. Contudo, a realidade parece ser bem diferente e é sobre essa mesma realidade que o PAN se debate. Para além de todas as questões de risco para saúde e bem-estar físico a que estes animais ficam expostos sobrepõe-se a dor emocional se atendermos à convicção com que Grosso, J. F. afirma ao terminar o seu artigo que «(...)Um Cão abandonado procurará o seu “dono” o resto da vida...»

3.3. Associações protetoras de animais: reduzir a dívida ‘humana’ para com os ‘não-humanos’

A antropologia contemporânea, tem vindo a abordar de forma inovadora a relação humanos-animais no contexto da etnografia multiespécies, o que requer romper com algumas fronteiras anteriormente existentes que permitiam a interpretação anterior desta relação. Romper fronteiras, reestruturar ideias e conceitos e redefinir essas mesmas fronteiras são propostas de autores como refere Leandra Oliveira Pinto (2010) no seu trabalho: ‘Resgatando afetos: uma etnografia sobre o papel da rede solidária de proteção animal no contexto urbano de Porto Alegre/RS’¹³³, a autora:

«(...) segue como norte uma visão pós-humanista e pós-doméstica interessada em compreender o homem em relação ao ambiente em que está inserido, assim como, o lugar do animal no âmbito social, considerando os coletivos implicados por agenciamentos humanos e não-humanos (Lestel, 2008).(...)» [Pinto, L.O. (2010:2)]

Ainda que seja uma questão que, em termos sociológicos e antropológicos seja difícil de encontrar uma resposta seria interessante tentar perceber-se porque parece existir “uma cultura de abandono de animais domésticos?”. Fazendo um pequeno desvio ao trabalho de Pinto, L.O. (2010), pode fazer-se uma breve análise ao facto de as pessoas, na sua generalidade apresentarem uma tendência para escolherem os seus animais’ não-humano’

¹³¹ Grosso, J.F. (ano (desconhecido), Setembro, 9) Artigos de opinião. O abandono dos Cães.

<http://www.capitaldacacatv.pt/pt/artigo/23/116/o-abandono-dos-caes/>

¹³² GNR. Caça. (data: desconhecida). https://www.gnr.pt/Cons_NA_Caca.aspx

¹³³ Pinto, L.O. (2010). Resgatando afetos: uma etnografia sobre o papel da rede solidária de proteção animal no contexto urbano de Porto Alegre/RS.

https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Leandra%20Oliveira%20Pinto%20-%201020734%20-%204145%20-%20corrigido.pdf

de companhia com base na aparência ou no comportamento. Contudo, existe um fenômeno crescente que é a influência dos meios de comunicação e da indústria cinematográfica se considerarmos alguns exemplos: i) - Nos E.U.A. quando saiu o filme ‘ 101 Dálmatas’ houve uma procura enorme desta raça de cães, para depois se verificar um aumento da sua taxa de abandono. Os animais simpáticos, dóceis e bem-dispostos do filme, na realidade, eram inquietos, por vezes agressivos, demasiado enérgicos e ‘destruíam’ os apartamentos; ii) – outro exemplo, surge com a estreia do filme ‘Bervely Hills Chihuahua’. Após uma grande procura desta raça muitos foram os tutores que rapidamente se cansaram dos seus ‘ não-humanos’ de estimação que, à semelhança dos dálmatas, passaram a ser ‘*canis non grata*’¹³⁴ e por fim, iii) – o mesmo aconteceu com a aquisição de corujas no Reino Unido, que disparou devido ao elevado número de fãs de Harry Potter.

Regressando ao trabalho da supracitada autora, Leandra Oliveira Pinto (2010), apesar de ser no contexto brasileiro centra-se na rede de proteção animal.

A universalidade do tema relativo ao abandono animal, bem como a necessidade de se encontrarem soluções, envolve tanto no Brasil como em Portugal diversos agentes: desde legisladores, a associações e voluntários, passando pelo papel dos serviços de saúde veterinários em conjunto com cada município. Só atuando num universo mais restrito se conseguirá que no conjunto se obtenham resultados positivos em grande escala – a nível nacional. Desta forma, Pinto, L.O. (2010) constitui uma referência importante dado que segundo a mesma:

«(...) em um primeiro momento pretendo com esse artigo visitar as críticas e contribuições da antropologia das relações humano-animais, na tentativa de compreender como as relações interespecíficas tem sido pensadas na atualidade. Partindo disso, tratarei de um caso particular de interação entre humanos e animais de estimação, a partir da análise do trabalho desenvolvido por uma rede de proteção animal de Porto Alegre. (...)» [Pinto, L.O. (2010:2)]

Passando por referências importantes no contexto multiespécies como a análise de Descola relativo ao dilema entre natureza e cultura, à crítica do modelo utilitarista na perspetiva da antropologia estrutural de Levi-Strauss, Latour, entre outros, a autora reforça a ideia de Descola (1996): «(...) a lógica dualista e a preferência pelos conceitos de “fiscalidade” e “interioridade”(...)» [Pinto, L.O. (2010:6)]¹³⁵ contrapondo a mesma à etnografia de Eduardo

¹³⁴ Cf. com ‘*persona non grata*’; antónimo de ‘*persona grata*’

¹³⁵ Pinto, L.O. (2010). Resgatando afetos: uma etnografia sobre o papel da rede solidária de proteção animal no contexto urbano de Porto Alegre/RS.

https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Leandra%20Oliveira%20Pinto%20-%201020734%20-%204145%20-%20corrigido.pdf

Kohn (2007)¹³⁶ que, segundo menção da autora « (...) sugere realizar uma antropologia da vida.(...)» [Eduardo Kohn (2007)] e desta forma,

«(...)reconhecer a vida como categoria central de pensamento desvia o dilema entre animalidade e humanidade(...)»[Eduardo Kohn (2007)] [Pinto, L.O. (2010:6)]

Num percurso, no contexto dos animais na antropologia, Pinto, L.O. (2010) refere 'A questão animal como problema social' [Pinto, L.O. (2010:7)], embora numa breve comparação da relação entre humanos- e ' não-humanos' nas sociedades complexas, em contexto urbano e comunidades indígenas, a autora destaca conceitos como: 'pet', 'pet friendly' e contrapõe a questão da integração dos animais de estimação nos contextos familiares:

«(...) Alguns estudos tem destacado o impacto que vem ocorrendo na paisagem urbana das sociedades contemporâneas devido à inclusão de animais de estimação no convívio social. Entre as principais transformações evidenciadas está a crescente familiarização de animais de companhia, considerada por alguns antropólogos como uma espécie de "filhotização". A crescente incorporação de animais de estimação em ambientes de sociabilidade, tem despertado o interesse das ciências sociais, motivando a produção e divulgação de pesquisas sobre o universo pet. (...)» [Pinto, L.O. (2010:7)]

À questão: «(...) O problema que surge quando pensamos em animais abandonados é compreender onde se localizam na classificação habitual sobre animais domésticos.(...)» [Pinto, L.O. (2010:8)]. A autora parte então para a abordagem das redes criadas nas sociedades contemporâneas para proteção animal e faz referência a dois autores, Osório (2011) e Mattos (2012) que, segundo a supracitada autora:

«(...) guiaram suas etnografias para a relevância das ações de grupos de proteção animal em contextos urbanos, com o intuito de compreender práticas que refletem a sensibilidade frente ao abandono e maus-tratos de animais.(...)» [Pinto, L.O. (2010:11)]

Pinto, L.O. (2010) destaca a importância destes estudos uma vez que colocam em «(...)destaque que a questão animal tem expressado na atualidade, integrando de forma expressiva a agenda social das sociedades contemporâneas.(...)» [Pinto, L.O. (2010:11)]

É desta forma que a autora justifica:

«(...) fruto de novas sensibilidades em relação aos animais, que tem contribuído para a construção de marcos legislativos, cujos princípios servem de base para o planejamento e execução de políticas públicas e ações da sociedade civil voltadas à proteção animal.(...)» [Pinto, L.O. (2010:11)]

É neste ponto que a autora entra na abordagem das 'redes solidárias de apoio aos animais abandonados ' que segundo a mesma refletem:

¹³⁶ Eduardo Kohn (2007). Runa no Equador em [Pinto, L.O. (2010: 6)]

« (...)uma nova forma de moralidade, na qual os animais começam a ser inseridos nas reflexões sobre normatização do espaço público.(...)» [Pinto, L.O. (2010:11)]

Destacando que as iniciativas de proteção aos animais, sobretudo aos animais abandonados têm-se mostrado cada vez mais organizadas ao longo do tempo. Em referência a *Fassin*, (2009), Pinto, L.O. (2010:11) refere a existência de

«(...) uma economia moral(...)específica da proteção animal urbana, cujo principal objetivo é o resgate da sociedade para a questão animal.(...)» [Pinto, L.O. (2010:11)]

Depois de apresentar o seu estudo de caso, a autora tece algumas considerações finais importantes e que por tal devem ser aqui referidas:

«i) - (...)Ao mesmo tempo em que observamos, por um lado, que existe todo um esforço concentrado no convívio desejável com os animais de estimação, no entanto, por outro lado, ainda há muito preconceito na adoção e na interação com os animais abandonados nas ruas, que vistos como pragas, e por esse motivo, desamparados à sua própria sorte, acabam tornando-se vítimas da crueldade humana.(...);

ii) - (...)verifica-se que o drama social característico do dilema brasileiro apontado por *Da Matta* (1997) entre mundo da casa e mundo da rua, também é evidenciado nas relações com os animais que vivem nas ruas dos centros urbanos, a partir das práticas de maus-tratos cometidos contra os cães, gatos e cavalos, que desmoralizados por sua condição, acabam sendo vistos como verdadeiros estigmas das sociedades contemporâneas.(...);

iii) – (...)a tendência à familiarização de animais de estimação extrapolou o limite do pet como animal de raça, objeto de consumo da classe média urbana,(...);

iv) – (...)a condição para ser um animal de estimação não é dada, e sim, construída socialmente(...)» [Pinto, L.O. (2010:19)]

A logística de projetos sociais que visam o cuidar dos animais em abandono é bastante complexa e não será abordada no contexto deste trabalho sob risco de se fugir largamente ao tema central. Na sua maioria, as associações de proteção animal são ONG¹³⁷s e, das quatro tipologias de ONG's integram-se nas ONG's cidadãos. Apesar do esforço de instituições e dos voluntários envolvidos, ainda assim, é possível afirmar que é muito maior o número de animais abandonados comparativamente com o número de instituições de apoio e proteção animal. As associações de proteção animal votados ao abandono exigem um esforço conjunto tal como já foi anteriormente mencionado já que são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público¹³⁸. Sem fins lucrativos, tentam contribuir em simultâneo para o bem-estar animal minimizando todos os aspetos físicos e emocionais que conduzem ao sofrimento animal, em consequência do abandono. Por outro lado, contribuem para a minimização dos riscos para a saúde pública, dado que as zoonoses associadas aos animais de rua podem

¹³⁷ ONG's – organizações não-governamentais

¹³⁸ OSCIP- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

constituir importantes focos de patologias para os humanos. É neste aspeto que a colaboração dos serviços de saúde veterinária é de extrema importância.

Entretanto, dado o carácter voluntário de associações como a 'Abraço 4 Patas' e outras que fazem a recolha e oferecem abrigo aos animais em abandono, Susana Correia refere algumas dificuldades sentidas, nomeadamente de cariz financeiro.

«(...) A parte monetária nunca favorece. Nós vivemos de donativos. Eu ponho na página de Facebook alguns pedidos. A câmara dá alguns apoios. Não temos abrigo. As pessoas não estão muito preparadas, não é só para a causa animal, é para tudo. (...)» [Susana Correia, Associação 'Abraço 4 Patas']

Outro aspeto referido por Susana Correia relaciona-se com a compreensão da população e por conseguinte com a educação para as temáticas do abandono animal e as organizações de proteção ao 'animal abandonado'. Segundo Susana Correia existe uma falta de compreensão para o facto dos voluntários serem pessoas como as outras, terem uma vida pessoal e, por vezes estarem de serviço noutras situações.

«(...) As pessoas não querem ajudar, mas querem que estejamos disponíveis. Nós também temos outras coisas na vida. Fui chamada de tudo. As pessoas não ajudam e dificultam ainda mais as coisas. (...)» [Susana Correia, Associação 'Abraço 4 Patas']

E destaca o papel das redes sociais: se por um lado podem ser uma mais-valia em apelos por outro:

«(...) Eu recebi uma chamada, enquanto conduzia. Não atendi, porque achei que não devia fazer. Eu já sabia que devia ser um pedido de ajuda. Quando cheguei a casa, fui ao Facebook. Já estavam a queixar-se que a associação não atende as chamadas. (...)» [Susana Correia, Associação 'Abraço 4 Patas']

Ser membro de uma associação tem outros aspetos positivos que podem ser mencionados e que foram referidos por Susana Correia durante o trabalho etnográfico:

i)- *«(...) Toda a gente fica contente quando salvamos um gatinho. As pessoas até gostam do nosso trabalho. As pessoas receberam muito bem isso. (...)»* [Susana Correia, Associação 'Abraço 4 Patas']

Pelo que apesar dos aspetos negativos, anteriormente mencionados existem motivos para continuar o trabalho que está a ser feito. Ainda assim, os aspetos psicológicos relacionados com o voluntariado também foram destacados por Susana Correia:

ii)- *«(...) É muito desgastante psicologicamente. Eu choro por um animal de rua como choro com os meus. [Susana chora] Custa-me muito... Vou-me muito abaixo... É muito complicado.... Mas eu penso neles e faço isto por eles. Nunca estamos preparados. Eutanasiar um animal de rua é muito desgastante. É um problema de quem trabalha em associações e é voluntário. (...)»* [Susana Correia, Associação 'Abraço 4 Patas']

Apesar dos aspetos positivos e menos positivos do voluntariado em termos de proteção ao ‘animal de rua’ (vide pp.61-63)¹³⁹, segundo Susana Correia ainda muito tem que ser trabalhado na perspetiva da educação das populações. Por outro lado, embora exista legislação e o abandono seja passível de criminalização:

«(...) É uma desgraça... Em termos de tudo! Não há apoios, não se liga ainda temos muitos degraus a subir. A parte da justiça não funciona. Ainda hoje, uma colega diz que um gato é agredido pelo dono e eu perguntei-lhe “Ninguém faz nada?”. Ela disse que fizeram queixa e que o gato foi retirado e devolvido ao dono. (...) Sinceramente, acho que se deveria dar mais importância. Pode sair uma lei, mas não acontece nada... (...)» [Susana Correia, Associação ‘Abraço 4 Patas’]

3.3.1. A colaboração dos Serviços de Saúde Veterinária com as Associações para mitigar o sofrimento associado a patologias e para controlo das populações de animais de rua.

Na problemática dos animais ‘errantes’ um dos tópicos que geralmente se aborda é precisamente a questão da saúde pública, sem que se caia no esquecimento a questão do bem-estar animal. Por assim dizer, são duas questões que surgem sempre associadas. Contudo, por vezes, tal como acontece com as associações de apoio aos animais errantes, e que Susana Correia referiu, a maioria das pessoas deseja que os casos se resolvam rapidamente penalizando e fazendo juízos de valor acerca da atuação dos voluntários *versus* celeridade da sua atuação. (vide p.59). Depois de algumas leituras e pesquisas é possível constatar que, relativamente ao apoio à saúde dos animais ‘errantes’, por vezes juízos semelhantes são frequentemente emitidos.

No exercício da sua profissão, o veterinário tem que atuar de acordo com um código de ética profissional, contudo percebendo o veterinário como ‘pessoa’, encontram-se diferentes motivações pessoais e profissionais no exercício da sua atividade. Assim, podemos encontrar veterinários que tal como o Dr. João afirmam nunca fecharem as hipóteses de colaboração com as diversas associações, reforçando a sua perceção no que respeita às dificuldades financeiras *versus* número de animais ‘errantes’ a serem apoiados (vide p.48) e, outros como o Dr. Gonçalo que afirmaram claramente no decorrer do trabalho etnográfico que trabalha mas tem que ser pago, pelo que caso um tutor não possa pagar, o supracitado médico veterinário cessa as suas funções de prestar os cuidados ao animal ‘não-humano’. Aparentemente, surgem duas posições antagónicas e para muitos, a postura do Dr. Gonçalo poderá ser cunhada de alguma frieza. A própria Susana Correia referiu: «(...)Dos veterinários,

¹³⁹ Referência ao IRA (núcleo de Intervenção e Resgate Animal)

alguns é só para ganhar dinheiro. Tenho alguns que já risquei da minha lista. (...)» [Susana Correia, Associação 'Abraço 4 Patas']

No artigo de Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008)¹⁴⁰, as autoras estabelecem e esclarecem acerca dos limites da sua atividade profissional referindo-se, relativamente ao 'real papel do clínico veterinário na questão de animais errantes' [Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008:60)]. Neste tópico, as autoras clarificam perentoriamente que se por um lado se espera que,

«(...) têm o dever de socorrê-los quando em risco de vida emergencial ou sujeitos a maus-tratos, prestando-lhes assistência técnica especializada dentro de suas legítimas competências e habilidades legais(...)» [Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008:60)]

Por outro lado: «(...) queremos frisar que não deve ser entendido como papel expresso do veterinário a assistência incondicional a animais errantes. (...)» [Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008:60)], uma vez que uma condição para o exercício de funções, que se coaduna com a valorização e dignificação profissional, segundo as autoras passa por:

«(...) a prestação da assistência veterinária, aqui reconhecida como a justa oferta de algum bem ou serviço técnico-especializado, implica em remuneração compatível com o exercício da profissão.(...)» [Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008:60)]

As autoras reforçam a existência de ideias erradas acerca da atuação dos médicos veterinários referindo que a 'imposição' de limites para o exercício da sua profissão não pode nem deve ser confundido com uma 'falta de caridade ou de solidariedade' e, não deve ser esta ideia errada a colocar em causa o 'profissionalismo'. Referem como aspeto muito importante o facto de «(...) Outros sim, o assistencialismo irrestrito (aos animais errantes) culmina por interferir no foco e na identidade da profissão veterinária(...)» [Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008:60-61)]. Para as supracitadas autoras, para tal contribui:

«(...) um falso mito de que os veterinários teriam obrigação de atender gratuitamente a todos os animais errantes trazidos por proprietários não-assumidos. Evidentemente, os proprietários não assumidos tentam transferir para nós, veterinários, as responsabilidades, custos e preocupações, sem arcar com nenhum ônus por isso, apenas se fiando numa apregoada solidariedade para com a vida animal que, obviamente, é compartilhada por nós, veterinários. (...)» [Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008:61)]

Sendo a remuneração um aspeto importante parece, à primeira vista que *sine qua non*¹⁴¹ dependendo do perfil do veterinário poderá ser ou não prestada assistência aos 'animais errantes'. Contudo, existem formas de apoio para contornar o simples voluntariado. Numa

¹⁴⁰ Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008). Sobre animais abandonados e pessoas que lidam com eles: O papel dos clínicos Veterinários. Uma Revisão. Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal (v.2, n.1) p. 56 – 79.
<file:///C:/Users/fred/Downloads/42-3391-1-PB.pdf>
<http://dx.doi.org/10.5935/1981-2965.20080004>

¹⁴¹ *sine qua non* (exp. Latim) - sem isso (significado)

preocupação crescente, dado o número imensamente elevado de animais ‘errantes’ e, a sobrelotação das associações de recolha e proteção dos animais de rua, em Portugal existem algumas medidas de apoio. Algumas das quais, iniciativa da Ordem dos Médicos Veterinários¹⁴², como é o caso do cheque veterinário, o apoio do Estado, através das políticas municipais na criação em cada serviço municipal, a nível nacional dos gabinetes veterinários municipais e ainda estruturas de apoio em valências diversas como é o caso da Animalife¹⁴³ e do seu programa de apoio às associações. A estas Instituições pode juntar-se a Associação Zoófila Portuguesa¹⁴⁴ que é também uma instituição que atua em grande escala a nível nacional, que se apresenta como sendo:

«(...) uma instituição humanitária de interesse público, que procura promover a proteção de todos os animais, apoiando os seus responsáveis e também os associados que intervenham em sua defesa.» [AZP. <https://azp.pt/#>]

Iniciando as breves referências a estas três entidades de apoio aos animais de rua e, a título de exemplo:

i)- Cheque veterinário (OMV) - é um Programa Nacional de Apoio de Saúde Veterinária para Animais em Risco¹⁴⁵; tem como objetivo a criação de uma rede de cuidados básicos de saúde veterinária para animais em risco. A OMV trabalha com os municípios através de uma cadeia de procedimentos em que os municípios identificam os animais em risco e a OMV, através do cheque veterinário apoia financeiramente dotando os supracitados municípios de meios que permitam dar cumprimento da legislação em vigor. A OMV atua através do Plano de Cuidados de Saúde Veterinária¹⁴⁶ (PCSV) e sensibiliza todos os veterinários a nível do país a participarem neste PCSV através da adesão dos seus Centros de Atendimento Médico-Veterinário¹⁴⁷ (CAMV). Este programa é alargado a: animais errantes recolhidos pelo CRO¹⁴⁸, colónia de gatos sob a responsabilidade da autarquia bem como a famílias carenciadas identificadas pela autarquia. O PCSV integra duas tipologias de valências: Plano de Cuidados de Saúde Primários (PCSP) e o Plano de Cuidados de Saúde Continuados e de Urgência¹⁴⁹ (PCSVU). Pela extensão da sua cobertura e campanhas de sensibilização a fim de que um maior número de CAMV adiram, consegue perceber-se o esforço desta instituição que se rege por um código ético e deontológico associado ao exercício da profissão do médico-veterinário.

¹⁴² OMV - Ordem dos Médicos Veterinários. <https://www.omv.pt/cheque-veterinario-programa-solidario/cheque-veterinario-programa-solidario/cheque-veterinario-programa-solidario/projeto-cheque-veterinario>

¹⁴³ Animalife disponível em: https://www.animalife.pt/pt/apoio_associacoes/programa

¹⁴⁴ APZ – Associação Zoófila Portuguesa disponível em <https://azp.pt/servicos.php>

¹⁴⁵ PNASVACR - Programa Nacional de Apoio de Saúde Veterinária para Animais em Risco

¹⁴⁶ PCSV - Plano de Cuidados de Saúde Veterinária

¹⁴⁷ CAMV - Centro de Atendimento Médico-Veterinário

¹⁴⁸ CRO - Centros de Recolha Oficiais

¹⁴⁹ PCSVU – Plano de Cuidados de Saúde Continuados e de Urgência

Este apoio da OMV aos CAMV é de uma mais-valia já que a nível local cabe a estes centros um conjunto de ações, muitas delas atualmente incluídas no programa CED¹⁵⁰

ii) – Animalife - É uma ONG portuguesa com diversas valências, entre elas o apoio que presta às associações que visam o apoio aos animais em risco por abandono, entregues ou recolhidos por instituições. Com diversos parceiros, não atua na área da medicina veterinária mas através da criação de um Banco Solidário Animal, através do qual recolhe alimentos por doação para serem distribuídos às diversas associações de apoio e proteção animal. Indiretamente atuam na área da saúde uma vez que a alimentação é um factor preponderante para a saúde e bem-estar.

iii) – Associação Zoófila Portuguesa - sendo uma instituição humanitária de apoio aos animais 'não-humanos' e humanos, os seus responsáveis para além de serviços de adoção de felinos e canídeos impera aqui referir o serviço de saúde veterinária. Agindo em 'defesa da centralidade do bem-estar animal'. O Hospital da AZP é dotado de várias valências na área da Medicina Preventiva, Cirurgia e Anestesia, Meios de Diagnóstico Complementar e ainda Serviço de Urgência, Internamento 24 horas e Internamento específico para doenças infetocontagiosas. Acrescem valências oncológicas como quimioterapia. Por fim, oferece ainda a valência ligada à Endoscopia e à Acupunctura. Esta última, graças a uma parceria pouco comum com a Escola superior de Medicina Tradicional Chinesa¹⁵¹. Dado o conjunto de serviços que presta, Hospital da AZP é uma referência nacional em termos de Serviços Médico-veterinários. Para além de receber utentes com família e tutor(es), este hospital trabalha em parceria com outras entidades e apoia associações de proteção e bem-estar animal.

Após as referências anteriormente feitas nos pontos anteriores cumpre-se uma referência ao IRA¹⁵² (*vide* p.60), uma vez que, se dedica à deteção e planeamento do resgate de animais vítimas de maus-tratos e/ou negligenciados. Esta ONG, atenta à legislação intervém na divulgação da mesma e sensibiliza para adoção responsável.

Para terminar a referência à importância da colaboração dos Serviços de Saúde Veterinária com as Associações para mitigar o sofrimento associado a patologias e para controlo das populações de animais de rua, acresce dizer que muito já se tem feito nos últimos anos em Portugal para ajudar os animais 'errantes' e zelar pelo seu bem-estar global. Na nossa sociedade, o bem-estar animal relaciona-se com a ética e a moral humana pelo que qualquer gesto que conduza ao sofrimento animal é dado como imoral. Contudo, muito ainda

¹⁵⁰ Programa CED disponível em <https://animaisderua.org/ced>

¹⁵¹ ESMTTC

¹⁵² IRA – Intervenção e Resgate Animal. <https://www.nira.pt/missao>

O sofrimento animal: uma visão antropológica

há a fazer mesmo a nível de muitas mentalidades, pelo que se reforça mais uma vez as questões acerca da Educação para o bem-estar animal que deve ser iniciada nas faixas etárias mais jovens.

4. Animabilis: corpo clínico e o espaço físico

4.1. O 'Lugar' versus o 'Espaço-uso'

Antes de fazer a abordagem ao espaço físico da clínica *Animabilis*, é pertinente fazer-se uma reflexão em torno da temática do espaço, considerando-o um lugar de vivências, mas não na perspetiva humana mas sobretudo na perspetiva dos 'não-humanos'. Assim, considere-se um espaço de vivências e experiências do "outro" ('não-humano'). Um lugar onde se dá prioridade aos animais 'não-humanos', ainda que os mesmos interajam com os humanos.

Uma clínica é uma construção fruto da ação humana e tal como qualquer outro espaço arquitetónico é pensado por humanos. Numa perspetiva humana, abordar 'o lugar' implica necessariamente uma abordagem filosófica do 'lugar', onde questões como: forma como vivemos no lugar, como o lugar é imaginado, como é criado e preservado. E, sendo o 'lugar' um espaço é passível de interpretação¹⁵³ que levam à sua compreensão. Mais enriquecedora do que a abordagem filosófica do 'lugar' é a hermenêutica filosófica do mesmo e neste contexto existem algumas referências importantes como Janz, B. (2017)¹⁵⁴ e Malpas, J. (1999¹⁵⁵; 2018)¹⁵⁶. Na sua obra *Place, Space and Hermeneutics*, Janz, B. (2017) aborda o 'lugar', 'o espaço' e a hermenêutica, numa obra sustentada na compilação de diversos artigos de diferentes autores dando cobertura a amplo espectro de abordagens hermenêuticas que levam a uma melhor compreensão de lugar e espaço. Destaque-se a abordagem que o supracitado autor faz acerca dos "Espaços disciplinares e interdisciplinares da hermenêutica do lugar e do espaço", onde se incluem conceitos gerais relacionados com o 'Antropoceno'. Para além das preocupações ecológicas e ambientalistas de alguns autores, realce-se a nossa capacidade humana para organizar, planear e criar 'espaços' e ainda, o modo como os espaços humanos são criados, desenvolvidos e utilizados. Na visão de Janz, B (2017) a hermenêutica pode constituir um importante instrumento para a compreensão da vida urbana, para a complexidade do urbanismo, as suas formas e configurações. Assim, compreende-se que a hermenêutica filosófica seja um importante contributo para a compreensão filosófica das diferentes facetas da vida urbana, no 'mundo dos humanos'. Já Malpas, J. (1999) orienta

¹⁵³ Cf. ou múltiplas interpretações

¹⁵⁴ Janz, B. B. (2017). *Place, space and hermeneutics*. Ed. Cham Springer International Publishing Imprint. E-Book: <https://www.worldcat.org/title/place-space-and-hermeneutics/oclc/987308719?referer=br&ht=edition>

¹⁵⁵ Malpas, J. (1999) – data da 1ª edição

¹⁵⁶ Malpas, J. (2018). *Place and Experience: A Philosophical Topography*. 2ª Ed. Routledge. ISBN 9781315265445. E-Book: <https://www.routledge.com/Place-and-Experience-A-Philosophical-Topography/Malpas/p/book/9781138291430>

a sua investigação para a "topografia filosófica". Destaque-se que Jeff Malpas, é um dos principais filósofos sobre o 'lugar' e o 'espaço' pelo que, representa uma alternativa no campo do pensamento filosófico a ter em consideração, relativamente às teorias sobre o 'lugar' pós-estruturalistas e pós-modernas. Na sua obra 'Place and Experience: A Philosophical Topography', Malpas, J. (1999) apresenta três aspetos importantes: i)-o 'lugar' intrinsecamente ligado ao ser humano, onde a ii) - objetividade e subjetividade, do mesmo são indissociáveis e por fim, iii) – o 'lugar' e a sua natureza, distinto mas relacionado com o espaço e o tempo. Malpas, J. (2018) aprofunda a natureza filosófica do 'lugar' relacionando a sua natureza, intersubjetividade, objetividade e subjetividade com a ideia do 'lugar' se encontrar ligado à memória, à identidade e ao 'self'. Inspirado em autores como Kant, Proust, Heidegger entre outros, Jeff Malpas constitui uma referência não só a nível da concetual mas constitui uma fonte de inspiração para a arquitetura no que respeita à análise interpretativa dos espaços e do seu uso, num conceito conhecido no meio da arquitetura como 'espaço-uso'.

Relativamente ao espaço da clínica Animabilis, registe-se que não foi arquitetonicamente concebido para o seu uso atual. Inicialmente era um 'espaço-loja' no rés-do-chão de um edifício residencial. Ainda assim, a adaptação do 'espaço-uso' a uma clínica veterinária foi bem conseguido, tal como mais à frente é descrito em pormenor. Este exemplo, é totalmente distinto do Hotel do 'Domi Canis Cattus' sediado em Vila do Conde. Tal como foi notícia nos jornais 'Público' e 'Observador', ambos *online*, este eco hotel, foi desenhado de raiz para o efeito. Desta forma, foi possível respeitar em certos pormenores a 'identidade' 'não-humana' dos seus clientes. Segundo o arquiteto do projeto Raulino Silva.

«(...)O desafio deste projecto, ao contrário dos que havia concebido até então, foi o de priorizar o bem-estar animal — e não o humano.(...) Todos os espaços foram pensados com o objectivo de proporcionar aos animais as "condições térmicas, acústicas e de salubridade" ideais para o seu bem-estar. (...)» [Maia, A. M (2020)]¹⁵⁷

«(...) Um detalhe curioso do projeto são as escadas construídas na parte detrás do edifício de dois pisos que alberga os cães. A forma como foi desenhada permite que os animais consigam facilmente subi-las e descê-las sem se assustarem, uma vez que o desnível não é perceptível à escala dos amigos de quatro patas. O revestimento em microcimento permite ainda que as escadas não fiquem muito sujas a cada utilização. (...)» [Marques, A.C. (2020)]¹⁵⁸

¹⁵⁷ Maia, A. M. (2020, janeiro, 9). Em Vila do Conde, há um eco-hotel de luxo para cães e gatos. Seção Arquitetura. <https://www.publico.pt/2020/01/09/p3/fotogaleria/canino-felino-hotel-399437>

¹⁵⁸ Marques, A. C. (2020, setembro, 12). Cascata de água, baloços e trampolins. Este hotel para cães e gatos soma prémios e distinções internacionais. <https://observador.pt/2020/09/12/cascata-de-agua-baloicos-e-trampolins-este-hotel-para-caes-e-gatos-soma-premios-e-distincoes-internacionais/>

4.2. Espaço Físico da clínica 'Animabilis'

O espaço físico de uma clínica veterinária é muito importante não só na perspectiva do negócio mas, de um ponto de vista mais humanista no que diz respeito à impressão mais positiva ou mais negativa que pode deixar a um tutor quando este se desloca à clínica. Assim, tal como muitas vezes se afirma “a primeira impressão é que fica!”, um tutor que se desloca uma primeira vez a uma clínica, mesmo antes de contactar com quem o recebe seja um médico veterinário, um enfermeiro veterinário ou um funcionário administrativo rececionista, tendencialmente olha à sua volta e estuda, por assim dizer o espaço físico. Para além da higienização do espaço existem pormenores importantes na estruturação do espaço físico: a receção, o espaço da consulta¹⁵⁹, bem como outros espaços e serviços¹⁶⁰. No entanto, um pormenor que por vezes passa despercebido é a luminosidade e a iluminação do espaço. Ressalve-se aqui a referência a ‘luminosidade’ no sentido de iluminação natural que determina a nossa percepção de um espaço. Assim, espaços com maior luminosidade são ou parecem-nos mais amplos, existindo atualmente técnicas de iluminação artificial para conferir maior luminosidade a espaços pouco iluminados. Evitando entrar no campo arquitetónico relativo a este tema da luz, iluminação e luminosidade, destaca-se apenas a importância da mesma na implementação do espaço da clínica veterinária. Neste aspeto a Clínica Veterinária Animabilis beneficia de um espaço muito bem iluminado naturalmente e com vistas amplas nas traseiras para um espaço verde bastante aberto (*vide* Fig.1 A e B, ANEXO II). Adicionalmente a este privilégio de escolha do espaço, acresce o facto do mesmo ser totalmente envidraçado, pelo que a diminuição da luminosidade apenas se faz em espaços estritamente necessários para manutenção da privacidade, usando como barreira visual, vidro fosco apenas à altura necessária (*vide* Fig. 2, ANEXO II).

A receção, luminosa, ampla e irrepreensivelmente higienizada apresenta um balcão (*vide* Fig. 3, ANEXO II) de atendimento e do lado oposto, uma estante com *flyers* informativos aos tutores, bem como algumas rações, *sticks* de higiene oral, areia para caixas de gato e guloseimas. Tudo específico para cão e gato. Dispõe ainda de algumas cadeiras para a espera dos tutores. Existem ainda pormenores interessantes de decoração como uma peça de artesanato do santo padroeiro – São Francisco de Assis (*vide* Fig. 4, ANEXO II). É desta forma que a Clínica Animabilis faz a receção aos seus pacientes não-humanos e tutores. Nesta entrada, não faltam elementos verdes naturais que dão outro toque ao espaço, muito mais acolhedor e humanizado. (*vide* Fig. 5, ANEXO II). No interior, existe um corredor (*vide* Fig. 6, ANEXO II) que dá acesso às zonas de internamento, observação, diagnose, cirurgia,

¹⁵⁹ Consultório.

¹⁶⁰ Espaço de meios de diagnose e internamento.

etc. Este, também apresenta um pormenor de decoração, mais uma vez recorrendo a peças de artesanato – as sardinhas portuguesas com diferentes pinturas. Do lado oposto, ainda no corredor situam-se os consultórios: o consultório do gato e o consultório do cão. (*vide* Fig. 7 A e B e Fig. 8, ANEXO II). A tipologia do consultório no seu interior é semelhante (*vide* Fig.9, ANEXO II). Estes espaços são por vezes utilizados em horas de menor fluxo de consultas para visitas que os tutores fazem aos seus não-humanos internados. O espaço é preparado e confere privacidade durante a visita para que tutor e animal ‘não-humano’ interajam. Este é um pormenor importante, uma vez que para o tutor há um conforto de saber como está o seu/sua amigo/a ‘não-humano/a’ e para o paciente existe uma sensação de acompanhamento e conforto já que o internamento pode trazer o receio (mesmo não convictamente manifestado) de abandono, por parte do paciente. No final da visita, o tutor pode falar com o médico veterinário ou com a enfermeira para saber como decorre a evolução do paciente.

De acesso mais restrito ficam as áreas de atuação dos profissionais de saúde veterinária. Esta clínica, apesar de ampla em termos de espaço, encontra-se muito bem equipada em termos de valências, nomeadamente se se considerar a relação espaço versus valências asseguradas. Para além dos consultórios existem ainda: área de isolamento, bloco operatório, onde se fazem as intervenções cirúrgicas, área de observação geral, internamento para cães e gatos, serviço de diagnose em Imagiologia. Existe ainda uma pequena copa utilizada por quem está de serviço durante o dia, em urgências ou em domingos e feriados mantém os serviços de cuidador dos animais ‘não-humanos’ internados. (*vide* Figuras de 10 – 15, ANEXO II).

Para além do espaço bem aproveitado, das valências oferecidas aos pacientes e tutores, o espaço apresenta pormenores de um cuidado desde o projeto inicial. As cores maioritariamente suaves nas paredes transmitem uma sensação de tranquilidade. O piso, para além da coloração é adequado à deslocação dos pacientes caninos: um piso não escorregadio. Os tons e a decoração transmitem uma sensação de amplitude do espaço, higienização¹⁶¹ correta e, tal como atrás se referiu, tranquilidade. Tal como foi referido anteriormente, o Dr. João destaca que a ida ao veterinário, especialmente das primeiras vezes pode ser uma deslocação que gera *stress* ao paciente ‘não-humano’, pelo que tornar este episódio o menos traumático possível é uma missão importante a ser cumprida pelo veterinário e por todo o corpo clínico. Daí que um espaço agradável possa ajudar tanto o paciente ‘não-humano’ como os tutores mais ansiosos e preocupados. Registe-se por fim,

¹⁶¹ A higienização do espaço foi atribuída a uma empresa.

que foi sempre desde o início preocupação do Dr. João enquanto diretor clínico, o conforto que o espaço e o ambiente envolvente oferecem:

«(...)A luminosidade é importante. Parte da temperatura. Este espaço não foi criado de raiz, por isso tivemos de fazer adaptações. (...) Usamos mantas para eles ficarem confortáveis. Vamos comprar colchões para as dores. Todos eles têm luz. Mantê-los higienizados. Se for um gato, deixar vê-los lá para fora. No fundo, é tudo enriquecimento ambiental... Brinquedos.» [Dr. João Pedro Silva]

Por fim, o Dr. João Pedro Silva faz questão de referir que:

*«Um dos objetivos da clínica é ser amiga dos animais. Em clínica veterinária, fala-se em bem-estar animal. (...) Até pesar um animal é difícil.»*¹⁶² [Dr. João Pedro Silva]

4.3. São Francisco de Assis: iconografia e significação em Antropologia Cultural

Utilizando a última referência do Dr. João: «Um dos objetivos da clínica é ser amiga dos animais. (...)», torna-se interessante uma abordagem, ainda que breve, à presença da imagem de São Francisco de Assis colocada na entrada da Clínica. (vide Fig.4B, ANEXO II). Pesquisando um pouco acerca da antropologia de São Francisco de Assis, mesmo não fazendo deste aspeto um dos temas centrais e, por conseguinte não o explorando sobejamente, foi possível encontrar o trabalho de Silva, A. (2013) que apresenta pormenores interessantes. Partindo dos escritos de São Francisco, produzidos num determinado contexto os mesmos podem ser analisados em diferentes vertentes. Muitos trabalhos acerca do tema exploram a vertente filosófica, a proposta de trabalho de Silva, A. (2013), focaliza no *status quaestionis*, como o próprio menciona, em questões que conduzem à noção de ‘antropologia’ evidentemente religiosa e não filosófica, patentes nos escritos de São Francisco. Tal abordagem justifica a menção de Silva, A. (2013) ao modo como: «(...) Como vê Francisco o Homem, como se relaciona o Homem com Deus (...)» [Silva, A. (2013)]

Silva, A. (2013) na parte inicial da sua dissertação¹⁶³ destaca que:

«(...) A antropologia de Francisco de Assis é teocêntrica e relacional, estão unidos Deus e o Homem, particularmente o Homem frágil, (...)A antropologia de Francisco é cósmica e abrangente. Francisco vê nas criaturas a significação do Criador, de quem elas nos dão imagem. E numa relação fraterna, experimentando a pobreza na fraternidade, não só entre os Irmãos, mas também com as criaturas todas suas irmãs, numa oração dialogante e num louvor orante. (...)» [Silva, A. (2013)]

¹⁶² Cf. Capítulo II, p.38.

¹⁶³ Silva, A. (2013). «Attende, o Homo» Uma Leitura Antropológica dos Escritos de São Francisco de Assis. Curso de doutoramento em Teologia (2.º grau canónico); Especialidade: Teologia Sistemática. Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Teologia.

O pormenor referido na parte final da citação e referência a Silva, A. (2013) permite descortinar uma noção de ‘um direito à existência’ em plenitude de todas as ‘criaturas criadas por Deus’, uma visão igualitária que se coaduna com a perspetiva existencial ecocêntrica. Embora Silva, A. (2013) faça a sua investigação baseada na obra escrita do *Poverello* focada numa reflexão, no âmbito da Teologia Sistemática, uma área da Antropologia Teológica, este seu trabalho pode ser aqui mencionado uma vez que coaduna com a Antropologia da Religião, fruto da ‘culturalidade’ humana.

Fazendo agora uma breve exploração da imagem: podemos apreciar uma peça em cerâmica vidrada com traços da expressão artística e cultural de Barcelos, portanto tipicamente ligada à cultura material portuguesa. Apesar de se poderem atribuir múltiplos ‘valores’ a esta peça, no contexto da antropologia cultural e da cultura material, esta não apresenta ‘*ipsis verbis*’ a representação iconográfica completa. Uma consulta do *website* da DGPC¹⁶⁴ no que respeita à iconografia de São Francisco releva que muitos dos atributos iconográficos ligados a S. Francisco de Assis não se encontram claramente representados ou surgem representados de forma muito estilizada. Contudo, sendo São Francisco ‘O santo da humildade, da alegria, da pobreza e do amor à natureza’ é um dos santos mais representados artisticamente e a sua iconografia parece ser muito diversificada. Nesta peça de estatuária artesanal destacam-se de facto como elementos naturais, as aves, elementos florísticos, as rosas cuja coloração dá expressão à peça e, não muito claramente representados, a mão direita do santo parece acolher dois animais, um dos quais assemelha-se a um cão. Na base surge uma representação, de ‘Maria, José e o Menino’, não sendo clara se a alusão é ao presépio ou à Sagrada Família. Ou, talvez uma simples representação iconográfica de um pormenor referido por Silva, A. (2013):

« (...)O Homem foi criado por Deus Pai, Filho e Espírito Santo; por isso Ele é nosso Criador, Redentor e Salvador. (...) O Homem foi criado à imagem do Seu Filho e à Sua semelhança (...).O Pai enviou o Filho ao mundo, que, por amor encarnou no seio da Virgem Maria, assumindo a carne da nossa humana fragilidade. (...)» [Silva, A. (2013)]

Sendo São Francisco uma referência constante, em contexto de fé para a salvaguarda da Natureza, e tido como um homem dedicado à descoberta dos ‘*vestigia Dei*’ na ‘obra de criação divina’, faria todo o sentido que, se em cada profissão existe um patrono, um santo padroeiro, também fosse atribuído um para as causas ligadas à Natureza. A nomeação de São Francisco para tais causas é relativamente recente e conta com cerca de pouco mais de

¹⁶⁴ DGPC – Direção geral do património Cultural.

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=96993&EntSep=1#gotoPosition>

quatro décadas, altura em que o Papa São João Paulo II, o declarou ‘padroeiro celestial daqueles que promovem a ecologia’. A menção de Silva, A. (2013) à obra *Poverello* não é por ser mais uma mas, é uma obra de referência já que, não só se constitui exemplo do cuidado da Criação mas é uma fonte de inspiração para interpretações e expressões filosóficas, teológicas, antropológicas em diversas áreas da ciência e das artes. Isto reforça a ideia das múltiplas expressões antropológicas de cariz social e cultural em torno da obra e de um homem simples e humilde – Francisco. Esta referência a São Francisco de Assis torna-se mais rica e completa quando relacionamos a celebração do Dia dos Animais a 4 de outubro em memória e honra litúrgica do autor do ‘Hino das Criaturas’. Destaque-se então que por ordenação de João Paulo II, São Francisco de Assis fosse “declarado Patrono dos Médicos Veterinários das Forças Armadas e das Forças de Segurança”. Tal como é mencionado pelo *Ordinariato castrense*¹⁶⁵ :

« (...) Atendendo a isso, de acordo com o espírito da “Notificatio de Titulo Ecclesiae” (in *Notitiae*, 1992, p. 158-159; Prot 392/99/L), declaro São Francisco de Assis Patrono dos Médicos Veterinários das Forças Armadas e das Forças de Segurança no Ordinariato Castrense para Portugal.

Este decreto entra imediatamente em vigor.

Lisboa, 3 de Junho de 2017

O Ordinário Castrense para Portugal

Manuel da Silva Rodrigues Linda»

[*Ordinariato Castrense. Agência Ecclesia* (março, 2018)]

Terminando assim esta breve referência à iconografia, simbolismo e significação de São Francisco de Assis de cariz antropológico religioso, faz todo o sentido que na Clínica Animabilis exista para os mais crentes a presença de uma referência ao Santo padroeiro da atividade profissional aí desenvolvida, bem como a presença de um ‘protetor e cuidador da Natureza’ que se coadune com os pacientes ‘não-humanos’.

4.4. Corpo clínico

O corpo clínico da Clínica Animabilis é composto por 3 médicos veterinários e duas enfermeiras veterinárias. Os três veterinários encontram-se em faixas etárias diferentes, o que se torna interessante uma vez que, por exemplo, o Dr. Gonçalo com 28 anos tem na sua formação o Mestrado Integrado com o plano de estudos pós-Bolonha. Já o Dr. João, de 41 anos é licenciado em Medicina Veterinária segundo um plano curricular de formação pré-

¹⁶⁵ <https://ordinariato.castrense.pt/ordinariato-declara-sao-francisco-de-assis-patrono-dos-medicos-veterinarios/>

Bolonha, tal como o Dr. Honoré que no entanto já tem 59 anos. Este pormenor é particularmente pertinente de ser referido uma vez que ao longo dos anos os conhecimentos, as práticas e as tecnologias na área da Medicina Veterinária mudaram muito, tal como continuam a mudar. Outro aspeto interessante é o próprio reconhecimento, durante o trabalho etnográfico que cada um dos entrevistados refere: a diferença entre o que se aprende nas cadeiras da faculdade e a prática quotidiana. Neste último ponto, o Dr. Honoré, dado os anos de carreira, acumula uma maior experiência. E, quando se trata do sofrimento animal todos destacam a questão da 'sensibilidade' para o mesmo bem como a gestão emocional necessária para manter o distanciamento necessário que lhes permite agir.

« (...) A abordagem do cirúrgico há 20 anos atrás não é o mesmo de agora. Estamos sempre a aprender. Há sempre coisas novas. (...)» [Dr. Honoré Prosper Damiba]

«(...) Apesar de termos uma cadeira de Sofrimento Animal, mas não se ensina a sensibilidade (...) Somos obviamente humanos, acabamos por ter essa sensibilidade. (...)» [Dr. Gonçalo Simões]

Quando questionado sobre o que aprendeu ao longo da sua formação académica acerca do 'sofrimento animal' e de 'como lidar com o mesmo, o Dr. João refere:

«(...) O sofrimento animal é algo que existe desde que eles existem. (...) Os veterinários ligados à produção animal e os veterinários que trabalham com animais de estimação têm perspetivas diferentes. (...) Foi este discurso. Na faculdade, tive aulas de comportamento animal. Um treino da Biologia... ler a linguagem corporal. Hoje em dia existem muitas informações sobre o tema (...)» [Dr. João Pedro Silva]

Continua reforçando a ideia entre as aprendizagens teóricas e práticas, no terreno: «(...) Na faculdade, tive uma cadeira sobre vacas. No estágio, fiz o estágio em vacas, nos Açores (...)». Recordando, agora noutra contexto uma citação do Dr. João Pedro Silva que, foi referida no capítulo II desta dissertação:

«No segundo ano do curso tive uma cadeira de comportamento animal. No quarto ano do curso, comecei a lidar com animais. Mas aquilo que sei de dor animal é devido à sensibilidade.» [Dr. João Pedro Silva]

Para além da sensibilidade em relação ao sofrimento animal, o Dr. João acrescenta, outro pormenor relevante: «(...) Sim, nós somos sempre mais afetados pelo nosso estado de espírito (...)». Relativamente à abordagem da questão da 'sensibilidade' O Dr. Honoré destacou ainda pormenores já referidos anteriormente de forma parcial:

«(...) De há 20 anos para trás, as pessoas são muito sensíveis aos animais dos vizinhos e aos seus próprios animais. (...) Hoje em dia, é raro encontrar tutores e veterinários insensíveis ao sofrimento animal, independentemente da personalidade. O animal está a ser integrado na sociedade dita humana. (...)» [Dr. Honoré Prosper Damiba]

Um outro aspeto interessante que deve ser abordado prende-se com o 'sentir' e o 'desempenho' do médico veterinário enquanto profissional sem dissociar esta vertente da vertente humana. Assim, os depoimentos dos veterinários mais velhos revelam uma outra perspetiva, completamente diferente da apresentada pelo Dr. Gonçalo, ainda no início da carreira, ainda que como é óbvio deve ter-se em consideração a própria personalidade, a experiência e maturidade profissional e modo de estar na vida. Desta forma a postura do Dr. João e do Dr. Honoré podem colocar-se do lado oposto da que foi expressa pelo Dr. Gonçalo.

«(...) É uma profissão de grande desgaste. Essas situações acabam sempre por passar para os filhos e para a família. Temos de nos apoiar nos colegas que nos ajudam. O atendimento ao público é difícil, temos de fazer concessões. Temos de ter uma boa higiene mental (...)»

[Dr. João Pedro Silva]

«(...) Sim. Vou dizer que sim. Quando lidamos com casos crónicos... Às vezes, passamos alguns meses muito complicados. (...)» [Dr. Honoré Prosper Damiba]

«(...) Não. Nós quando nos estamos a envolver muito num caso, temos que individualizar. Por exemplo, isto é uma clínica, se não houver dinheiro, tenho que recusar o tratamento. Mas tem de ser assim. (...) Se não conseguirmos separar, temos de sair do caso. Temos de pedir ajuda a um colega e temos de sair do caso. É o mesmo que ter uma relação amorosa no local de trabalho, tem de se separar. Trabalhamos com a pessoa e falamos fora do local de trabalho. (...)» [Dr. Gonçalo Simões]

Durante o trabalho etnográfico considerou-se importante questionar os veterinários acerca do modo como sentiam ou não que a personalidade e outros fatores pessoais e demográficos de cada veterinário e tutor, pudessem ter impacto na perceção do sofrimento animal. Desta forma, cada um dos entrevistados abordou a questão em *motu proprio*. O Dr. Gonçalo aborda a questão unilateralmente, fazendo menção apenas aos tutores.

«(...) Sim, cada pessoa tem o sofrimento à sua maneira. Até o sexo. Não quero ser sexista, mas as mulheres são mais sensíveis. Da parte masculina há pouca sensibilidade. Eles perguntam "O que é para fazer?". A maior parte dos clientes é feminina. Há os extremistas que vivem intensamente o sofrimento. E existem os tutores equilibrados. É mais fácil lidar com esse tipo de cliente. É para tratar é para tratar, é para brincar é para brincar. Os tutores mais ansiosos põem os animais mais ansiosos. A classe social: por norma, quem tem um poder económico maior, investe mais nos tratamentos. (...)» [Dr. Gonçalo Simões]

Relativamente ao Dr. Honoré e completando um dos seus depoimentos¹⁶⁶:

«(...)Hoje em dia, é raro encontrar tutores e veterinários insensíveis ao sofrimento animal, independentemente da personalidade. O animal está a ser integrado na sociedade dita humana. É muito frequente ouvir alguns tutores a comparar, a estimar o animal mais do que alguns amigos. É cruel dizer isto, mas é verdade. Eu posso dizer que os homens nesse

¹⁶⁶ Cf. Vide pp.69-70.

aspeto, os homens mais velhos, são um pouco mais insensíveis do que os jovens mas mulheres e homens não há diferença. (...)» [Dr. Honoré Prosper Damiba]

Já o Dr. João revela a vertente mais pessoal e compara-se com o irmão. A certo ponto do seu discurso coloca veterinários e tutores como 'humanos' para reforçar a questão da sensibilidade:

«(...) Tem um pouco a ver com a sensibilidade. O meu irmão é enfermeiro, não consegue tratar a ferida do gato dele, fica emotivo. Mas com as pessoas, ele consegue. Se o veterinário não tiver sensibilidade, tem que a treinar. Porque a dor tem impacto na recuperação do animal. Não, há homens mais sensíveis do que mulheres e vice-versa. E pela minha experiência, é uma questão de sensibilidade. (...)» [Dr. João Pedro Silva]

Durante a permanência na Clínica Animabilis enquanto decorria o trabalho etnográfico, foi possível descortinar quase de forma intuitiva as diferentes personalidades dos três médicos, as quais se conjugam com a maior ou menor experiência profissional bem como com parte o seu *background* sociocultural. Esta é uma análise mais de carácter pessoal mas que tomou algum sentido quando o Dr. Honoré Prosper Damiba referiu a sua nacionalidade e o modo como no seu país eram vistos os animais 'não-humanos'. Com nacionalidade portuguesa, o Dr. Honoré Prosper Damiba nasceu no Burkina Faso, em 1961. Quando abordámos a questão da Legislação Portuguesa relacionada com o bem-estar animal, o Dr. Honoré referiu:

«(...) Em relação ao meu país de origem (e outros países africanos) estão mais atrás do que Portugal. Há pouca sensibilidade nesse aspeto. (...) Já começa a haver nas grandes cidades. (...)» [Dr. Honoré Prosper Damiba]

Honoré Damiba deixa transparecer que sente que o seu país está a desenvolver-se e modernizar-se e que o sinónimo disso é a expansão das zonas urbanas. No entanto, acaba por ao longo do seu curto discurso evidenciar que apesar de tal, em termos de bem-estar animal, do modo como são 'vistos' e tratados os animais existe uma significativa *décalage* entre o desenvolvimento socioeconómico e cultural assente no antropocentrismo e aqueles mesmos itens de desenvolvimento ainda não tomados numa perspetiva ecocêntrica. Honoré Damiba apresenta-se sempre sorridente e bem-disposto.

A viver em Almada, Honoré Damiba, passa as semanas longe da família, já que arranjou alojamento em Torres Novas para se possível cumprir o horário da clínica e os dias e noites em que fica responsável pelo serviço de urgência.

O Dr. João Pedro, revela-se mais tímido e discreto. Revela-se muito metuculoso e atencioso quer para os tutores como para os seus pacientes 'não-humanos'. Para além do seu percurso na licenciatura tem uma especialização em Oftalmologia Veterinária. No seu discurso deixa transparecer aqui e ali conversas do seio familiar revelando que a esposa tem uma especialidade em comportamento animal. A residir em Torres Novas, não faz grandes deslocações. O seu perfil pessoal e profissional são agentes facilitadores do contacto que

mantém com outros colegas a nível do país e das mais diversas especialidades, o que lhe permite discutir casos e encaminhá-los se necessário para os grandes centros urbanos onde se localizam as clínicas e hospitais veterinários com maior número de valências e equipamentos.

Por fim, Gonçalo Simões, é claramente um veterinário jovem em início de carreira. Para além do seu perfil muito prático e discurso escorreito e direto, pouco se preocupa se as ‘pessoas gostam ou não’.

« (...)Eu estou aqui para tratar o paciente. Isso não significa que eu não goste dos animais. Há pessoas que não gostam e acham que eu sou arrogante. (...)» Eu sou prático. Se o cliente não quiser fazer um tratamento, eu continuo a insistir. Eu não lido nem bem nem mal. O chico-esperto não gosto. Não gosto de pessoas lamechas. (...)» [Dr. Gonçalo Simões]

Esta postura e visão ‘racionalista’, talvez compartimentada entre o tratamento do paciente ‘não-humano’: «Mas o que importa é tratar o paciente. (...)»; o lidar com os tutores e a imagem que transmite de si: «(...) posso ser arrogante, na opinião de algumas pessoas(...)», ao Dr. Gonçalo parece aplicar-se a expressão *ex nihilo nihil fit*¹⁶⁷ no modo como percebe toda a prática profissional, inclusive as questões monetárias dos tutores.(*vide p.73*) «(...) se não houver dinheiro, tenho que recusar o tratamento(...)» e ainda «(...) Tudo gira à volta do dinheiro.(...)».

Esta é uma postura claramente contrastante com a do Dr. João, que tal como o Dr. Honoré, referiu as questões económicas relativas apenas aos tutores.

«(...) Faço um trabalho de detetive, porque tento analisar todas as pistas para ter um diagnóstico. Depende do poder monetário do tutor: se tiver mais, fazem-se mais exames. (...)» [Dr. João Pedro Silva]

O Dr. Honoré relatou e mostrou-se impressionado com uma história de sofrimento animal de um paciente seu. Relatou de forma marcante a sua história:

«(...) lidei com um senhor que estava disposto a pedir um crédito bancário para fazer um transplante a um cão. Ele queria acabar com o sofrimento do animal. Era um golden retriever que estava com insuficiência renal. O senhor estava disposto a fazer um crédito para fazer o transplante em algum sítio (até no estrangeiro) para o animal não sofrer. (...)» [Dr. Honoré Prosper Damiba]

Ao longo da entrevista, o Dr. Honoré nunca mencionou a importância económica relativamente a si, mas sempre em relação aos tutores. Manifestou uma opinião positiva acerca da mudança conceptual relativa ao animal ‘não-humano’ bem como ao seu sofrimento:

¹⁶⁷ Trad. “nada vem do nada”

«(...) as pessoas são muito sensíveis aos animais dos vizinhos e aos seus próprios animais. Estão mais dispostos a gastar dinheiro. Até com os animais de rua. (...)»¹⁶⁸ [Dr. Honoré Prosper Damiba]

Aproveitando a referência que o Dr. Honoré Damiba fez à mudança de mentalidade das pessoas, ainda que de forma muito generalizada, pode contextualizar-se aqui alguns tópicos de conversa tanto do Dr. João como do Dr. Gonçalo. Desta forma, sabendo que ainda hoje existe uma dualidade entre a 'emoção e a razão' para muitos tutores, no que se refere a gastos. Tal como mencionou o Dr. João, na fase de diagnose os exames possíveis de realizar estão por vezes condicionados aos recursos económicos do tutor¹⁶⁹. No entanto, o Dr. Gonçalo apesar de destacar uma maior consciência por parte dos tutores, reforça os aspetos económicos do 'negócio' e refere um outro aspeto não menos importante e até ao momento nunca referido por nenhum outro colega: a questão dos efeitos da pandemia nos tutores e na relação com os seus animais 'não-humanos' de companhia.

«(...) Há mais pessoas a terem noção do bem-estar animal.(...) Com a pandemia, as pessoas traziam os animais por qualquer coisa, até por uma diarreia. Isto foi bom, financeiramente e até para os animais, porque o diagnóstico é feito mais cedo. As pessoas têm mais tempo para reparar noutras coisas, durante a pandemia. (...)» [Dr. Gonçalo Simões]

Relativamente às mesmas questões foi desenvolvido também um trabalho etnográfico com o corpo de enfermagem. Na clínica, tal como já foi mencionado existem duas enfermeiras: Enfermeira Rita Russo, de 28 anos e Jéssica Guerra de 27 anos. Um corpo de enfermagem, jovem e homogéneo na faixa etária em contraste com o corpo médico cujas idades como se referiu vão dos 59 anos aos 28 anos. No entanto, apesar da entrevista semiestruturada ser no cerne idêntica houve aspetos que as duas enfermeiras mencionaram e que se passam a citar e abordar evitando assim uma sobreposição exaustiva dos assuntos mencionados pelos médicos. Contudo relativamente ao aprender a lidar com o sofrimento animal durante o seu percurso formativo, a Enf^a Rita focou mais a sua resposta, ao contrário da Enf^a Jéssica que se centrou mais num discurso emotivo e da prática quotidiana. Assim:

«(...)Hoje em dia, já existe muita coisa. Antes, não havia muita coisa. Tive uma cadeira sobre o sofrimento animal na faculdade. Aprendemos técnicas de contenção, as feromonas, a saber interpretar os sinais deles. Cada espécie demonstra sinais de dor específicos. Abordamos tanto sobre os animais de estimação como sobre os animais de agropecuária. (...)»

[Enf^a Rita Russo]

«(...)Dos animais não falo... Mas eles (os animais) pelo olhar conseguem dar um sinal de que não se sentem bem. A melhor recompensa é quando se percebe que um animal está a sofrer

¹⁶⁸ Vide e Cf. Citação pp.69-70.

¹⁶⁹ Cf. Citação Dr. João, p.72.

(ou já sofreu bastante) e deixa esse estado. A melhor recompensa é essa, conseguirmos influenciar o estado do animal para melhor. (...)» [Enf^a Jéssica Guerra]

Analisando o discurso da Enf^a Rita, pode fazer-se uma analogia com o discurso do Dr. João que também referiu as diferenças aprendidas entre a prática veterinária de animais de companhia e dos animais de agropecuária e portanto para fins de consumo.

«(...)Se for um veterinário ligado à produção animal, é uma perspectiva economicista. Se o animal sofrer stress, isso cria doenças. O veterinário tenta que o produtor tenha a percepção do sofrimento e de como isso afeta a qualidade da produção animal. As pessoas pensam que os animais de grande porte (por exemplo, as vacas), não sentem tanta dor. Isso não é verdade. (...)» [Dr. João Pedro Silva]

Um pormenor interessante é que os veterinários são três indivíduos do sexo masculino e as enfermeiras são 2 indivíduos do sexo feminino e o factor género parece influenciar o discurso, nomeadamente quando se trata do modo como vivenciam as situações. Os três indivíduos do sexo masculino, apesar de referirem a sensibilidade para avaliar as situações clínicas e a condição de sofrimento animal 'não-humano' mesmo tendo em consideração a personalidade de cada um dos médicos veterinários ainda assim, parece existir uma homogeneidade no que respeita ao processo de 'ação-reação' perante os casos clínicos. Dentro do que é a sensibilidade *versus* gravidade dos casos clínicos que pode na realidade gerar alguma instabilidade emocional, este aspeto, de acordo com o 'discurso masculino' parece mais 'controlado'. Ao invés, as duas enfermeiras que quando questionadas acerca do modo como lidam com o sofrimento animal revelam uma sensibilidade extrema:

«(...) Não é muito fácil. Temos de lidar com isso todos os dias. É muito difícil. Às vezes, há pequenas actividades médicas que fazemos que sabemos que provocam sofrimento ao animal. Mas quando sabemos que há sofrimento, não é fácil de lidar. (...)» [Enf^a Rita Russo]

«(...) Nós devemos evitar o sofrimento a todo o custo. Devíamos infligir a menor dor ao animal. (...)» [Enf^a Jéssica Guerra]

Dentro do que é a gestão emocional que o profissional de saúde deve ter ou ir adquirindo ao longo da sua prática profissional, as supracitadas enfermeiras, quando confrontadas com o modo como lidam, sobretudo emocionalmente com os casos mais complicados revelam que:

«(...) Tentamos dar o nosso melhor e fazemos tudo o que está ao nosso alcance para apaziguarmos o sofrimento do animal.(...)» [Enf^a Jéssica Guerra]

« (...)Nem sei bem responder... É tentar fazer o melhor por eles. Por norma eles interpretam sinais nossos. É tentar fazer as coisas bem e dar conforto. E é tentar manter a calma, para fazer as coisas bem, na altura. (...)» [Enf^a Rita Russo]

Outro aspeto, que assume particular importância, tal como foi referido em capítulos anteriores é a interação e comunicação entre tutor-veterinário(a) e/ou enfermeiro(a), ou seja entre tutor e profissional de saúde. Esta interação torna-se por vezes complicada estando no entanto

condicionada não só pela tipologia de caso clínico diagnosticado, como por fatores socioeconómicos por parte do tutor mas também por aspetos do foro psicoafectivo e emocional do tutor. Ao profissional de saúde é sempre exigido como pré-requisito a gestão emocional perante as situações clínicas e nos aspetos relacionais tanto com o tutor como com o paciente. Parece uma tarefa hercúlea já que o profissional de saúde tem a sua vertente humana. Existem casos em que os próprios tutores não parecem facilitar devido a uma postura ou demasiado ansiosa ou revelando um certo 'desapego' relativamente ao seu animal 'não-humano'. A Enfª Rita Russo, ao falar da sua experiência refere que:

«(...) É das coisas mais difíceis, o atendimento ao público. Por vezes, as pessoas não entendem as coisas. E tentamos explicar às pessoas. Por vezes, há fatores que acabam por influenciar. Por exemplo, às vezes precisamos que um animal esteja em contenção (ou seja, que esteja confinado a uma divisão, sem se movimentar muito) e as pessoas não conseguem (...)» [Enfª Rita Russo]

«(...) Se estivermos envolvidos emocionalmente, acaba por ser como se se tratasse de um nosso. É muito similar. Já tive animais meus que já tiveram problemas. A nível emocional é um pouco complicado. Acabamos por sentir a dor do tutor. E de certa forma forma, a relação com essa pessoa, a nível de afinidade, acaba por se criar. (...)» [Enfª Jéssica Guerra]

Já por exemplo o Dr. João refere «(...) Ok. Aí está. Depende da nossa relação com o tutor. Se o tutor percebe que eu estou empático com a dor... (...)». Recordando o depoimento do Dr. Honoré, para este, o factor que mais o incomoda no lidar com os tutores é quando estes sobrepõem ao bem-estar animal aos fatores económicos e o tutor «(...) começa a fazer contas ao bolso (...)». O único que mantém um distanciamento emocional é o Dr. Gonçalo que como já foi referido por diversas vezes anteriormente se revê como sendo «muito prático» e não ter paciência para o «“isso está bom”» como dizem algumas pessoas mais velhas, segundo o mesmo referiu ou tutores «lamechas».

A forma como lidaram com os casos clínicos mais complicados e que foram marcantes foi outro ponto interessante na conversa com as enfermeiras.

«(...) Já, vários. Por exemplo, tive um caso de um cão que tinha uma luxação na anca. O tutor não tinha uma grande ligação emocional, porque ainda não o tinha adotado há muito tempo. O tutor optou por eutanasiar, em vez de optar pela cirurgia e pela fisioterapia. (...)» [Enfª Rita Russo]

Falou ainda do seu caso pessoal enquanto tutora:

«(...) Tive uma gata minha, que tinha 19 anos, que tinha um tumor e já não havia nada a fazer... (...)» [Enfª Rita Russo]

Há ainda uma referência genérica a outros casos como por exemplo:

«(...) animais com parvovirose, mesmo que consigam recuperar é algo que envolve um sofrimento muito grande. (...)» [Enfª Rita Russo]

Já para a Enfermeira Jéssica:

«(...) Todos os casos são difíceis. Particularmente, não consigo enunciar. Casos terminais, em que o animal está em sofrimento. Infelizmente, percebemos até aonde conseguimos ir. (...)» [Enf^a Jéssica Guerra]

No que respeita à separação entre a vida profissional e pessoal o fator género é um fator preponderante. Quando questionadas sobre eventuais problemas e desequilíbrios da saúde mental ou outras consequências a nível pessoal, que surgiram devido a situações clínicas complicadas, ambas foram unânimes em reconhecer:

« (...) A profissão não é fácil. Nem sempre é fácil deixarmos os problemas do trabalho. Não é fácil separar o trabalho da vida pessoal. Estamos a lidar com vidas. Isso afeta-nos sempre. (...)» [Enf^a Jéssica Guerra]

« (...) Sim, acho que isso acontece. Levamos sempre isso para casa. De animais por estarem em sofrimento prolongado. Fechamos a casa e cai a ficha. Quando acontece alguma coisa, vamos a baixo. Com o tempo, aprendemos a lidar com isso. (...)» [Enf^a Rita Russo]

Na abordagem do sofrimento animal e dos procedimentos médico-veterinários a adotar para mitigar o supracitado sofrimento, uma questão sensível é a da eutanásia¹⁷⁰. Conscientes de que existem situações que são difíceis de lidar, que implicam sofrimento animal e que por mais que se tente mitigar esse sofrimento, o mesmo passa a ser constante. Todos os profissionais de saúde intervenientes neste trabalho etnográfico reconheceram que existem alturas em que a qualidade de vida que se pretende dar ao paciente ‘não-humano’ se torna impossível. Assim, por unanimidade mostraram-se a favor da eutanásia como um processo de colocar um fim ao sofrimento de forma digna e rápida sem que o mesmo implicasse obviamente por si, sofrimento. No entanto, todos reconheceram que apenas e somente em casos extremos, onde não existe uma solução para mitigar o sofrimento animal.

« (...) Eu sou a favor da eutanásia com critérios. Os ingleses definiram os critérios das cinco liberdades do animal. Se essas cinco liberdades estão manietadas, sou a favor. Senão recuso a eutanásia. Eu estou do lado do animal. O código deontológico pede-nos isso. Nós temos um código deontológico dos veterinários. E para a nossa saúde mental. Já recusei eutanasiar. (...)» [Dr. João Pedro Silva]

« (...) Quando chego ao ponto de ver que o caso não tem solução... Posso aconselhar a eutanásia. Por exemplo, o caso do cancro. Mas só casos em que o animal está em sofrimento e eu não tenho solução e ninguém tem solução. Insuficiência renal, doença crónica, osteossarcoma (cancro nos ossos). O caso em que há metástases pulmonares. Nesse caso aconselho a eutanásia. Eu aceito a situação de eutanásia, para evitar que o animal sofra até ao fim. Não sou contra nem a favor. (...)» [Dr. Honoré Prosper Damiba]

¹⁷⁰ *Euthanasia* (grego), significa «morte doce e fácil»; eutanásia (lat.) com a mesma significação

«(...) Eu sou a favor. Existe efectivamente, a dúvida se o animal quer ou não. Nós somos os tutores, mas somos os cuidadores. Na minha opinião, é extremamente importante. Existe essa necessidade. Quando o animal está em sofrimento, temos de equacionar. Muitos tutores não percebem que um animal está a sofrer. Muitas vezes, os tutores ficam satisfeitos com o facto de os animais comerem e beberem. E não é assim. Porque se eu tirar o sofrimento, esse animal ainda vai comer mais. (...)» [Dr. Gonçalo Simões]

«(...)Eu sou a favor. Depende dos casos, obviamente. Infelizmente muitas pessoas, tentam eutanasiar, devido a certas características do animal, sem o animal ter problemas. Em casos de sofrimento, acho que sim. Não podemos ser egoístas. Por mais que gostemos do animal, não devemos chegar a esse ponto de egoísmo. (...)» [Enfª Jéssica Guerra]

« (...) Sou a favor, mas não é para se fazer de qualquer maneira. Se a medicação já não está a fazer nada e o animal só está à espera de morrer. Por vezes, a família não consegue lidar com isso. Acho que a eutanásia não deve ser negada a ninguém nesse aspeto. Mas sou contra as pessoas que querem eutanasiar por qualquer coisa. É por isso que avaliamos os casos. (...)» [Enfª Rita Russo]

Por fim, falando com quem mais diretamente lida com as questões do bem-estar animal é referida a questão da legislação no nosso país. Em Portugal já se tem legislado bastante sobre o assunto, pelo que:

- i. Existe legislação portuguesa que vai ao encontro das premissas da Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia;
- ii. Existe um estatuto jurídico para os animais estabelecido na Lei 8/2017 de 3 de Março;
- iii. Existe a classificação dos mesmos de acordo com o Decreto-lei 314/03, de 17 Dezembro;
- iv. Estão legislados os deveres dos tutores regulamentados nos: Decreto-lei 13/93, de 13 Abril, e Decreto-lei 276/01, de 17 Outubro;
- v. Estão estipulados deveres básicos dos tutores na legalização de um animal de companhia de acordo com a Portaria n.º 264/2013, de 16 de Agosto¹⁷¹ e Decreto-lei 313/03, de 17 Dezembro¹⁷²; Registo na junta de freguesia de acordo com a Portaria n.º 421/2004, de 24 de Abril;
- vi. Existe legislação referente a transferência de registo: Portaria 1427/01
- vii. Existem leis que regulamentam aspetos relacionados com o respeito pelo animal versus saúde pública e ambiental como destruição dos cadáveres como a Portaria 1427/01

¹⁷¹ Vacinação

¹⁷² Chip de identificação eletrónica e inscrição nas 2 bases de dados nacionais: SIRA – Sistema de Identificação e Recuperação Animal (gerido pela Ordem dos Médicos veterinários) e SICAFE – Sistema de Identificação de Caninos e Felinos (gerido pela DGAV – veterinários municipais)

- viii. Encontram-se ainda pormenores importantes regulamentados nos Decreto-lei 313/03 e Decreto-lei 314/03 encontram-se ainda definidas no supracitado Decreto-lei 314/03 as regras na rua;
- ix. Existem no Decreto-lei 312/03, de 17 Dezembro todo um conjunto de artigos referentes aos 'cães perigosos' e raças potencialmente perigosas. Mas um passo muito importante que foi introduzido na legislação portuguesa e um dos mais antigos, refere-se à questão dos maus tratos a animais como a Lei 92/95 de 12 Setembro, Lei 92/95 e D.L. 13/93¹⁷³.
- x. Encontram-se ainda legisladas normas referentes ao abandono inclusas na Lei 92/95 e no Decreto-Lei 276/01 bem como à criminalização, do mesmo como consta na Lei 69/14.

E, apesar de estarem ainda regulamentados outros aspetos, estes são talvez, os que podem ser priorizados dado que comprometem direta e mais marcadamente o bem-estar animal. Acresce a esta panóplia de legislação todo um conjunto de documentação da WSAVA¹⁷⁴ que anualmente divulga as *guidelines* em diversas áreas de atuação como por exemplo o bem-estar animal¹⁷⁵, a vacinação¹⁷⁶ entre outras, existem também documentos a nível da U.E. através dos quais, equipas de trabalho relacionadas com a monitorização e avaliação da implementação das medidas e da legislação divulgam os resultados do seu trabalho referente a animais destinados à agropecuária e ao consumo. Disto é exemplo o relatório especial, nº 31/2018 do Tribunal de Contas Europeu datado de 2018 referente ao bem-estar dos animais de consumo na U.E. Existe pois, uma notável preocupação a nível europeu no que respeita ao bem-estar dos animais para consumo. Contudo, apesar da imensa legislação em vigor, inclusive referente a associações de recolha e alojamento de animais abandonados (*vide* cap.III), parece que 'pouco se tem feito' ou 'muito falta fazer'. Depois de anteriormente ter sido referido o papel ativo do PAN¹⁷⁷ com a apresentação de diversos projetos de resolução, na opinião dos profissionais de saúde da Clínica Animabilis existe um certo consenso de que 'muito falta fazer', ou muito que se encontra pensado, escrito e legislado não tem 'passado do papel'.

Nesta questão, mais uma vez o Dr. Gonçalo mostrou-se muito prático em traduzir por palavras a sua opinião:

¹⁷³ Referente aos treinos e aos prejuízos que podem advir caso seja forçado a exceder as suas capacidades, força naturais ou utilizando meios artificiais que provoquem ferimentos ou dor, sofrimento ou angústia inúteis

¹⁷⁴ World Small Animal Veterinary Association

¹⁷⁵ Diretrizes para o Bem-Estar Animal da WSAVA. Para médicos veterinários de animais de companhia e equipas de cuidados veterinários. <https://wsava.org/global-guidelines/animal-welfare-guidelines/>

¹⁷⁶ <https://wsava.org/global-guidelines/vaccination-guidelines/>

¹⁷⁷ Cf. Cap. I

«(...)Está completamente falhada. As leis são feitas por quem está atrás de uma secretária. Apenas desde alguns anos atrás, é que houve mudanças. Recentemente, se um casal se separar, o animal é tido em conta. Isto é como a pandemia. Os médicos é que deveriam gerir a pandemia. Os veterinários é que deveriam criar as leis de bem – estar animal. (...)» [Dr. Gonçalo Simões]

Segundo o Dr. Honoré,

«(...)A lei portuguesa tem muita insuficiência em relação ao castigo de pessoas que infligem o sofrimento a animais. No entanto, há muitos progressos nos últimos anos nesse sentido. (...)» [Dr. Honoré Prosper Damiba]

O Dr. João, contrastando com o Dr. Gonçalo, apresenta uma postura construtiva. Refere a questão da fiscalização e por outro lado enriquece a sua intervenção com exemplos práticos de atuação no que respeita a eventuais apoios.

«(...)Acho que como qualquer outra lei deve haver fiscalização. Há pessoas que querem ter um número de animais e não podem. Com a punição, houve um oposto. Por exemplo, com a criminalização do abandono. No Reino Unido, com a crise de 2005, houve um grande abandono de animais. O governo abriu uma linha de apoio para essas famílias carenciadas. Até foi capa de jornais. Nos currículos da escola seria importante sensibilizar. Sim, a lei tem um bom espírito. Mas tem de haver uma fiscalização e sensibilização. O IVA no veterinário é 23%. As pessoas queixam-se disso (os medicamentos são 6%, mas os exames e os processos são 23%). (...)» [Dr. João Pedro Silva]

De acordo com a Enfª Rita, mais uma vez existe uma opinião de consenso relativamente aos médicos veterinários.

«(...) É muito leve, dá para fugir por muitos lados. Primeiro que a pessoa vá a tribunal...A pessoa pode ter de pagar uma coima e não paga. Na faculdade, um professor meu foi falar de sete casos a tribunal (de animais enterrados vivos, torturados, etc.). Casos horríveis e nenhum ficou resolvido. É bom haver leis de proteção animal, mas é tudo muito leve. (...)» [Enfª Rita Russo]

Assim, deve o nosso país continuar a tentar melhorar a legislação que já existe. Por outro lado devem os políticos e legisladores estar atentos aos ‘tempos de mudança’ sem que se mantenham agrilhoados a tradições e modos de pensar atávicos numa altura em que se torna imperativo mudar. Tal como mencionou Inês Sousa Real, líder da bancada parlamentar do PAN, anteriormente referida, a ideia é acompanhar as mudanças conceptuais e ideológicas do século XXI, por outras palavras esta é a mensagem.

4.5. Pormenores na agência do cuidar

Numa clínica veterinária os pormenores que favorecem o ato ‘cuidar’ podem marcar a diferença. Ao sucesso da clínica enquanto ‘entidade prestadora de serviços’, sobrepõe-se o

valor da vida e o bem-estar animal. Assim, por exemplo o pormenor de se criar uma atmosfera envolvente relaxante recorrendo a música ambiente, é um pormenor que beneficia tanto os pacientes internados como os profissionais enquanto desenvolvem o seu trabalho. Registe-se que são referidos os pacientes internados, uma vez que durante o tempo de consultas não existe este pormenor. No período do calendário diário das consultas, a música é substituída por um aumento da atividade relacional, onde as interações verbais são priorizadas. Estas interações verbais e, mesmo as não-verbais são importantes e decorrem em regra entre tutores e profissionais de saúde bem como entre os profissionais de saúde e os pacientes 'não-humanos'. Em regra iniciam-se logo na receção à entrada, que geralmente é tarefa executada por uma das enfermeiras de serviço.

E, o que se apelidou até ao momento de 'interações verbais' assume uma enorme importância no plano relacional: veterinário-tutor-paciente 'não-humano'. Assim, têm que se separar as duas abordagens: uma que se refere à interação veterinário – paciente e outra que corresponde à interação veterinário – tutor.

O estado de arte permite que iniciemos uma pesquisa partido do 'zero', pelo que uma pesquisa centrou-se, na comunicação na prática veterinária de animais de companhia e na importância da mesma. Duarte, M. (2009) aborda precisamente esta temática na sua dissertação mesmo em contexto da Medicina Veterinária, dada a sua formação. A citação escolhida pela autora destaca a importância da comunicação nas interações em contexto clínico: «It's not what you say...it's what people hear»¹⁷⁸ [Duarte, M. (2009)]. A nível da comunicação, o veterinário e os restantes profissionais de saúde veterinária deverão ter em atenção dois tipos completamente distintos: a comunicação entre humanos: veterinário – tutor e a comunicação entre humano e 'não-humano' que mais usualmente são os pacientes caninos e felinos. Assim, começa-se esta abordagem relativamente aos humanos: tutor-profissional de saúde veterinária, segundo o organigrama da figura 16. (vide ANEXO II)

Assim, na interação entre o veterinário e o tutor pretende-se que se crie empatia entre ambos. Desta forma, é importante que todos os códigos relacionais funcionem da melhor forma. Transmitir calma durante as interações discursivas permite que durante a comunicação verbal se distingam dois conceitos: 'escuta ativa' e 'ouvir'. Esta distinção remete-nos novamente para a expressão «*It's not what you say...it's what people hear*», uma vez que o 'ouvir' acaba por ser um ato menos complexo e por vezes a mensagem não é entendida de todo ou é distorcida relativamente ao contexto. Já a 'escuta ativa' permite: escutar, compreender e interpretar. A estes três passos junta-se de forma intuitiva para o nosso cérebro a linguagem não-verbal. Expressões faciais de concentração no discurso são reveladoras do interesse e

¹⁷⁸ Dr. Ken Rotondo (2008), *New York State Veterinary Conference*, Outubro 2008

da atenção. Outro aspeto muito importante é, segundo Graça Palma¹⁷⁹ no artigo de opinião no *website* da ‘Veterinária Atual’¹⁸⁰ é a comunicação não-verbal pelo que a apresentação, no que respeita ao vestuário, identificação do profissional de saúde veterinária e designação da função que desempenha são muito importantes, uma vez que num primeiro contacto o profissionalismo é julgado de uma forma generalizada pela aparência da clínica e dos profissionais. O tutor, não julgará numa primeira instância, as competências técnicas e a experiência mas quase intuitivamente faz essa avaliação algo superficial.

Curiosa é a proposta que a autora deixa aos veterinários e restantes profissionais de saúde veterinária em exercícios de funções nas ‘suas’ clínicas:

«(...) É muito interessante fazer o exercício, pelo menos uma vez por ano, de visitar a clínica na perspectiva do cliente.(...)» [Palma, G. (2010)]

Cabe pois ao veterinário, logo desde a primeira abordagem fazer uso das suas competências sociais de comunicação verbal e não-verbal, de modo a criar empatia com o tutor, independentemente do perfil deste último. Reconheça-se que surgem tutores calmos e interessados, calmos e algo desinteressados, stressados e demasiado interessados como se o seu animal ‘não-humano’ fosse o único em maior sofrimento. A gestão emocional, por parte do veterinário ou de outro profissional de saúde veterinária, no contato com o tutor, *versus* competências sociais relacionais devem partir do profissional.

Resumindo, criar empatia com o tutor envolve um conjunto de processos verbais: a escuta ativa, o tipo, o tom e a calma do discurso, bem como de processos não-verbais transmitidos através do contacto visual, uma postura corporal adequada e do vestuário profissional. Ao profissional de saúde veterinária cabe criar a empatia para se colocar no lugar do tutor, ver a situação através dos ‘olhos’ do tutor, para que o mesmo se sinta compreendido, ‘escutado’ nas suas preocupações e ainda criando a oportunidade para que o tutor, aprenda a ‘escutar’ o profissional de saúde. Graça Palma faz ainda outras duas referências importantes: uma delas refere-se à ‘empatia’ sem a qual, segundo a supracitada autora de nada valerá um atendimento com procedimentos mesmo que exemplares; outro aspeto refere-se à distinção feita pela autora, entre ‘empatia’ e ‘simpatia’. Para Graça Palma a simpatia traduz-se ‘apenas’ numa consciência e compreensão para com o cliente enquanto a empatia é o segredo de uma ‘comunicação eficiente’. Terminando a referência ao artigo de Graça Palma (2010), a autoria enfatiza a necessidade de se priorizar a ‘escuta ativa’ referindo fatores limitantes que, podem levar a um juízo de valor feito *a priori* e que, podem inviabilizar a sua prática corrente como é

¹⁷⁹ Graça Palma, *Business Unit Manager Companion Animal*. (outubro, 2010) Competências na Comunicação. <https://www.veterinaria-atual.pt/na-gestao/competencias-na-comunicacao/>

¹⁸⁰ Veterinária Atual. <https://www.veterinaria-atual.pt/na-gestao/competencias-na-comunicacao/>

o caso dos próprios interesses, objetivos, ideias e/ou preconceitos por parte do 'ouvinte'. Basicamente, pode simplificar-se o conceito de 'escuta ativa' referindo que a arte de saber escutar, a qual permite ao profissional deixar falar o tutor, colocar questões, por vezes abertas, obter respostas, reformular o discurso sempre que necessário, a fim de recolher toda a informação que julgue pertinente para o caso clínico em resolução. Dar importância ao tutor e ao paciente 'não-humano' é "dar-lhes" a individualidade no trato. Tratar o tutor e o paciente pelos nomes próprios transmite esta sensação de 'individualidade' e interesse particular no caso. Este aspeto contribui para que se desenvolva no tutor um sentimento de aconchego emocional no acolhimento que lhe é feito na clínica veterinária e torna-se um fator potenciador da criação da tão necessária empatia. A outra forma de comunicação que o profissional de saúde veterinária deve revelar é para com os seus pacientes. Atualmente no contexto português a maior parte dos pacientes que se desloca aos serviços veterinários são caninos ou felinos. Os chamados 'exóticos' encontram alguns serviços de saúde dirigidos para si apenas nos grandes centros urbanos e, por vezes associados às universidades que lecionam o curso de Medicina Veterinária. Mesmo assim, comunicar com 'o gato' ou com 'o cão' não é tarefa fácil. Especialistas em comportamento animal divulgam atualmente estudos que permitem conhecer 'a linguagem do gato'¹⁸¹ e 'linguagem do cão'¹⁸². Um pormenor interessante que foi notado durante o trabalho etnográfico na clínica Animabilis foi o cuidado do Dr. João no 'cumprimento' aos gatos. Um olhar breve seguido de um suave abrir e fechar dos olhos corresponde na linguagem destes felinos a um 'olá simpático'. Criada a empatia, este cumprimento por parte do 'humano' é retribuído pelo 'não-humano'. Este pormenor, bem como a capacidade de escuta ativa e calma transmitida sobretudo pelo Dr. João são aspetos muito positivos encontrados neste espaço dedicado à saúde e ao bem-estar animal.

Por fim, registre-se outro aspeto importante num espaço, prestador de serviços: o livro de reclamações, que por norma tem que existir em qualquer estabelecimento prestador de serviços. O livro de reclamações pode ser interpretado como um meio de comunicação escrita, no qual o registo escrito e assinado assume um tom de crítica negativa. Como se sabe, o livro de reclamações permite manifestar o desagrado e relatar situações que se traduziram em insatisfação. No entanto, a clínica Animabilis possui o 'Livro dos Elogios'. É um aspeto interessante já que apresenta o 'outro lado' ou como se costuma dizer 'o reverso da medalha': registar os acontecimentos positivos, elogiar, agradecer. O tutor pode fazê-lo em seu nome ou do paciente 'não-humano'. É um livro não muito utilizado, pois é-nos mais fácil,

¹⁸¹ Cf. Revista Super Interessante *online* (2017). <https://super.abril.com.br/ciencia/como-falar-com-seu-gato/>

¹⁸² Cf. Revista Super Interessante *online* (2017). <https://super.abril.com.br/ciencia/como-falar-com-seu-cachorro/>

O sofrimento animal: uma visão antropológica

na nossa postura sociocultural pedir o livro de reclamações.

5. Reflexão crítica final

Na fase final desta dissertação cumpre-se a redação de uma reflexão crítica final com base em toda a bibliografia consultada bem como no trabalho etnográfico realizado. Assim, numa conclusão breve pode afirmar-se que em Portugal muitos passos já foram dados no sentido de proporcionar aos animais ‘ não-humanos’ conforto e bem-estar físico e psíquico. Contudo, ainda muito fica por trabalhar, nomeadamente a nível das mentalidades, da legislação e do cumprimento efetivo da mesma. Esta ideia está patente nos depoimentos de tutores e profissionais de saúde envolvidos no trabalho etnográfico realizado. Especificamente analisando o contexto português, cumpre-se registar que parece que funcionamos como um país bicéfalo. Uma franja da população aderiu às mudanças conceptuais acerca da relação entre humanos e ‘não-humanos’. Desta forma prezam o bem-estar e a qualidade de vida dos seus animais ‘não-humanos’ de estimação. Outros, acrescentam a estas mudanças de mentalidade mudanças de hábitos, nomeadamente alimentares tornando-se vegetarianos ou mesmo vegans, à semelhança do professor Jorge Montenegro. Numa perspetiva unilateral, parece que estamos em muito bom caminho, no entanto, este positivismo esbate-se quando nos debruçamos sobre a outra franja da população que se coloca precisamente, numa posição oposta. Disto são exemplos a tauromaquia e a caça fortemente arraigada na nossa cultura material. Comumente é apelidada de ‘tradição’, contudo algo que poderia fazer parte de um contexto, por assim dizer, museológico guardado como parte das nossas memórias de identidade cultural, continua na prática. As declarações de Miguel Sousa Tavares são um exemplo que sai em defesa da continuidade alegadamente suportada em fatores de ordem sociocultural e económica mas que Pacheco Pereira, muito frontalmente ‘denuncia’ como suportada sobretudo por fatores de ordem sociopolítica. Já Inês Sousa Real debate-se pela educação ou (re)educação da população, para que haja uma mudança conceptual, assente numa visão ecocêntrica.

Desta forma pode concluir-se que:

- i)- As mudanças conceptuais a nível académico já se operam em Portugal. Baseada em autores estrangeiros como Donna Haraway, Anna Tsing, Ingold, Latour entre outros. Áreas de conhecimento como a Ecologia, a Biologia, a Filosofia e a Medicina Humana e Veterinária interligam-se;
- ii)-Contudo o meio académico é restrito pelo que para se conseguir mudar mentalidades na população em geral teria que se encontrar uma forma de operacionalizar termos, conceitos e ideias;

- iii)- A educação e formação das faixas etárias mais jovens deve fazer-se no sentido da mudança conceptual que conduz ao abandono do antropocentrismo e conduz a uma visão ecocêntrica. Para tal, deveriam ser introduzidos nos currículos escolares, numa abordagem transdisciplinar, temas relacionados com a nova visão relacional entre humanos e 'não-humanos' considerando que nos encontramos no século XXI;
- iv)-Torna-se prioritária a intervenção do governo, órgãos judiciais, legisladores e comissões de bioética para que seja revista a legislação que claramente, tal como foi anteriormente referido, apresenta lacunas ou subterfúgios que permitem contornar a lei;
- v)- As diversas associações de defesa dos animais, sejam eles de estimação ou que se encontrem no seu habitat natural devem ser ouvidas no processo mencionado no item anterior, já que são elas que denunciam as lacunas e sobretudo a falta de uma fiscalização rigorosa;
- vi)- Deve ser revisto todo o processo de fiscalização. Uma fiscalização rigorosa e em que, deve ser criminalizada eventuais práticas associadas à corrupção;
- vii)- Deve ser pensados incentivos a nível económico, como participações das despesas médico-veterinárias, benefícios fiscais a fim de travar o abandono animal;
- viii)- A criminalização do abandono animal deve ser mais eficaz e efetiva;
- ix)- Deveria ser criada legislação que permita aos tutores a ausência devidamente justificada ao trabalho, para assistência médico-veterinária sempre que o médico veterinário ateste a supracitada assistência como prioritária.

O lugar que os 'não-humanos' ocupam nas nossas vidas humanas, diariamente deve ser (re)pensado e sobretudo valorizado uma vez que a sua empatia para conosco, e a sua lealdade em afetos é um benefício para nós humanos. Esta referência é suportada por estudos médicos na área da saúde mental, oncologia e doenças degenerativas como o Alzheimer. Mas, mais do que meramente numa visão médica, quando se destaca os benefícios das relações entre humanos e 'não-humanos' a nível da saúde mental. Assim, deve também atender-se à Saúde Animal Humana à luz da Antropologia Médica¹⁸³.

Dado que devem ser consideradas formas e contextos de interação entre humanos e 'não-humanos' torna-se pertinente refletir-se sobre questões em áreas científicas emergentes como é o caso da Etnografia multi-espécies.

¹⁸³ Brown, H.&. Nading, A.M. (2019). Introduction: Human Animal Health in Medical Anthropology. <https://doi.org/10.1111/maq.12488> <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/maq.12488>

Adormecido durante algumas décadas, o pensamento ecológico ressurgiu numa altura em que a degradação ambiental põe em causa não só diversas espécies do planeta mas a nossa própria espécie. Assim, questões de Sustentabilidade, Ecologia e Biopolítica tornam-se imperativas para que se encontre novamente o equilíbrio da Biosfera, quebrado por ações político-económicas desenfreadas, da nossa vivência no Antropoceno [Crutzen e Stoermer (2000)] de que resultou uma manipulação humana dos ecossistemas, num egoísmo que fez esquecer o equilíbrio entre o meio ambiente e as múltiplas relações entre todas as espécies à escala planetária.

Ultrapassando já as fronteiras do que pode ser considerada uma visão meramente ecológica e, regressando ao contexto português ainda podem ser comentados alguns aspetos de interesse acrescido para a dinâmica da nossa sociedade 'humana'.

A legislação portuguesa alterou-se relativamente à alteração da idade mínima para se assistir a espectáculos tauromáquicos. A idade mínima passa de 12 para 16 anos. Efetivamente, na prática, a Associação Protoiro diz que nada muda já que na legislação portuguesa, qualquer menor pode entrar num espectáculo desde que acompanhado por um adulto responsável pelo menor, desde que devidamente identificado. Mais uma vez, tal como anteriormente se referiu, a legislação tem graves lacunas. Uma lei 'esbarra' na outra retirando a efetividade da sua operacionalização.

Não é de hoje, aliás que a ONU já vem a advertir Portugal acerca dos espectáculos tauromáquicos, nomeadamente para a existência de escolas de toureio para menores¹⁸⁴. Mais recentemente, Caetano, S. (2019)¹⁸⁵ escreveu um artigo no qual menciona o alerta da ONU a Portugal colocando as touradas como espectáculos para maiores de 18 anos. Segundo esta organização mundial, diversos especialistas referem os impactos negativos da exposição das crianças à violência das touradas. Ainda assim, Portugal continua a viver de forma incoerente com a convicção dos órgãos máximos que governam o país: «(...) o Estado continua a permitir o funcionamento das “escolas de toureio” e eventos que incluem participação de crianças.(...)» [Caetano, S. (2019, outubro, 14)]. E, tal como foi referido anteriormente, a violência é um tema de interesse acrescido para a dinâmica da nossa sociedade 'humana'. Banalizar a violência para com 'o outro' potencia a prática de atos de violência não só para com os 'não-humanos' como entre humanos. Diversos estudos internacionais referem a correlação entre o aumento da criminalidade em zonas onde se encontravam sediados

¹⁸⁴ Jornal de Notícias. *online* (2014, Fevereiro, 7) ONU alerta Portugal para riscos das escolas de toureio para crianças. <https://www.jn.pt/sociedade/onu-alerta-portugal-para-riscos-das-escolas-de-toureio-para-criancas-3674572.html>

¹⁸⁵ Caetano, S. (2019, Outubro, 14). Touradas só para maiores de 18 anos, diz a ONU. *Jornal Público online*. <https://www.publico.pt/2019/10/14/p3/cronica/touradas-so-maiores-18-anos-onu-1889831>

matadouros. A título de exemplo, cite-se¹⁸⁶ o artigo de Sarah Barmak no qual se destaca um estudo de Fitzgerald no qual foram analisados números do banco de dados Uniform Crime Report do FBI, dados do censo e relatórios de prisões e crimes de 581 condados dos EUA de 1994 a 2002. A conclusão do supracitado estudo evidencia a correlação entre a existência dos matadouros e o aumento da criminalidade, uma vez que à medida que aumentou o número de trabalhadores do matadouro de uma comunidade, o índice de criminalidade também aumentou.

Para terminar, e numa breve conclusão final, registre-se que o sofrimento de um animal ‘ não-humano’ é algo a que os humanos de um modo não ficam indiferentes. Em Portugal, algo já se tem feito mas há mesmo muito para fazer tanto na operacionalização junto à população como no meio académico nas mais diversas áreas, pelo que esta dissertação é apenas uma pequena contribuição no sentido da mudança.

¹⁸⁶ Barmak,S.(2010,Maio,14). Probing the link between slaughterhouses and violent crime.https://www.thestar.com/news/insight/2010/05/14/probing_the_link_between_slaughterhouses_and_violent_crime.html

Bibliografia

Abraço 4 patas – Facebook: <https://www.facebook.com/abracosde4Patas>

Alves, J.E.D. (Junho,2012) intitulado ‘Do antropocentrismo ao mundo ecocêntrico’.
<https://www.ecodebate.com.br/2012/06/13/do-antropocentrismo-ao-mundo-ecocentrico-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

Animalife (2019, julho,31). Alimentar animais de rua continua a ser proibido.
<https://www.animalife.pt/pt/noticia/610/alimentar-animais-de-rua-continua-a-ser-proibido>

Animalife: https://www.animalife.pt/pt/apoio_associacoes/programa

Associação Animais de Rua. <https://animaisderua.org/>

Associação Zoófila Portuguesa (APZ). <https://azp.pt/servicos.php>

Barmak, S.(2010,maio,14). Probing the link between slaughterhouses and violent crime.
https://www.thestar.com/news/insight/2010/05/14/probing_the_link_between_slaughterhouses_and_violent_crime.html

Bentham, J. (1789; 1907). An Introduction to the Principles of Morals and Legislation, Library of Economics and Liberty. <http://www.econlib.org/library/Bentham/bnthPML.htm>

Brown, H.& Nading, A.M. (2019). Introduction: Human Animal Health in Medical Anthropology. <https://doi.org/10.1111/maq.12488>
<https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/maq.12488>

Caetano, S. (2019, outubro, 14). Touradas só para maiores de 18 anos, diz a ONU. Jornal Público *online*. <https://www.publico.pt/2019/10/14/p3/cronica/touradas-so-maiores-18-anos-onu-1889831>

Cunha, P. (Atualizado em 18 ago 2017; Publicado em 24 fev. 2011). Como falar com seu cachorro. Ciência. Super Interessante. <https://super.abril.com.br/ciencia/como-falar-com-seu-cachorro/>

Cunha, P. (Atualizado em 18 ago 2017; Publicado em 24 fev. 2011). Como falar com seu gato. *Ciência. Super Interessante*.

<https://super.abril.com.br/ciencia/como-falar-com-seu-gato/>

Descola, P. (2013). *The Ecology Of Others Anthropology And The Question Of Nature*. Prickly Paradigm Press, LLC. ISBN: 9780984201020

Diário da República - I - série A, nº 211 de 12/09/1995, pág. 5722, Lei 92/95 de 12 de Setembro, Capítulo I, Artigo 1º. <https://dre.pt/application/file/562301>

Diário da República, 1.ª série - N.º 45 - 3 de março de 2017. Pág. 1145. Lei n.º 8/2017 de 3 de Março <https://dre.pt/application/conteudo/106549655>

Domanska, E. (2013). 'Beyond Antropocentrism in Historical Studies'. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*. V. 4, N.1, Janeiro-Julho de 2013.

<file:///C:/Users/fred/Downloads/2103-3567-1-SM.pdf> (versão inglês)

<file:///C:/Users/fred/Downloads/1768-Texto%20do%20artigo-5865-1-10-20131029.pdf>

(trad. Português)

Duarte, M. (2019). Comunicação na prática clínica veterinária de animais de companhia. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Medicina Veterinária.

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1291/1/Comunica%C3%A7ao%20na%20pratica%20clinica%20veterinaria%20de%20animais%20de%20companhia.pdf>

Emauz, A. *et al.* (2016). Adaptação da Escala de Empatia com Animais (EEA) para a população portuguesa. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.1049>

Ética Animal (24, outubro, 2015). O argumento da relevância.

<https://www.animal-ethics.org/argumento-relevancia-pt/>

Ética Animal.(data da publicação: desconhecida)

<https://www.animal-ethics.org/senciencia-secao/relevancia-senciencia-etica-animal-versus-etica-especista-e-ambiental/devemos-dar-consideracao-moral-seres-sencientes-vez-ecossistemas/>

Farias, P. *et al.* (2019). Recomendações para projetos arquitetônicos de estabelecimentos médico-veterinários. *Revista Ambiente Hospitalar* #12. Ano 9. 2º Semestre. ISSN 2176-6703. https://issuu.com/abdeh/docs/revista_ambiente_hospitalar_web_2/s/10145434

Felipe, S. (2009). [UFSC, Univ. Lisboa]. Ética ambiental biocêntrica: limites e implicações morais. Seminário Internacional “Experiências de agenda 21: os desafios do nosso tempo”. <http://eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/palestras/08.pdf>

France, A. <https://www.pensador.com/frase/MzA1NDY/>

Francisco, S. (10 de julho, 2020). Touradas vão poder continuar a contar com financiamento público. Votação dividiu bancada do PS. <https://www.dn.pt/poder/touradas-vaio-poder-continuar-a-contar-com-financiamento-publico-votacao-dividiu-bancada-do-ps-12409105.html>

GNR. Caça. (data: desconhecida). https://www.gnr.pt/Cons_NA_Caca.aspx

Gobbo, I. (fevereiro, 2017). Blog do Ismael
http://ismaelgobbo.blogspot.com/2017_02_21_archive.html

Grosso, J.F. (ano (desconhecido), setembro, 9) Artigos de opinião. O abandono dos Cães. <http://www.capitaldacacatv.pt/pt/artigo/23/116/o-abandono-dos-caes/>

Haraway, D. (2000), “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.

Haraway, D. (2007). *When species meet*. E-book. Bookshare (for accessible ebooks) University Press Scholarship Online <https://minnesota.universitypressscholarship.com/ProQuestEBSCO> <https://www.upress.umn.edu/book-division/books/when-species-meet>

Haraway, D. *et al.* (2016). *Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822373780> .ISBN electronic: 978-0-8223-7378-0 .ISBN electronic: 978-0-8223-7378-0
<https://read.dukeupress.edu/books/book/27/chapter-abstract/97682/Making-KinAnthropocene-Capitalocene?redirectedFrom=fulltext>

Hall, Stuart (2003), A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.

Ingold, T., 2000, "Building, Dwelling, Living: how animals and people make Themselves at home in the world" in *The Perception of the Environment*, Londres, Routledge, pp. 172-188.

Ingold, T. (2013). *Anthropology beyond humanity*. Suomen Antropologi: Journal of the Finnish Anthropological Society , 38(3), 5-23.

https://www.waunet.org/downloads/wcaa/dejalu/feb_2015/ingold.pdf

Janz, B. B. (2017). *Place, space and hermeneutics*. Ed. Cham Springer International Publishing Imprint. *E-Book*: <https://www.worldcat.org/title/place-space-and-hermeneutics/oclc/987308719?referer=br&ht=edition>

JN/Agências (26 Dezembro 2020). Ambientalistas dizem que "massacre da Torre Bela" justifica revisão da lei. <https://www.jn.pt/local/noticias/lisboa/azambuja/ambientalistas-dizem-que-massacre-da-torre-bela-justifica-revisao-da-lei-13173854.html>

Jornal de Notícias. online (2014, fevereiro, 7) ONU alerta Portugal para riscos das escolas de toureio para crianças. <https://www.jn.pt/sociedade/onu-alerta-portugal-para-riscos-das-escolas-de-toureio-para-criancas-3674572.html>

Kirksey, E. (2014). *The Multispecies Salon*. Duke University Press. *E-Book Kindle* <https://www.amazon.com/Multispecies-Salon-Eben-Kirksey-ebook/dp/B00PIKKE1C>

Kniess, J. (2019). *Bentham on Animal Welfare*. <https://core.ac.uk/download/pdf/327373664.pdf>

Latour, Bruno (1994), *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Latour, Bruno (2000), *Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. UNESP.

Latour, Bruno (2004), *Políticas da Natureza: Como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: EDUSC.

Latour, Bruno (2008), *Reensamblar lo social: Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manatíal.

Lopes, M. Lopes, M. (04 de julho, 2020). Ainda não é desta que acabam os apoios públicos à tourada - PS, PSD, CDS, PCP e Chega não deixam.

<https://www.publico.pt/2020/07/07/politica/noticia/ps-psd-pcp-cdspp-chega-fim-apoios-publicos-touradas-1923510>

Lopes, M. (10 de julho, 2020). Chumbado o fim do financiamento público às touradas.

<https://www.publico.pt/2020/07/10/politica/noticia/chumbado-fim-financiamento-publico-touradas-1923935>

Lourenço, D. & Oliveira, F. (2019). Ecocentrismo e ética biocêntrica: a filiação filosófica dos direitos da natureza. *Veritas*. v. 64 n. 1 (2019): *Dossier*: Teorias da Justiça. DOI:

<https://doi.org/10.15448/1984-6746.2019.1.30360>

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/30360>

Lusa (4 de Julho de 2020). Proibir financiamento público a touradas é objetivo da primeira iniciativa de Cristina Rodrigues. *Jornal Público online*.

<https://www.publico.pt/2020/07/04/politica/noticia/proibir-financiamento-publico-touradas-objetivo-primeira-iniciativa-cristina-rodrigues-1923109>

Lusa (10 de julho, 2020). *Jornal Expresso*. [https://expresso.pt/politica/2020-07-10-](https://expresso.pt/politica/2020-07-10-Parlamento-chumba-projetos-para-o-fim-do-financiamento-publico-das-touradas)

[Parlamento-chumba-projetos-para-o-fim-do-financiamento-publico-das-touradas](https://expresso.pt/politica/2020-07-10-Parlamento-chumba-projetos-para-o-fim-do-financiamento-publico-das-touradas)

Maia, A. M. (2020, janeiro, 9). Em Vila do Conde, há um eco-hotel de luxo para cães e gatos. *Secção Arquitetura*.

<https://www.publico.pt/2020/01/09/p3/fotogaleria/canino-felino-hotel-399437>

Malpas, J. (2018). *Place and Experience: A Philosophical Topography*. 2ª Ed. Routledge.

ISBN 9781315265445. E-Book: <https://www.routledge.com/Place-and-Experience-A-Philosophical-Topography/Malpas/p/book/9781138291430>

Marques, A. C. (2020, setembro, 12). Cascata de água, baloiços e trampolins. Este hotel para cães e gatos soma prémios e distinções internacionais.

<https://observador.pt/2020/09/12/cascata-de-agua-baloicos-e-trampolins-este-hotel-para-caes-e-gatos-soma-premios-e-distincoes-internacionais/>

Mattos, C. G. L. de; Castro, P. A. de. (2011). *Etnografia e Educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Autores. 298 p. ISBN 978-85-7879-190-2.
<http://books.scielo.org/id/8fcsr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>

Mauss, M. (2008). *Ensaio Sobre a Dádiva*. Edições 70. ISBN 9724415325 – 10

Negrão, S. (24/08/2013). *Humanos e Não : As ideias de Peter Singer sobre a libertação animal*. GZH Cultura e Lazer. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2013/08/as-ideias-de-peter-singer-sobre-a-libertacao-animal-4245784.html>

Nehemias (Julho,2012). *Mitra, Mitras, Mitraismo, Jesus e o Cristianismo - Existem Paralelos? Parte 2 - A Vida de Mitras*. *Adcummulus* Estudos sobre religião. Biblioblog.
http://adcummulus.blogspot.com/2012/07/mitra-mitras-mitraismo-jesus-e-o_28.html

Oliveira, D. & Silva, M.C. (2008). *Sobre animais abandonados e pessoas que lidam com eles: O papel dos clínicos Veterinários. Uma Revisão*. *Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal* (v.2, n.1) p. 56 – 79.
<file:///C:/Users/fred/Downloads/42-3391-1-PB.pdf>
<http://dx.doi.org/10.5935/1981-2965.20080004>

Oliveira, G. D. de, (2004). *A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos, de Tom Regan*. *ethic@*, Florianópolis, v.3, n.3, p. 283-299, Dez 2004.
<file:///C:/Users/fred/Downloads/14917-Texto%20do%20Artigo-45947-1-10-20100913.pdf>

Ordem dos Médicos Veterinários.<https://www.omv.pt/cheque-veterinario-programa-solidario/cheque-veterinario-programa-solidario/cheque-veterinario-programa-solidario/projeto-cheque-veterinario>

Ordinariato Castrense. Agência *Ecclesia* (12 março, 2018). *Ordinariato* declara São Francisco de Assis Patrono dos seus Médicos Veterinários.
<https://ordinariato.castrense.pt/ordinariato-declara-sao-francisco-de-assis-patrono-dos-medicos-veterinarios/>

Palma, G. (1 de outubro, 2010). *Competências na Comunicação*. *Veterinária Atual*.<https://www.veterinaria-atual.pt/na-gestao/competencias-na-comunicacao/>

Real, S.I. (23 de dezembro, 2020). O massacre da Torre Bela ou a impunidade da elite da caça. *Jornal Público online*. <https://www.publico.pt/2020/12/23/p3/noticia/massacre-torre-bela-impunidade-elite-caca-1944026>

Rostankowski, C. (2014). *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation* By Jeremy Bentham. Humanities 2B. San Jose State University. <https://www.sjsu.edu/people/cynthia.rostankowski/courses/HUM2BS14/s0/Bentham-Reading.pdf>

Saraiva, B. (2020). O bem-estar animal: por uma ética possível e uma maior efetividade jurídico-penal frente aos crimes contra a Natureza. *RJLB*, Ano 6 (2020), nº 4, 483-501. https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_0483_0501.pdf

Secretaria de Estado do Ministério da Cultura. Direção Geral do Património Cultural <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=96993&EntSep=1#gotoPosition>

Silva, A. (2013). «*Attende, o homo*» Uma Leitura Antropológica dos Escritos de São Francisco de Assis. Curso de Doutoramento em Teologia (2.º grau canónico); Especialidade: Teologia Sistemática. Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Teologia. https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/14951/1/AlvaroCruzDaSilva_Tese.pdf

Silva, D. & Rech, A. (2017). A superação do antropocentrismo: uma necessária reconfiguração da interface Homem-Natureza.

R. Fac. Dir. UFG, v. 41, n.2, p.13-27, maio / ago. 2017 ISSN 0101-7187.

DOI: <http://dx.doi.org/10.5216/rfd.v41i2.42609>

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Fac-Dir-UFG_41-02.01.pdf

Silva, P. & Mathias, M. (2018). A etnografia e observação participante na pesquisa qualitativa. *Ensaio Pedagógicos (Sorocaba)*, vol.2, n.1, jan./abr. 2018, p.54-61. ISSN: 2527-158X. <file:///C:/Users/fred/Downloads/65-227-1-PB.pdf>

Singer, P. (2019). *Ética Prática*. Ed. Gradiva. ISBN: 9789726627234

Steinberg, T. (2002). Down to Earth: Nature, Agency, and Power in History. The American Historical Review, (107:3), pp.798 820. <https://doi.org/10.1086/ahr/107.3.798>

Steinberg, T. (2006). Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America. Oxford University Press, USA. 2ª Ed. ISBN 0195309685-10/ ISBN 9780195309683-13

Szklarz, E. (31 de outubro,2016). Animais têm consciência: trate-os como iguais. <https://super.abril.com.br/ciencia/animais-tem-consciencia-trate-os-como-iguais/>

Tsing, A. (2015). The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins.Ed. Princeton. ISBN 9780691178325.

TVI (06 de Julho, 2020). Debate político. <https://tvi24.iol.pt/politica/debate/touradas-a-cultura-tambem-se-bane-quando-nao-acompanha-os-valores-do-seculo-xxi>

Veterinários sobre Rodas. (data da publicação: desconhecida). O que é a Eutanásia em animais? <https://www.vetsobrerodas.pt/veterinario-ao-domicilio/eutanasia-animal>

ANEXO I

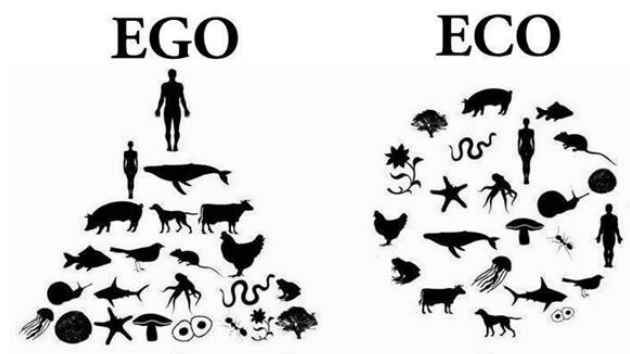


Figura 1 – Ilustração da visão antropocêntrica e ecocêntrica.

[Fonte: Alves, J.E.D. (junho,2012) <https://www.ecodebate.com.br/2012/06/13/do-antropocentrismo-ao-mundo-ecocentrico-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>]

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Medidas gerais de protecção

1 — São proibidas todas as violências injustificadas contra animais, considerando-se como tais os actos consistentes em, sem necessidade, se infligir a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões a um animal.

2 — Os animais doentes, feridos ou em perigo devem, na medida do possível, ser socorridos.

3 — São também proibidos os actos consistentes em:

a) Exigir a um animal, em casos que não sejam de emergência, esforços ou actuações que, em virtude da sua condição, ele seja obviamente incapaz de realizar ou que estejam obviamente para além das suas possibilidades:

b) Utilizar chicotes com nós, agulhões com mais de 5 mm, ou outros instrumentos perfurantes, na condução de animais, com excepção dos usados na arte equestre e nas touradas autorizadas por lei;

Fig. 2 – Diário da República – I – série A, nº 211 de 12/09/1995, pág. 5722¹⁸⁷

(Fonte: <https://dre.pt/application/file/562301>)

¹⁸⁷ Diário da República – I – série A, nº 211 de 12/09/1995, pág. 5722. <https://dre.pt/application/file/562301>

e) Utilizar animais para fins didáticos, de treino, filmagens, exibições, publicidade ou actividades semelhantes, na medida em que daí resultem para eles dor ou sofrimentos consideráveis, salvo experiência científica de comprovada necessidade;

Fig. 3 - Diário da República – I – série A, nº 211 de 12/09/1995, pág. 5722, Capítulo I, Artigo 1º, ponto 3, alínea e).

(Fonte: <https://dre.pt/application/file/562301>)

f) Utilizar animais em treinos particularmente difíceis ou em experiências ou divertimentos consistentes em confrontar mortalmente animais uns contra os outros, salvo na prática da caça.

Fig. 4 - Diário da República – I – série A, nº 211 de 12/09/1995, pág. 5722, Capítulo I, Artigo 1º, ponto 3, alínea f).

(Fonte: <https://dre.pt/application/file/562301>)

f) Utilizar animais em treinos particularmente difíceis ou em experiências ou divertimentos consistentes em confrontar mortalmente animais uns contra os outros, salvo na prática da caça.

Fig. 5 - Diário da República – I – série A, nº 211 de 12/09/1995, pág. 5722, Capítulo I, Artigo 1º, ponto 3, alínea f).

(Fonte: <https://dre.pt/application/file/562301>)

Artigo 3.º

Princípios gerais

A política cinegética nacional obedece aos seguintes princípios:

- a) Os recursos cinegéticos constituem um património natural renovável, susceptível de uma gestão optimizada e de um uso racional, conducentes a uma produção sustentada, no respeito pelos princípios da conservação da natureza e dos equilíbrios biológicos, em harmonia com as restantes formas de exploração da terra;

Fig. 6- Lei n.º 173/99 - Diário da República n.º 221/1999, Série I-A de 1999-09-21. Capítulo I, Artigo 3º alínea a)

(Fonte: <https://dre.pt/application/conteudo/558206>)

Artigo 15.º

1. O Médico Veterinário deve:

- a) Demonstrar dedicação, competência e honestidade profissionais;
- b) Manter-se ao corrente da evolução das ciências veterinárias e daquelas com elas relacionadas;
- c) Consagrar o tempo necessário aos actos inerentes ao exercício da sua profissão;
- d) Dar as explicações necessárias para se fazer compreender pelos seus utentes;
- e) Demonstrar prudência e domínio no emprego de métodos novos;
- f) Demonstrar respeito para com os animais, evitando a violência e o sofrimento inútil na sua contenção, tratamento, transporte ou em qualquer operação de maneio.

Fig. 7 - Código Deontológico Médico-Veterinário. Cap. I. Disposições Gerais (2010:5).
Seção I, Artigo 15º alíneas a), c) e d)

(Fonte: <https://www.omv.pt/download/5/11432f5b97ae58f59fed384e87f9c317>)

O sofrimento animal: uma visão antropológica

Exame radiológico	Preço (euros)
RX 18 cm × 24 cm	14,50
RX 24 cm × 30 cm	16,65
RX 30 cm × 40 cm	20,90
RX 35 cm × 43 cm	29,45
Mielografia	100
Displasia anca	77,66
Displasia penhip	85,18
Urografia	de 84,61 a 112,48
Vagino-uretrografia	57,83
Trânsito baritado	de 57,83 a 112,48
Cistografia	51,30
Anestesia	22,50
Relatório	23,60
TAC	130,70
Enema baritado	43,90

(IVA incluído à taxa de 21 %)

Fig. 8 - Diário da República n.º 12/2007, Série II de 2007-01-17, Aviso n.º 864/2007,p.1386

(Fonte: <https://dre.pt/application/file/a/1260131>)

ANEXO II



Fig.1A



Fig.1B

Fig.1 (A e B) – Fotografia da perspectiva da vista traseira da clínica, vista ampla e para uma paisagem verde.

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)



Fig. 2 – Utilização de vidro fosco a 'meia-altura' no consultório do gato.



Fig. 3 – O balcão de atendimento na sala de recepção da Clínica Animabilis.

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)



Fig. 4 A – O Santo Padroeiro São Francisco de Assis



Fig.4 B – Pormenor em grande plano da imagem apresentada na Fig. 4A

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)



Fig. 5 – Perspetiva do exterior quando se chega à Clínica Veterinária Animabilis

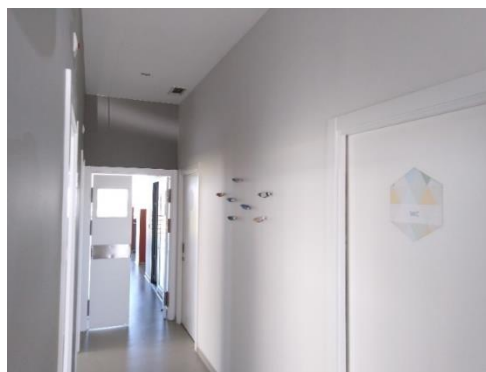


Fig. 6 – Pormenor do corredor decorado de forma simples

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)



Fig.7A



Fig. 7B

Fig. 7(A e B) – Pormenores da indicação da entrada para o consultório do gato

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)



Fig. 8 – Pormenor da indicação da entrada para o consultório do cão



Fig. 9 – Interior do consultório do cão/do gato com a mesma tipologia de equipamentos e organização do espaço.

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)

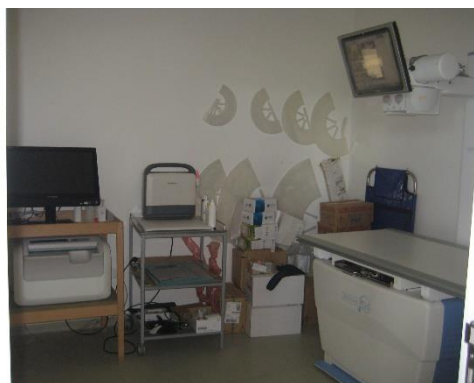


Fig. 10 – Área de Imagiologia

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)



Fig. 11 – Sala de Cirurgia

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)



Fig. 12 – Área de observação geral em manutenção¹⁸⁸



Fig. 13 – Área de isolamento e internamento que existe para pacientes caninos e felinos

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)

¹⁸⁸ Algumas fotografias, como esta foram conseguidas em horário de manutenção e higienização dos espaços para não impedir o normal funcionamento dos serviços.



Fig. 14 – Pormenores da área de isolamento dos pacientes felinos.¹⁸⁹

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)

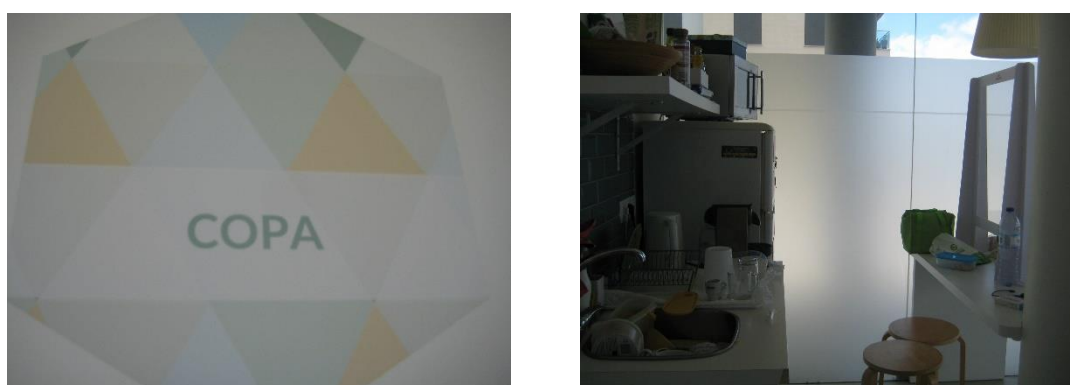


Fig. 15 – Pormenores da zona da copa

Créditos de imagem: Mascarenhas, F. (2021)

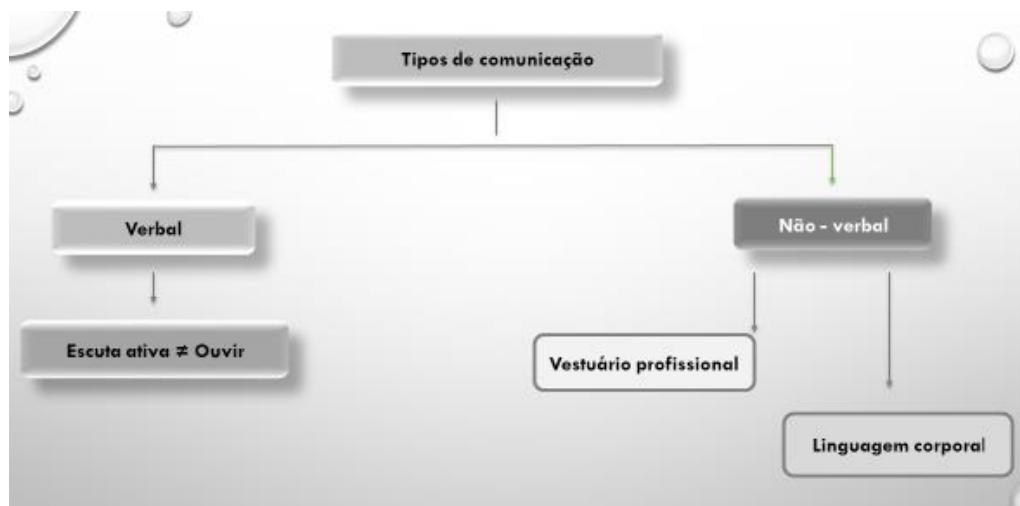


Fig. 16 – Esquematização das formas de comunicação entre veterinário-tutor

Mascarenhas, F. (2021)

¹⁸⁹ Não foi possível captar imagens da área de isolamento dos pacientes caninos mas a tipologia é a mesma exceto na tipologia de 'boxes'. As 'boxes' dos pacientes caninos são gradeadas.

ANEXO III



Autorização para a Clínica Veterinária

Declaro que tomei conhecimento de que as informações resultantes do trabalho etnográfico e das entrevistas realizadas na clínica veterinária **Animabilis**, em Torres Novas, por Frederica Alexandra Marques Mascarenhas constarão na dissertação científica de mestrado da mesma, da Universidade de Coimbra.

Autorizo a filmagem, a gravação de voz e a captura de fotografias da clínica **Animabilis**.

Também autorizo o armazenamento, em suporte digital e em papel, por tempo indeterminado, de filmagens, captura de fotografias, gravação de áudio e quaisquer outras informações resultantes das entrevistas e do trabalho etnográfico na clínica veterinária **Animabilis**.

Assinatura: (do Diretor Clínico)

Data: _____, ____/____/____

Autorização a ser assinada pelo Diretor Clínico da Clínica Veterinária Animabilis
Mascarenhas, F. (2020)



Autorização para Tutores, Veterinários e Enfermeiras

Declaro que tomei conhecimento de que as informações resultantes do trabalho etnográfico e das entrevistas realizadas por Frederica Alexandra Marques Mascarenhas constarão na dissertação científica de mestrado da mesma, da Universidade de Coimbra.

Autorizo a filmagem, a gravação de voz e a captura de fotografias da minha imagem. Autorizo o armazenamento, em suporte digital e em papel, por tempo indeterminado, de filmagens, captura de fotografias, gravação de áudio e quaisquer outras informações resultantes das entrevistas e do trabalho etnográfico.

Tomei conhecimento de que o meu nome poderá ser referido na dissertação científica, ou se eu preferir, pode ser mantida a confidencialidade, através do uso de nomes fictícios ou do uso de iniciais.

Assinatura:

Data: _____, ____/____/____

Autorização a ser assinada pelos Tutores dos pacientes, Veterinários e Enfermeiras da
Clínica Veterinária Animabilis

Mascarenhas, F. (2020)